

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**VARÉLIO GOMES DOS SANTOS**

**O EMPREGO JUVENIL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI:  
Estudo a partir da RAIS e dos programas de inserção de jovens no mercado de trabalho de  
Natal/RN**

NATAL/RN

2005

VARÉLIO GOMES DOS SANTOS

**O EMPREGO JUVENIL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI:  
Estudo a partir da RAIS e dos programas de inserção de jovens no mercado de trabalho de  
Natal/RN**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientada pela Profª Drª Valdênia Apolinário como pré-requisito à obtenção do grau de Mestre.

NATAL/RN

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**O EMPREGO JUVENIL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI:  
Estudo a partir da RAIS e dos programas de inserção de jovens no mercado de trabalho de  
Natal/RN**

**VARÉLIO GOMES DOS SANTOS**

Dissertação aprovada ( ) / não aprovada ( ) pela banca examinadora, constituída pelos  
signatários abaixo relacionados:

---

**Valdênia Apolinário**  
**Professor (a) Orientador**

---

**Maria do Livramento Miranda Clementino**  
**Professor (a) Convidado (a)**

---

**Tarcísio Patrício de Araújo**  
**Professor Convidado**

## **LISTA DE SIGLAS**

**CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho  
**CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
**CODEFAT** – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador  
**CTPS** – Carteira de Trabalho e Previdência Social  
**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos  
**DRT** – Delegacia Regional do Trabalho  
**FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
**FGTS** – Fundo Geral por Tempo de Serviço  
**FIERN** – Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego  
**OIT** – Organização Internacional do Trabalho  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PASEP** – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
**PEA** – População Economicamente Ativa  
**PEC** – Programa Emprego Cidadão  
**PIS** – Programa de Integração Social  
**PLANFOR** – Programa Nacional de Formação  
**PPC** – Programa Primeira Chance  
**PPE** – Programa Primeiro Emprego  
**PNPE** – Programa Nacional do Primeiro Emprego  
**PNQ** – Programa Nacional de Qualificação  
**PROCERA** – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária  
**PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda  
**PRONAF** – Programa Nacional de Incentivo a Agricultura Familiar  
**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais  
**SETHAS** – Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social.  
**SINE** – Sistema Nacional de Empregos  
**SCV** – Serviço Civil Voluntário

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - BR: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)	32
Gráfico 2 - NE: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)	33
Gráfico 3 - RN: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)	34
Gráfico 4 - Nº de jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)	69
Gráfico 5 - Gênero dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)	70
Gráfico 6 – Atividade educacional ativa dos jovens PPE em Natal (2003- 2004)	70
Gráfico 7 - Escolaridade dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003- 2004)	71
Gráfico 8 – Renda familiar dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)	72
Gráfico 9 - Dependentes legais dos jovens no PPE em Natal (2003-2004)	73
Gráfico 10 - Nº de membros na família dos jovens no PPE em Natal (2003-2004)	74
Gráfico 11- Cor/raça dos jovens atendidos no PPE em Natal (2003-2004)	75
Gráfico 12 –Jovens em conflito com a lei no PPE em Natal (2003-2004)	77
Gráfico 13 – Jovens com deficiência atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)	78
Gráfico 14 - Curso técnico profissionalizante dos jovens no PPE em Natal (2003-2004)	79
Gráfico 15 - Principais áreas de cursos - PPE em Natal (2003-2004)	80
Gráfico 16 -Trabalho antes do PPE sem carteira assinadas em Natal (2003-2004)	81
Gráfico 17 - Trabalhou com carteira assinada, antes do PPE em Natal (2003-2004)	81
Gráfico 18 – Motivos da busca pelo 1º emprego – PPE em Natal (2003-2004)	82
Gráfico 19 – Habilidade/Competências dos jovens – PPE em Natal (2003-2004)	83
Gráfico 20 - Idade dos jovens atendidos pelo PPC em Natal, 2004	86
Gráfico 21 - Gênero dos jovens entrevistados em Natal – PPC, 2004	86
Gráfico 22 – Atividade educacional ativa dos jovens PPC em Natal, 2004	87
Gráfico 23 - Escolaridade dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004	88
Gráfico 24 - Renda familiar dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004	89
Gráfico 25 - Nº de dependentes legais dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004	90
Gráfico 26 - Nº de membros na família dos entrevistados do PPC em Natal, 2004	91
Gráfico 27 - Cor/raça dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004	92
Gráfico 28 – Jovens em conflito com a lei entrevistados no PPC, 2004	94
Gráfico 29 – Jovens com deficiência física entrevistados pelo PPC em Natal, 2004	95
Gráfico 30 - Curso técnico profissionalizante feito pelos jovens do PPC em Natal, 2004	96

Gráfico 31 - Áreas de cursos técnicos, jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004	97
Gráfico 32 - Trabalho sem carteira assinada, jovens do PPC em Natal, 2004	98
Gráfico 33 - Trabalhou com carteira assinada, jovens do PPC em Natal, 2004	99
Gráfico 34 – Motivos que levaram a buscar o 1º emprego – PPC em Natal, 2004	100
Gráfico 35 – Habilidades/Competências dos jovens do PPC em Natal, 2004	101

#### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores entrevistados na pesquisa de campo (PPE e PPC)	19-20
Quadro 2 - Distribuição regional e crescimento da população juvenil entre 2003 e 2015	28
Quadro 3 – Ações públicas de emprego no Brasil a partir da década de 40	50-51
Quadro 4 – Demonstrativo de comparação entre os programas Primeiro Emprego (federal) e Primeira Chance (estadual)	64-65
Quadro 5 – RN: Participação das empresas e jovens no PPC (estadual) segundo os setores da economia, 2004	66
Quadro 6 – RN: Participação das empresas e jovens do programa PPE e PPC por município, 2004	67
Quadro 7 – RN: Participação das empresas e jovens no PPE segundo os setores da economia, 2003 - 2004	68

#### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - BR: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)	31
Tabela 2 - NE: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)	32
Tabela 3 - RN: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)	34
Tabela 4 - RN: Emprego por gênero e faixa etária (2000/2004)	35
Tabela 5 - RN: Emprego por setores e faixa etária (2000/2004)	36
Tabela 6 - RN: Emprego por escolaridade e faixa etária (2000/2004)	37
Tabela 7 - RN: Emprego por remuneração e faixa etária (2000/2004)	38
Tabela 8 - Leste Potiguar RN: Emprego por setores e faixa etária (2000/2004)	39
Tabela 9 - Leste Potiguar RN: Emprego por gênero e faixa etária (2000/2004)	40

Tabela 10 - Leste Potiguar RN: Emprego por escolaridade e faixa etária (2000/2004)	40-41
Tabela 11 - Leste Potiguar RN: Emprego por remuneração e faixa etária (2000/2004)	41
Tabela 12 – N° de jovens atendidos pelo PPE (federal) em Natal por idade, (2003-2004)	69
Tabela 13 – Gênero: jovens atendidos pelo programa federal em Natal, (2003-2004)	69
Tabela 14 – Atividade educacional ativa dos jovens no PPE em Natal, (2003-2004)	70
Tabela 15 – Nível de escolaridade dos jovens atendidos pelo PPE em Natal, (2003-2004)	71
Tabela 16 – Renda familiar dos jovens no PPE em Natal, (2003-2004)	72
Tabela 17 – Dependentes legais dos jovens atendidos pelo PPE em Natal, (2003-2004)	73
Tabela 18 – N° de membros na família no PPE em Natal (2003-2004)	74
Tabela 19 – Cor/raça dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)	74
Tabela 20 – Bairro onde residem os jovens entrevistados no PPE, (2003-2004)	75-76
Tabela 21 – Jovens em conflito com a lei atendidos no PPE (2003-2004)	76
Tabela 22 – Jovens portadores de deficiência entrevistados no PPE, (2003-2004)	77
Tabela 23 – Curso técnico profissionalizante feito pelos jovens no PPE, (2003-2004)	78
Tabela 23a – Áreas e cursos feitos pelos jovens entrevistados no PPE, (2003-2004)	79
Tabela 24 – Trabalho sem carteira assinada, jovens entrevistados no PPE, (2003-2004)	80
Tabela 25 – Trabalho com carteira assinada antes do PPE, (2003-2004)	81
Tabela 26 – Motivos que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego no PPE, (2003-2004)	82
Tabela 27 – Habilidades/Competências dos jovens atendidos pelo PPE, (2003-2004)	83
Tabela 28 – Idade dos jovens atendidos pelo PPC em Natal, 2004	85
Tabela 29 – Gênero dos jovens atendidos pelo PPC em Natal, 2004	86
Tabela 30 – Nível de escolaridade dos jovens atendidos pelo PPC, 2004	87
Tabela 31 – Situação educacional dos jovens atendidos pelo PPC, 2004	88
Tabela 32 – Renda familiar dos jovens atendidos pelo PPC, 2004	89
Tabela 33 – N° de dependentes legais dos jovens atendidos pelo PPC, 2004	90
Tabela 34 – N° de membros na família dos jovens – PPC, 2004	91
Tabela 35 – Cor/raça dos jovens atendidos pelo PPC, 2004	92
Tabela 36 – Bairro onde residem os jovens – PPC, 2004	92-93
Tabela 37 – Jovens em conflito com a lei - PPC, 2004	94
Tabela 38 – Jovens portadores de deficiência física atendidos pelo PPC, 2004	94

Tabela 39 – Curso técnico profissionalizante feito pelos jovens – PPC, 2004	95
Tabela 39a – Áreas e cursos feitos pelos jovens entrevistados – PPC, 2004	96
Tabela 40 - Trabalho sem carteira assinada, jovens entrevistados no PPC, 2004	97
Tabela 41 – Trabalhado com carteira assinada antes do PPC, 2004	98
Tabela 42 – Motivos que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego – PPC, 2004	99
Tabela 43 – Habilidades/Competências dos jovens atendidos pelo PPC, 2004	100



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
<b>CAPÍTULO 1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>17</b>
1.1 Método e Tipo da pesquisa	17
1.2 População	17
1.3 Formação dos capítulos e as variáveis de análise	20
1.4 Metodologia utilizada na pesquisa de campo	21
1.5 Variáveis exploradas na pesquisa	22
1.6 Coleta de dados	23
1.7 Análise dos dados	23
<b>CAPÍTULO 2: EMPREGO JUVENIL</b>	<b>24</b>
2.1 Situando os termos do debate	24
2.2 O Desemprego Juvenil no Mundo e no Brasil	26
2.3 Evolução do Emprego juvenil no Brasil - BR, no Nordeste – NE e no Rio Grande do Norte – RN, entre 1989 e 2004: comparativo segundo os setores, grau de instrução, remuneração e gênero	30
2.3.1 Estudo do Emprego: BR, NE e RN	31
2.3.1.1 Evolução do emprego no: BR, NE e RN, segundo os grandes setores: 1989, 1999 e 2004	31
2.3.1.2. Emprego segundo o gênero no RN: 2000/2004	35
2.3.1.3 Emprego segundo os setores no RN: 2000/2004	36
2.3.1.4 Emprego segundo a escolaridade no RN: 2000/2004	36
2.3.1.5 Emprego segundo a remuneração no RN: 2000/2004	37
2.3.2. Leste Potiguar, emprego formal por: setores, idade, gênero e remuneração (2000/2004)	38
2.3.2.1 Emprego por setores – Leste Potiguar (2000/2004)	38
2.3.2.2 Emprego por gênero – Leste Potiguar (2000/2004)	39
2.3.2.3 Emprego por escolaridade – Leste potiguar (2000/2004)	40
2.3.2.4 Emprego por renda – Leste Potiguar (2000/2004)	41
2.3.3 Conclusão Parcial do capítulo 2	42

<b>CAPÍTULO 3 – PROGRAMAS DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL</b>	<b>43</b>
3.1. Políticas Públicas de Emprego	43
3.1.1 Contextualização Teórica	43
3.1.2 Políticas Públicas	45
3.1.3 Políticas Públicas de Emprego no Mundo	45
3.1.4 Políticas Públicas de Emprego no Brasil	48
3.1.5 Programa Primeiro Emprego – PPE (federal)	54
3.1.6 Programa Primeira Chance – PPC (estadual)	58
3.2 Conclusão Parcial do capítulo 3	63
<b>CAPÍTULO 4 – RESULTADOS OBSERVADOS</b>	<b>64</b>
4.1 Programa Primeiro Emprego X Programa Primeira Chance	64
4.2. Descrição e análise dos dados da pesquisa de Campo	68
4.2.1 Resultado do PPE (federal) em Natal	68
4.2.1.1 Idade	68
4.2.1.2 Gênero	69
4.2.1.3 Atividade educacional ativa	70
4.2.1.4 Escolaridade	71
4.2.1.5 Renda Familiar (1 salário Mínimo = R\$ 300,00)	72
4.2.1.6 Dependentes Legais	72
4.2.1.7 Número de membros na família	73
4.2.1.8 Cor/raça	74
4.2.1.9 Bairro onde residem os jovens entrevistados	75
4.2.1.10 Conflito com a Lei	76
4.2.1.11 Portador de deficiência	77
4.2.1.12 Curso técnico profissionalizante	78
4.2.1.13 Trabalho sem carteira assinada	80
4.2.1.14 Trabalhou com carteira assinada	81
4.2.1.15 Motivos que levaram os jovens a se inscreverem no PPE	82
4.2.1.16 Habilidades/Competências dos jovens	83
4.2.1.17 Considerações da pesquisa do PPE (federal), em Natal	84

4.2.2 Resultado do Programa Primeira Chance (estadual), em Natal	85
4.2.2.1 Idade	85
4.2.2.2 Gênero	86
4.2.2.3 Atividade educacional ativa	87
4.2.2.4 Escolaridade	87
4.2.2.5 Renda familiar (1 salário mínimo = R\$ 300,00)	88
4.2.2.6 Dependentes legais	89
4.2.2.7 Número de membros na família	90
4.2.2.8 Cor/raça	91
4.2.2.9 Bairro onde reside	92
4.2.2.10 Conflito com a Lei	93
4.2.2.11 Portador de deficiência	94
4.2.2.12 Curso técnico profissionalizante	95
4.2.2.13 Trabalhou sem carteira assinada	97
4.2.2.14 Trabalhado com carteira assinada	98
4.2.2.15 Motivos que levaram os jovens a se inscreverem no PPC	99
4.2.2.16 Habilidades/competências que possui	100
4.2.2.17 Síntese dos resultados da pesquisa – PPC (estadual) em Natal, 2004	101
4.2.2.18 Considerações da pesquisa de campo PPE X PPC	102
4.2.3 Resultado das entrevistas a responsáveis pelos programas e sociedade civil	104
4.2.4 Conclusão Parcial do Capítulo 4	110
<b>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIA</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICES</b>	

A minha vó a quem amo e carinhosamente aprendi a chamá-la “mãeota”.

## AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus, por me permitir alcançar mais essa etapa tão importante na minha vida profissional,

A minha irmã, Vera por sempre está do meu lado em todos os momentos de minha vida,

A minha orientadora, Valdênia pelas contribuições e orientações tão valiosas para a confecção desta dissertação,

Aos colegas de turma, especialmente a Nísia pela afinidade,

A minha aluna e amiga Rejane pela contribuição na coleta da pesquisa de campo,

Ao coordenador do curso do mestrado em economia da UFRN, Prof<sup>o</sup> Jorge, sempre prestativo e atencioso nas questões referentes ao curso,

A todos os professores do programa pelo profissionalismo e dedicação,

Aos colegas da Faculdade de Natal - FAL onde leciono pelo apoio demonstrado em vários momentos,

Enfim a todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

Este estudo recebeu o título “O EMPREGO JUVENIL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI: Estudo a partir da RAIS e dos programas de inserção de jovens no mercado de trabalho de Natal/RN”. Apresenta como objetivo principal investigar, a partir dos dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e dos programas governamentais federal e estadual, a evolução do emprego formal para jovens e as dificuldades que norteiam o sucesso das iniciativas voltadas à inserção de jovens no mercado formal de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Norte, no período de 2000 a 2004. Para realizar a pesquisa, prioriza o estudo da evolução do emprego formal a partir dos dados do MTE como forma de diagnosticar o mercado formal do trabalho juvenil. Busca de forma descritiva identificar os primeiros resultados dos programas Primeiro Emprego – PPE (federal) e Primeira Chance – PPE (estadual), para interpretar e identificar as lacunas existentes entre a proposta inicial desses programas e os primeiros resultados obtidos na cidade de Natal. A pesquisa tem caráter não-probabilístico e aplica questionários fechados para jovens atendidos pelos programas. Foram entrevistados os representantes locais do PPE e PPC, além de representantes da sociedade civil organizada todos através de entrevista estruturada abertas, perfazendo um total de 103 entrevistas. Os resultados demonstraram que enquanto o PPC (estadual) obteve êxito inserindo jovens o PPE (federal) só conseguiu inserir 1,5% do montante subsidiado pelo programa estadual em Natal. Esse quadro demonstra uma clara preferência das empresas pelo PPC (estadual), em detrimento do programa federal.

Palavras-chave: Políticas de emprego, Mercado de trabalho e Emprego juvenil.

## ABSTRACT

This study received the title “THE JUVENILE EMPLOYMENT IN THE THRESHOLD OF THE XXI CENTURY: study starting from RAIS and of the programs of youths' insert in the labor market of Natal/RN”. It presents as main objective to investigate, starting from the official data of the *Ministério do trabalho e emprego* - MTE and of the federal and state government programs, the evolution of the formal employment for youths and the difficulties that leads the success of the returned initiatives the youths' insert in the formal market of work in Brazil and in Rio Grande do Norte, in the period from 2000 to 2004. To accomplish the research, it prioritizes the study of the evolution of the formal employment starting from the data of the MTE as form of diagnosing the formal market of the juvenile work. Search a descriptive way to identify the first results of the programs *Primeiro Emprego*- PPE (federal) and *Primeira Chance* - PPC (state), to interpret and to identify the existent gaps among the proposal initial of those programs and the first results obtained in the city of Natal. The research has character no-probability and it applies closed questionnaires for youths assisted by the programs. Were interviewed the local representatives of PPE and PPC, besides representatives of the organized civil society all through open structured interview, covering a total of 103 interviews. The results demonstrated that while PPC (state) obtained success inserting youngs, the PPE (federal) just got to insert 1,5% of the amount subsidized by the state program in Natal. That situation demonstrates a clear preference of the companies for PPC (state), in detriment of the federal program.

Key-words: Employment Politics, Labor Market and Juvenile Employment.

## APRESENTAÇÃO

A preocupante situação de milhões de jovens entre 16 e 24 anos, que não conseguem oportunidade no mercado de trabalho formal, nas últimas décadas, desencadeou no Brasil o alerta e o debate da sociedade para o agravante quadro de desemprego que se instalou. Por outro lado, as ações, no intuito de reverter esse quadro, apesar dos esforços, parecem não ter conseguido alcançar os resultados esperados.

Esta dissertação possui como objetivo principal investigar, a partir dos dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e dos programas governamentais federal e estadual, as dificuldades que norteiam o sucesso das iniciativas governamentais voltadas à inserção de jovens no mercado formal de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Norte, no período de 2003 a 2004.

Assim, o presente trabalho investiga a evolução do emprego juvenil a partir dos dados oficiais do MTE. Para esse fim, usam-se, como fonte os dados, da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. O período investigado, usando como fonte a RAIS, é: 1989-1999 e 2000 a 2004.

O trabalho identifica e analisa, ainda, as variáveis que dificultam o sucesso das iniciativas governamentais voltadas à inserção de jovens no mercado formal de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Norte, o que é feito através do Programa Primeiro Emprego (federal) e do Programa Primeira Chance (estadual).

Os dados RAIS são confrontados com os primeiros resultados dos programas governamentais (federal e estadual) de emprego para jovens, no período 2003 e 2004.

A hipótese que conforma este estudo é de que o Programa Primeiro Emprego, elaborado pelo governo federal em 2002, não conseguiu alavancar a inserção de jovens no mercado formal de trabalho no Rio Grande do Norte. Este fato se deve à extrema burocracia, aliado à falta de qualificação, como também, à baixa escolaridade do público alvo desses programas – o jovem. Logo, afirma-se que, apesar de toda a articulação e esforços do governo, tal programa não conseguiu, até então, oportunizar novos postos de trabalho para este público, tampouco, o apoio e o respaldo da iniciativa privada e da sociedade para viabilizá-lo.

Esta dissertação de mestrado está dividida em 05 (cinco) capítulos, na seguinte ordenação:

O primeiro capítulo trata dos princípios metodológicos que embasam a pesquisa de campo realizada;



No segundo capítulo realiza-se uma revisão bibliográfica e faz-se um estudo dos dados RAIS, no tocante ao emprego de jovens nos períodos de 1989-1999 e 2000 a 2004;

No terceiro capítulo faz-se uma retrospectiva sobre as políticas públicas de emprego no Brasil e investiga-se o Programa Primeiro Emprego elaborado pelo governo federal, e o Programa Primeira Chance (estadual);

No quarto capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa de campo;

Finalmente, o quinto capítulo apresenta as considerações e recomendações desta dissertação de mestrado.

## CAPÍTULO 1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta etapa do estudo, são regatados os procedimentos metodológicos empregados na sistematização e organização da pesquisa, de modo a possibilitar o alcance dos objetivos estabelecidos e as especificidades do estudo.

### 1.1 Método e tipo da pesquisa

Este trabalho tem um caráter descritivo, em razão de buscar a descrição das características de uma dada população – a mão-de-obra captada pelos programas – e o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa descritiva procura descrever um fato, buscando aprofundar a análise, confrontando informações e diagnosticando situações.

O presente estudo foi realizado em duas fases distintas. A primeira deu-se através de pesquisa bibliográfica e nos registros administrativos da RAIS. Após essa etapa, pesquisaram-se os programas PPE (federal) e PPC (estadual), bem como foi realizada pesquisa de campo, junto a uma amostra não-probabilística típica.

Como técnica de coleta de dados optou-se pela entrevista estruturada e aplicação de formulários. No caso dos jovens, a entrevista foi do tipo estruturada fechada, de natureza não-probabilística por tipicidade, com um número limitado de opções. Já para as empresas responsáveis pelos programas Federal e Estadual e para as instituições ligadas a essa realidade a entrevista aconteceu de forma estruturada aberta.

### 1.2 População

A população da pesquisa foi constituída por participantes dos Programas: Primeiro Emprego – PPE (federal) e Programa Primeira Chance – PPC (estadual) da cidade de Natal/RN.

Para o programa PPE (federal) a quantidade de jovens atendidos em Natal até 2004 foi de apenas 27. Dessa forma, optou-se por aplicar a pesquisa de forma censitária, ou seja, o objetivo foi investigar todo o universo (27 jovens). Já para as empresas participantes do programa PPE, dada à limitação de tempo e recursos, de um total de 24 empresas, foram entrevistadas 08 empresas, (33%).

Quanto às entrevistas estruturadas abertas, conforme as instruções metodológicas de Thiollent (1987: 86 e 199), em uma pesquisa qualitativa, não se busca a definição de uma amostragem com representatividade estatística, mas a seleção de um pequeno número ou grupo de pessoas que represente o assunto estudado. Assim, este princípio foi usado para a pesquisa junto às empresas optantes pelo programa, órgãos governamentais responsáveis e demais atores que compõem o tema.

Foram entrevistados os representantes dos programas PPC na pessoa da Subsecretaria da SETHAS, Sr<sup>a</sup> Alcina Holanda, e o Coordenador do Emprego e Renda do SINE/RN, Sr. José Dantas, responsável local pelo programa PPE.

Além destes, foram entrevistados o representante da ONG Natal voluntários; o representante do DIEESE local; o representante da CUT/RN; o representante do Sindicato Patronal e dos Trabalhadores do Comércio.

A amostra tanto para os jovens quanto para as empresas foi não-probabilística por tipicidade, pois, com base em Marconi e Lakatos (1996, p.48), uma das formas de buscar uma amostra representativa, quando o estudo probabilístico se faz impraticável é "... a procura de um subgrupo que seja *típico*, em relação à população como um todo".

Para Ackoff apud Marconi e Lakatos (1996, p.48):

Tal subgrupo é utilizado como 'barômetro' da população. Restringem-se as observações a ele e as conclusões obtidas são generalizadas para o total da população.

Tendo em vista o tempo escasso para a realização da pesquisa, pois que o levantamento ocorreu de maio a junho de 2005, e levando ainda em consideração a limitação dos recursos disponíveis, o estudo probabilístico sobre uma amostra estatisticamente significativa tornou-se infactível. Sob esse aspecto, Marconi e Lakatos (1996, p.49) afirmam que a amostragem por tipicidade:

deve restringir-se às situações em que: a) os possíveis erros não apresentam gravidade maior; e b) é praticamente impossível à amostragem probabilística.

Considerou-se, portanto, que o grupo escolhido apresentava o mesmo conjunto de características típicas, a saber: Para o grupo de jovens inscritos no PPC, as características típicas observadas foram à idade entre 16 e 24 anos, sem registro de emprego formal anterior, com escolaridade mínima no ensino fundamental ou cursando, cadastrados pelo SINE para o PPC. Para o grupo de empresas inscritas no SINE para participar do PPC, as propriedades típicas foram

à comprovação de certidão negativa de débito da fazenda estadual, CNPJ, Relação de empregados mediante guia de recolhimento do FGTS e formulário de plano de expansão de postos de trabalho cumprimento das obrigações legais, junto aos órgãos públicos.

Feita essa identificação, inferiu-se que a questão analisada na pesquisa corresponderia, igualmente, a uma variação típica, não se admitindo que no “... grupo ou subgrupo escolhido ela seja atípica” (MARCONI E LAKATOS, 1996, P.48).

Dessa forma, através da entrevista estruturada fechada não-probabilística, atingiu-se 37 dos jovens beneficiados pelo Programa Primeira Chance (2% de 1.886 beneficiados). A escolha dos 37 jovens se deu entre os 1.886 jovens efetivamente beneficiados pelo programa, ou seja, que foram contratados pelas empresas. Para as empresas participantes pesquisou-se 24 delas (aproximadamente 2% de 1.327 empresas), usando-se o mesmo critério utilizado na escolha dos 37 jovens, ou seja, 24 empresas que efetivamente contrataram jovens através do programa.

A entrevista de forma estruturada aberta e atingiu os órgãos governamentais e demais atores que compõem o tema, a saber:

- Responsáveis diretos pelos programas (federal e estadual);
- Empresas cadastradas;
- Sociedade civil organizada:
  - ONGs,
  - DIEESE local,
  - Líderes sindical (patronal e dos trabalhadores do comércio),
  - Centrais de trabalhadores.

O quadro 1 apresenta os atores entrevistados nesta pesquisa (PPE e PPC).

Quadro 1  
Atores entrevistados na pesquisa de campo (PPE e PPC)

ENTREVISTADOS	QUANTIDADE	FUNÇÃO
Responsável direto pelos programas PPE federal e PPC (estadual) em Natal	02	Coordenador do Trabalho e Renda SINE/RN Sr. José Dantas. Subsecretaria da SETHAS – Sra. Alcina Holanda
Jovens entrevistados no PPE	27	Todos os jovens inseridos em Natal 2003/2004 – 27 jovens
Jovens entrevistados no PPC	37	2% do total inserido em Natal.
Empresas contratantes do PPE	08 (+/- 33% das empresas em Natal)	Empresários ou representantes de RH das empresas participantes do programa PPE em Natal

Continua

## Continuação

Empresas contratantes do PPC	24 (+/- 2% das empresas em Natal)	Empresários ou representantes de RH das empresas participantes do programa PPC em Natal
<b>SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA</b>		
ONG	01	Natal voluntários – Sr. Gerardo Carvalho
DIEESE/RN	01	Coordenador local – Sr. Melquesedec Moreira da Silva
Líder sindicais do comércio varejista,	01	Tesoureiro do sindicato do comércio varejista Sr. Sebastião Marcos do Nascimento
Líder patronal do comércio varejista,	01	Sr. Luis Evânio – vice-presidente do sindicato patronal varejista do RN
Central Única dos Trabalhadores – CUT	01	Secretário de Formação da CUT – Sr. José Barbosa de Assis
<b>TOTAL GERAL DE ENTREVISTAS (PPE E PPC)</b>		<b>103</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos – Junho - 2005.

### 1.3 Formação dos capítulos e as variáveis de análise

A pesquisa que se propõe esta dissertação trata da avaliação e análise dos programas governamentais de inserção de jovens no mercado de trabalho durante o período de 2003 e 2004, contemplando também os dados oficiais do mercado formal de trabalho contido nos registros administrativos do MTE, precisamente RAIS, como forma de identificar, confrontar e analisar os dados oficiais com os dados dos programas governamentais.

A opção pelos dados do MTE (RAIS) deve-se à sua abrangência (quase 100% dos municípios brasileiros), sua cobertura temporal (dados anuais e mensais desde 1985 até o presente), bem como por ser considerado o “censo do emprego formal” no Brasil.

O primeiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos, a saber: método e tipo da pesquisa; população da pesquisa de campo; formação dos capítulos e variáveis de análise, metodologia utilizada na pesquisa de campo, variáveis exploradas na pesquisa; coleta e análise dados coletados.

No tocante ao segundo capítulo, este consiste de um levantamento bibliográfico acerca do tema (emprego juvenil) procurando contextualizá-lo, promovendo um apurado da realidade recente do mercado de trabalho no mundo e no Brasil e, em especial da inserção de mão-de-obra

juvenil no mercado formal de trabalho. Ainda neste capítulo se explora de forma documental os dados da RAIS referentes à evolução do emprego formal no Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e, no Leste Potiguar entre 1989 e 2004. São utilizadas as seguintes variáveis: setores, gênero, escolaridade e remuneração, por faixa etária.

No terceiro capítulo faz-se uma retrospectiva sobre políticas públicas e apresenta-se a proposta do Programa Primeiro Emprego do governo federal e do Programa Primeira Chance do governo do Rio Grande do Norte, ambos direcionados para a inserção de jovens no mercado formal de trabalho.

No quarto estágio é feita uma revisão das propostas governamentais voltadas a promover a inserção de jovens no mercado formal de trabalho. A perspectiva é aprofundar aspectos relativos ao tema programa “Primeiro Emprego”, de responsabilidade do governo Federal e o Programa “Primeira Chance”, de responsabilidade do governo do Rio Grande do Norte.

Ainda no quarto, são apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada em Natal no período de maio e junho de 2005 nos dois programas (PPE e PPC), com os respectivos resultados e comentários. O enfoque principal nesta etapa da dissertação é primeiramente incluir a voz dos atores que compõem o tema, ou seja, aqueles mais diretamente relacionados ao tema: empresas; jovens subsidiados; responsáveis pelos programas PPC e PPE no RN (SETHAS/SINE) e a sociedade civil organizada – Sindicato Patronal e dos trabalhadores no comércio, DIEESE/RN, CUT/RN e a ONG Natal voluntários. A idéia é visualizar a compreensão/retrato destes em relação aos programas. Em segundo lugar, a expectativa é de que este trabalho contribua para a solução de problemas apresentados, à medida que as limitações podem compor, ao mesmo tempo, uma gama de proposições para a sua melhoria. O foco é identificar os entraves que dificultam ou emperram as ações que buscam promover a inserção de jovens no mercado formal de trabalho. Esta investigação representa o quarto capítulo.

Os resultados, análises e considerações finais da pesquisa formam o quinto e último capítulo desta dissertação de mestrado.

#### 1.4 Metodologia utilizada na pesquisa de campo

A pesquisa de campo elaborada nesta dissertação se dá sob dois enfoques, a saber: pesquisa sobre o Programa Primeiro Emprego (federal) e pesquisa sobre o Programa Primeira Chance (estadual).

Os procedimentos metodológicos utilizados foram à realização de entrevistas e a aplicação de questionários. Estes foram aplicados nos meses de maio e junho de 2005.

O espaço geográfico explorado é a cidade do Natal, pois de acordo com dados do SINE/RN, pois é neste espaço geográfico que se verifica uma maior mobilidade e representatividade da atuação dos programas de inserção de jovens no mercado de trabalho, através dos programas supracitados.

A pesquisa realizada junto aos jovens atendidos pelos programas PPE (federal) e PPC (estadual) em Natal identificam o perfil e as características de qualificação e os aspectos ligados à agregação de conhecimentos dos jovens atendidos e, ao mesmo tempo, observa se esses indivíduos estão dentro do perfil exigido.

No caso dos jovens, a entrevista foi do tipo estruturada fechada, com um número limitado de opções (ver modelo de questionário no apêndice). Já para as empresas responsáveis pelos programas Federal e Estadual e para as instituições ligadas a essa realidade, a entrevista aconteceu de forma estruturada aberta (ver modelo de entrevista no apêndice).

Para o PPE (federal) a quantidade de jovens entrevistados aconteceu de forma censitária (27) em Natal, o que corresponde a 100% dos jovens inseridos pelo programa federal em Natal, no período 2003-2004, conforme informação obtida no SINE/RN.

### 1.5 Variáveis exploradas na pesquisa

O questionário utilizado junto aos jovens participantes dos programas (PPC e PPE) foi composto por perguntas estruturadas fechadas, aplicadas em forma de entrevista, dividido em dois pontos: o primeiro procurou identificar as características de renda, escolaridade, gênero, idade, cor/raça, deficiência física e conflitos com a lei de forma a mapear os condicionantes sócio-econômicos dos jovens empregados. No segundo enfoque, procuraram-se aspectos direcionados à escolaridade, qualificação profissional, habilidades e motivos que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego.

Para as entrevistas junto às empresas, o instrumento utilizado continha perguntas abertas, enfocando os motivos que levaram as empresas a participarem dos programas PPE (federal) e PPC (estadual), além das falhas e sugestões apontadas pelas mesmas. Também foi usado esse enfoque junto à sociedade civil organizada e para os representantes legais dos dois programas, também entrevistados.

#### 1.6 Coleta de dados

A coleta dos dados aconteceu no período de maio a junho de 2005. As entrevistas foram marcadas e coletadas pelo pesquisador, de forma direta. Durante as entrevistas, assegurou-se aos respondentes a liberdade nas respostas sem interferência do pesquisador.

O ambiente de coleta se deu nas próprias empresas participantes, no ambiente físico das instituições representantes da sociedade civil organizada, como também nos gabinetes dos representantes legais dos programas PPE e PPC em Natal.

As entrevistas foram feitas de forma direta, verbalmente, junto aos entrevistados. Dessa forma, assegurou-se o esclarecimento de eventuais dúvidas quanto às perguntas formuladas, permitindo, assim, um aproveitamento de 100% das entrevistas aplicadas.

#### 1.7 Análise dos dados

Para as entrevistas junto aos jovens, os dados foram enumerados e tabulados conforme o número de respostas.

Para as entrevistas junto às empresas, responsáveis pelos programas (PPE e PPC) e representantes da sociedade civil organizada os dados foram analisados utilizando-se de técnica de repetição de palavras semelhantes, como forma de identificar tendências e interpretações, o que possibilitou a análise qualitativa das entrevistas aplicadas.

Para as entrevistas junto aos jovens subsidiados, os dados foram analisados usando o critério de interpretação qualitativa das variáveis exploradas na pesquisa.



## CAPÍTULO 2: EMPREGO JUVENIL

O presente capítulo realiza inicialmente uma revisão bibliográfica acerca de temas relativos ao problema de emprego e desemprego juvenil no Mundo, no Brasil e no RN.

Complementarmente, num segundo momento o capítulo explora de forma documental os dados da RAIS buscando acompanhar a evolução do emprego formal no Brasil com destaque ao emprego de jovens entre 16 a 24 anos, foco desse estudo.

### 2.1. Situando os termos do debate

Nos anos 90 agrava-se o problema da inserção de jovens no mercado formal de trabalho. Nesta década, o nível de ocupação dos jovens permaneceu praticamente inalterado quando comparado com resultados da década de 80.

Neste enfoque o desemprego juvenil é um dos principais desafios enfrentados pelo governo. Os jovens de 16 a 24 anos representam hoje grande parte dos desempregados do país. Segundo dados do MTE, de 2004, a taxa de desemprego entre os jovens nessa faixa etária é quase o dobro da taxa de desemprego em geral. Os jovens, homens e mulheres fora do mercado de trabalho somam cerca de 3,5 milhões, ou 45% do total de 7,7 milhões de desempregados em todo o país (MTE, 2004).

Segundo Pochmann (2004a), apesar de 2,7 milhões de jovens terem ingressado no mercado de trabalho, o país abriu somente 120 mil novas vagas. Por conta disso, o volume de jovens ocupados em 1999 (16,1 milhões de postos de trabalho) foi quase o mesmo de 1989, implicando no aumento do desemprego que passou de 1 milhão, em 1989, para 3,6 milhões, em 1999, representando 48% do total do desempregados no país.

Ainda segundo Pochmann (2004b), na década de noventa, o desemprego juvenil (definido como aquele que atinge jovens entre 16 a 24 anos de idade que procuraram emprego e não encontraram) chegou a 18% contra 4% e 8% na década de 80. Logo, o desemprego juvenil é 1,5 vezes superior à taxa de desemprego total. Para o autor, o trabalho juvenil é o mais atingido pelos postos de trabalho precário, aquele que não oferece estabilidade, a renda é baixa e a jornada de trabalho é alta. Assim, pode-se afirmar que aos jovens está sendo reservada a parcela mais insegura do mercado de trabalho, na qual as regras de contratação são mais flexíveis.

O baixo crescimento da economia brasileira nos anos 90 somado à reestruturação industrial provocada pela abertura comercial no Brasil dos anos 90 resultou numa desaceleração do nível de oferta de postos de trabalho desencadeando mudanças expressivas no mercado de trabalho juvenil no país.

De acordo com Pochmann (2000 p.36):

“Durante os anos 90, a PEA juvenil cresceu em 1,3 milhão de pessoas, enquanto o país criou apenas 448 mil vagas para os jovens. Por conta disso, o desemprego atingiu a quase 1,8 milhão de jovens, representando um indicador sem paralelo nos últimos 100 anos”.

Tendo em vista esta realidade e buscando incentivar o mercado a ofertar postos de trabalho aos jovens, principalmente de baixa renda familiar é que o governo agindo na sua função social criou o chamado programa “Primeiro Emprego” com o intuito de incentivar o empresariado a inserir jovens no mercado de trabalho formal.

No mercado de trabalho experiência é tudo. Tudo o que muitos jovens andam querendo, mas não conseguem por simples falta de currículo e oportunidade. O Programa Primeiro Emprego surgiu com o objetivo de suprir esta necessidade e, com isso, contribuir para o crescimento socioeconômico dos Estados, das Regiões e do País. Partiu-se do pressuposto de que as empresas gerando emprego, os empreendimentos recebem apoio financeiro, os jovens adquirem qualificação e a comunidade ganha ótimos profissionais.

O Programa Primeiro Emprego, doravante identificado como PPE, tem como proposta integrar a política de desenvolvimento econômico e social do governo federal e estadual. O programa promove a geração de empregos para jovens entre 16 e 24 anos e o incentivo financeiro a empresas de qualquer setor econômico, entidades sem fins lucrativos, proprietários rurais, profissionais liberais e autônomos.

O PPE foi lançado em julho de 2003, mas somente em outubro do mesmo ano foi aprovada a lei que permitiu a subvenção econômica às empresas. Inicialmente, o governo pensava em obter vagas para 70 mil jovens até o fim de 2004. O programa foi desenhado para proporcionar uma ajuda de R\$ 200,00 durante seis meses para as pequenas e micro empresas que se dispusesse a abrir vagas para os jovens e de R\$ 100,00 para as médias empresas.

A realidade é que apesar do esforço do governo federal em agregar vários tipos de programas ao Primeiro Emprego, como qualificação profissional, jovem aprendiz e jovem empreendedor, o projeto de incentivar a captação de vagas no mercado de trabalho formal para os

jovens não conseguiu, ainda, obter resultados significativos. Segundo dados do MTE apud Nunomura (2004), até 2004, segundo dados oficiais, 2.192 postos de trabalho foram preenchidos nas empresas por jovens com idade entre 16 e 24 anos, que é o público-alvo do projeto.

Com base em inúmeros motivos investigados neste estudo, o Programa Primeiro Emprego não conseguiu, ainda, a adesão e o estímulo do empresariado e da sociedade no sentido de proporcionar resultados significativos de inserção de jovens no mercado formal de trabalho.

Com ênfase neste enfoque apresenta-se o papel do Estado no tocante aos programas de inserção profissional de jovens no mercado de trabalho.

Um segundo eixo de análise busca compreender mais especificamente como os programas governamentais têm sido articulados nessas iniciativas. Que relação existe entre a política do Primeiro Emprego com as reais demandas do mercado? Que lacunas existem entre a realidade da falta de oportunidade no mercado de trabalho para jovens e as políticas públicas voltadas a oportunizar a inserção desses jovens?

Estes questionamentos serão analisados e relacionados com a evolução dos dados oficiais da RAIS nos períodos de 1989 e 1999 (que corresponde ao final de duas décadas), bem como o período recente (dos anos de 2000 a 2004) que servirá de base para diagnosticar a evolução do emprego formal juvenil. Os dados desses períodos serão usados como fonte comparativa em relação aos resultados coletados dos programas governamentais “Primeiro Emprego” (federal) e “Primeira Chance” (estadual/RN), no período de 2003 a 2004.

## 2.2. O Desemprego Juvenil no Mundo e no Brasil

Nos últimos anos, o crescimento do desemprego mundial afetou especialmente os jovens. A juventude atual tem que suportar grandes incertezas econômicas e sociais. Em comparação com os adultos, os jovens de hoje, entre 15 e 24 anos têm três vezes mais probabilidade de encontrarem-se desempregados que os adultos e conseqüentemente o potencial dos jovens não é aproveitado porque não têm acesso a um trabalho decente (SILVA e KASSOUF, 2000).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2003, p.8), o número de jovens desempregados aumentou de forma constante entre 1993 e 2003, chegando a 88 milhões de jovens sem emprego. Esta situação aponta que 47% dos jovens encontram-se desempregados.

Tais dados são bastante preocupantes, pois, os jovens em idade de trabalho no mundo representam 25% do total da população em idade de trabalhar.

Neste sentido, as previsões são de que até 2015, 660 milhões de jovens estarão trabalhando e buscando trabalho, o que representa um aumento de 7,5 % dos jovens que formavam a população ativa em 2003. Durante o decênio que se finaliza em 2015, haverá mais pessoas buscando trabalho pela primeira vez do que nunca antes visto na história recente. Este desafio será especialmente árduo nas regiões com maior crescimento da população ativa, em particular na África, de onde se prevê que haverá mais 30 milhões de jovens, isso representa 28% dos jovens e na Ásia onde o número de jovens aumentará em 21 milhões representando 15%, isto entre 2003 e 2015 (OIT, 2003).

Segundo a OIT apud Pochamnn (2004a, p.60), existe hoje mais de 160 milhões de pessoas à procura de emprego no mundo. Os dados ainda revelam que o Brasil ocupa a 99ª posição em relação ao número de desempregados no globo. Isso significa que para cada 100 pessoas economicamente ativas 10 delas estão à procura de emprego em todo o mundo. Ainda segundo o autor, em se tratando do total de desempregados no mundo quando comparados com os índices de desemprego no Brasil, pode-se dizer que, a cada 100 pessoas que procuram emprego no planeta, 5 delas estão em solo brasileiro, isso significa que 5% dos desempregados do mundo se encontram no Brasil.

No início do século XXI, segundo Pochmann (2004b, p.74), nos países desenvolvidos, a cada 10 jovens seis, em média, encontram-se em situação de inatividade, enquanto nos anos 70, eram apenas quatro a cada 10 na mesma situação. Dos 20 países com os piores valores no Índice de Desemprego (concentrados principalmente na África), os desempregados correspondem a 24% da PEA, em média. Nas 175ª e 174ª posições, aparecem ainda na África Djibuti e Lesoto. Nesses países, a cada 100 indivíduos economicamente ativos, nada menos que 40 estão desempregados. E, paralelamente, entre as 167ª e 173ª posições, despontam Namíbia, Macedônia, Togo, Guiné-Bissau, Camarões, Argélia e África do Sul. Nesses países, entre 100 pessoas economicamente ativas, não menos de 30 estão desempregadas.

O quadro 2 apresenta a previsão da distribuição regional mundial da população ativa e o crescimento da população ativa juvenil, ambos no período 2003-2015.

Quadro 2  
Distribuição regional e crescimento da população juvenil entre 2003-2015

	População ativa juvenil em 2003 (milhões)	%	População ativa em 2015 (milhões)	%	Taxa de Variação % da População Ativa Juvenil em 2003-2015 (milhões)	Participação. % 2003-2015
MUNDO	614.255	100	659.669	100	45.414	7
Economias Industrializadas	84.284	14	64.431	10	147	-24
Economias em transição	27.163	4	19.814	3	-7	-27
Ásia Oriental	161.822	26	155.926	24	-6	-4
Ásia Sudoriental	60.979	10	63.662	10	3	4
Ásia Meridional	122.347	20	144.272	22	22	18
América Latina e Caribe	56.986	9	58.772	9	2	3

Fonte: OIT, Tendências mundiales del empleo juvenil, 2003.

O que se percebe é que no período de 2003-2015, segundo a OIT, acontecerá um crescimento moderado da população juvenil ativa mundial de 7%. Esse crescimento é fortemente influenciado pelo aumento da população ativa da Ásia Meridional que crescerá muito acima da média mundial total em termos relativos e absolutos, conforme demonstra o quadro acima.

Nas economias em transição (economias em desenvolvimento) e na Ásia Oriental a população juvenil diminuirá. Na América Latina e Caribe o crescimento será menor que 50% da taxa mundial, precisamente 3%.

Assim, o que se verifica é que o crescimento da população juvenil entre 2003-2015 será baixo, com crescimento negativo nas economias industrializadas e àquelas em transição. Por outro lado, na Ásia Meridional, Sudoriental, América Latina e Caribe, o crescimento da população ativa juvenil influenciará fortemente o aumento total da população juvenil mundial.

Esse contexto contrasta com a falta de oportunidade para os jovens no mercado de trabalho formal, o qual vem se agravando nas últimas décadas em todo o mundo, principalmente em países periféricos, cujas políticas preponderantemente com foco no combate inflacionário por vezes desaceleraram a atividade econômica e, conseqüentemente, provocou a diminuição da oferta de postos de trabalho.

Diante desse quadro percebe-se que a situação de desemprego no mundo é um fato muito preocupante e que dissemina uma série de conseqüências que favorecem o agravamento de problemas sociais, principalmente em países periféricos no mundo inteiro.

Relembra-se que as três últimas décadas do século XX foram marcadas pelo esgotamento do modelo fordista-keynesiano, de acumulação do capital e pela emergência de um novo padrão

de regulação econômica que Harvey (1995, p. 62) chamou de acumulação flexível. Trata-se de um movimento de reestruturação capitalista que, acirrando a concorrência no âmbito dos processos produtivos, amplia os mecanismos de aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, provocando mudanças de ordem política, econômica e social.

É neste cenário que a década de 90, no Brasil, caracterizou-se pelo crescimento acelerado das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares elevados. Ao mesmo tempo, agravaram-se as condições de trabalho, com expansão de contratos fora dos marcos legais, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros. É a partir dessas questões que se desenvolve o debate sobre o mercado de trabalho no Brasil dos anos 90.

Segundo Mattoso (1995, p.117):

“A maior insegurança no mercado de trabalho, entendida como a própria insegurança em pertencer ou não ao mercado de trabalho foi favorecida pela ruptura do compromisso keynesiano e, conseqüentemente, pela não priorização do pleno emprego como objetivo de governo. O resultado foi uma sobre-oferta de trabalhadores (observável pela elevação dos patamares do desemprego) e do aumento das desigualdades frente ao desemprego”.

Ainda neste sentido Apolinário (2002, p. 17) aponta que no caso do Brasil dos anos 90, a aplicação de políticas centradas no tripé (inflação baixa, abertura comercial e controle cambial), provocou uma forte inflexão no emprego de mão-de-obra. O pressuposto das políticas era de que a redução do nível da atividade econômica geraria o equilíbrio externo e evitaria a volta da inflação. Desse modo, o desemprego seria uma espécie de preço inevitável a ser pago em decorrência da globalização e do plano de estabilização.

Relembra-se que no que se refere a jovens à procura de emprego, no Brasil, ao final da década de 90 constata-se que a cada 100 desses jovens, quase 20 estavam na situação de desemprego, ao passo que ao término dos anos 80 eram apenas 6 jovens desempregados a cada 100 (POCHMANN, 2000).

Neste sentido, Madeira (1998, p. 97) discorre que não apenas o desemprego, mas também a forma específica da sua inserção no mercado de trabalho revela marcas da exclusão social a que os jovens estão sendo submetidos. Assim, a preocupação com a questão do desemprego, do fracasso educacional e dos problemas de ajustamento social da juventude surge como questões centrais na pauta de ação de alguns governos nos anos 90.

Dessa forma pode-se considerar que o baixo crescimento econômico somado às políticas públicas não conseguiu vencer o desemprego que cresceu em todas as regiões do país, tornando-se a principal preocupação dos brasileiros. Essa situação é ainda mais crítica quando se trata da

inserção de jovens no mercado formal de trabalho que, por motivos diversos são excluídos e impossibilitados de atuar neste mercado.

Neste sentido, para analisar a evolução e o atual estágio do emprego do jovem no Brasil é importante discutir as dificuldades que imperam nessa questão, como: a baixa escolaridade, as políticas governamentais de inserção no mercado de trabalho e a baixa renda como fatores condicionantes à entrada no mercado formal de trabalho de jovens em todas as regiões do país.

2.3 Evolução do Emprego juvenil no Brasil -BR, no Nordeste - NE e no Rio Grande do Norte – RN, entre 1989 e 2004: comparativo segundo os setores, grau de instrução, remuneração e gênero.

O estudo contempla os registros administrativos do MTE, precisamente RAIS, como forma de identificar, confrontar e analisar os dados oficiais com os dados dos programas governamentais Primeiro Emprego (federal) e Primeira Chance (estadual).

Este estudo enfatiza o emprego formal no Brasil, no Nordeste e no Rio Grande do Norte através da exploração das seguintes variáveis: emprego por setor (BR, NE e RN); emprego no RN e Leste Potiguar<sup>1</sup>, segundo: o gênero, a faixa etária, o setor econômico/faixa etária, a escolaridade/faixa etária e a remuneração/faixa etária. Esclarece que o destaque feito à mesoregião<sup>2</sup> Leste Potiguar deve-se ao fato desta ser a área no RN de maior concentração de jovens atendidos pelo PPE (federal) e PPC (estadual).

Esta etapa da pesquisa é de cunho documental. Segundo Gil (1991, p.51), a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos desse estudo. Dessa forma, os dados do MTE referentes ao emprego de jovens entre 16 e 24 anos serão explorados a partir das variáveis já mencionadas.

1. O estado do RN está dividido em quatro mesoregiões segundo o IBGE, a saber: Agreste Potiguar; Oeste Potiguar; Centro Potiguar e Leste Potiguar. Nesta última, situa-se a capital, Natal e cidades circunvizinhas; Macaíba, Parnamirim, Extremoz, Ceará Mirim e São Gonçalo do Amarante, que juntas conformam a Região Metropolitana e concentram cerca de 90% de emprego na indústria de transformação do RN nos anos 90. (APOLINÁRIO, 2002).

2. Entende-se por mesoregião uma área individualizada em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial (IBGE, 2005).

A opção pelos dados do MTE (RAIS) deve-se a sua abrangência (quase 100% dos municípios brasileiros) e a sua cobertura temporal (dados anuais e mensais desde 1985 até o presente), e por ser considerado o “censo do emprego formal” no Brasil.

### 2.3.1. Estudo do emprego: BR, NE e RN.

#### 2.3.1.1 Evolução do emprego no BR, NE e RN, segundo os grandes setores: 1989 1999 e 2004.

A tabela 1 e o gráfico 1 apresentam os dados referentes aos empregos formais por setores no Brasil.

Tabela 1  
BR: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)

SETOR	1989	%	1999	%	2004	%	TXV (%) <sup>1</sup> (1989/2004)	Part. (%) <sup>2</sup>
IND	6.615.924	29	5.014.367	20	6.395.084	20	-3	-31
C.CIVIL	1.078.332	5	1.047.891	4	1.118.570	3,6	4	-28
COM	3.165.017	14	3.937.911	16	5.587.263	18	77	29
SERV	11.957.013	52	13.955.693	56	17.001.020	54	42	4
AGROP	385.967	2	1.035.374	4	1.305.639	4,2	238	110
TOTAL	23.204.242	100	24.993.235	100	31.407.576	100	35	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

1. A taxa de variação percentual (TXV %) é encontrada a partir da seguinte fórmula:  $\{(2004 / 1989) - 1\} \times 100$ . Através dessa fórmula é possível identificar crescimento ou decréscimo de postos de trabalho entre os dois períodos.

2. A participação percentual (part. %) é encontrada a partir da relação entre os valores percentuais dos setores e, tem como objetivo identificar qual setor cresceu mais em detrimento dos outros, ou qual setor perdeu mais postos de trabalho, relativamente É encontrado a partir da seguinte fórmula  $\{(\% 2004 / \% 1989 \times 100) - 100\}$ .



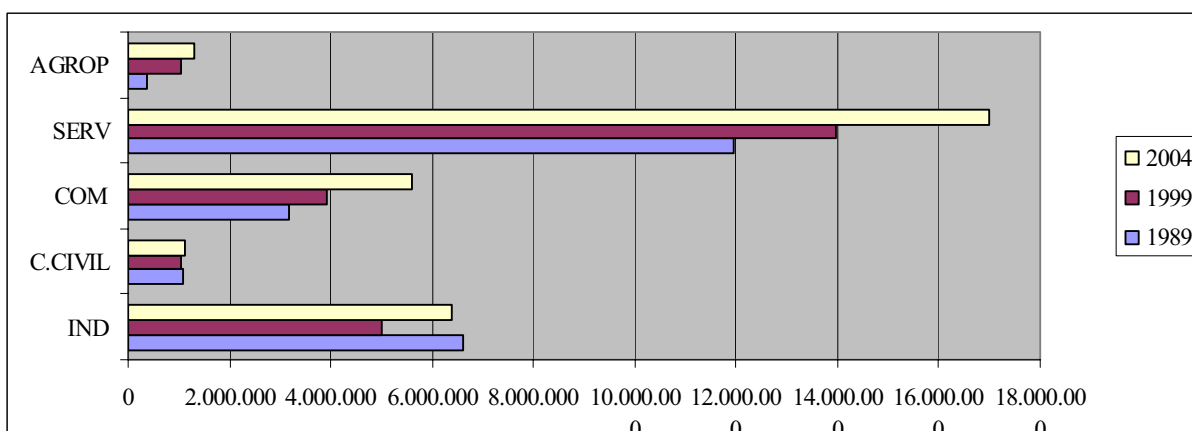


Gráfico 1: BR: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; MTE/ RAIS – 2005.

Verifica-se entre 1989 e 2004 que a maior taxa de variação e participação aconteceu no setor da agropecuária, seguido pelo setor do comércio e serviços. A indústria nesse período apresentou queda na taxa de variação e, essa perda é percebida mais ainda considerando a participação do setor (-31%). O setor que mais perdeu em participação foi a indústria (-31%) e o setor que mais cresceu, em participação no período, foi a agropecuária (110%). No mesmo período a construção civil também sofreu com perda de participação (-28%)

No Brasil, entre 1989 e 1999, o crescimento de empregados formais foi menor (8%) que entre 1999 e 2004 (26%), demonstrando que houve reação positiva na oferta de postos de trabalho no país mais significativo no último subperíodo apresentado.

A tabela 2 e o gráfico 2 apresentam os dados referentes aos empregos formais por setores no Nordeste.

Tabela 2  
NE: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)

SETOR	1989	%	1999	%	2004	%	TXV % (1989/2004)	Part. %
IND	736.177	21	614.038	15	823.320	15	12	-29
C.CIVIL	175.861	5	196.675	5	209.000	4	19	-20
COM	428.152	12	572.912	14	827.756	15	93	25
SERV	2.189.048	61	2.642.762	63	3.305.689	61	51	0
AGROP	56.330	2	155.133	4	228.965	5	306	100
TOTAL	3.587.557	100	4.183.519	100	5.394.730	100	50	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

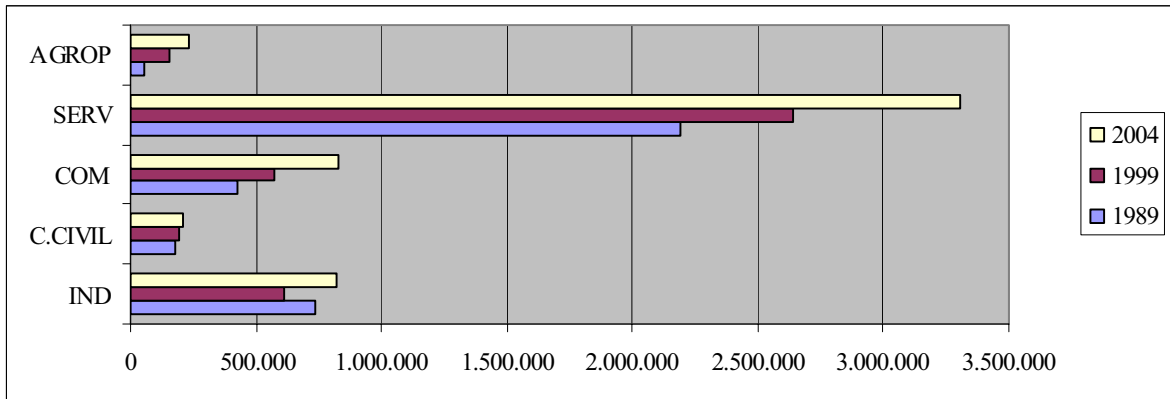


Gráfico 2: NE: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)  
 Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; MTE/RAIS – 2005.

O resultado apresentado sobre o emprego formal por setor no Nordeste, segue a tendência dos resultados em nível de Brasil, isto porque entre 1989 e 2004 a maior taxa de variação e participação aconteceu no setor da agropecuária (306% e 100%); seguido pelo setor do comércio e serviços. Sendo que o setor de serviços não alterou a sua participação percentual no emprego em relação aos demais setores.

Assinala-se que no Nordeste a indústria teve uma taxa de variação positiva (12%), diferente dos resultados em nível de Brasil que foram negativos (-3%), mas em termos de participação percentual, a indústria dessa região também apresentou índice negativo (-29%), próximo dos -31% em nível de Brasil no mesmo período.

No Nordeste, no período de 1989 a 2004, os setores que tiveram melhores desempenhos medidos pela taxa de variação e participação percentuais foram respectivamente: a agropecuária, o comércio e os serviços, seguindo a tendência do Brasil no mesmo período.

Observa-se ainda que, entre 1989 e 1999 o crescimento de empregos no NE foi de 17%, contra 8% em termos de Brasil. Por outro lado, no subperíodo 1999/2004 o crescimento do emprego no Nordeste foi superior ao período anterior (29%), embora bastante próximo ao último subperíodo no Brasil (26%).

A tabela 3 e o gráfico 3 apresentam os dados referentes aos empregos formais por setores no RN.

Tabela 3  
RN: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)

SETOR	1989	%	1999	%	2004	%	TXV % (1989/2004)	Part. %
IND	52.286	26	47.493	16	60.087	14	15	-46
C.CIVIL	7.801	4	13.998	5	18.410	4	136	0
COM	23.369	12	37.690	13	61.115	15	162	25
SERV	108.987	54	186.139	62	258.537	61	137	13
AGROP	5.686	3	12.284	4	22.960	6	304	100
TOTAL	200.118	100	299.603	100	421.109	100	110	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS,2005.

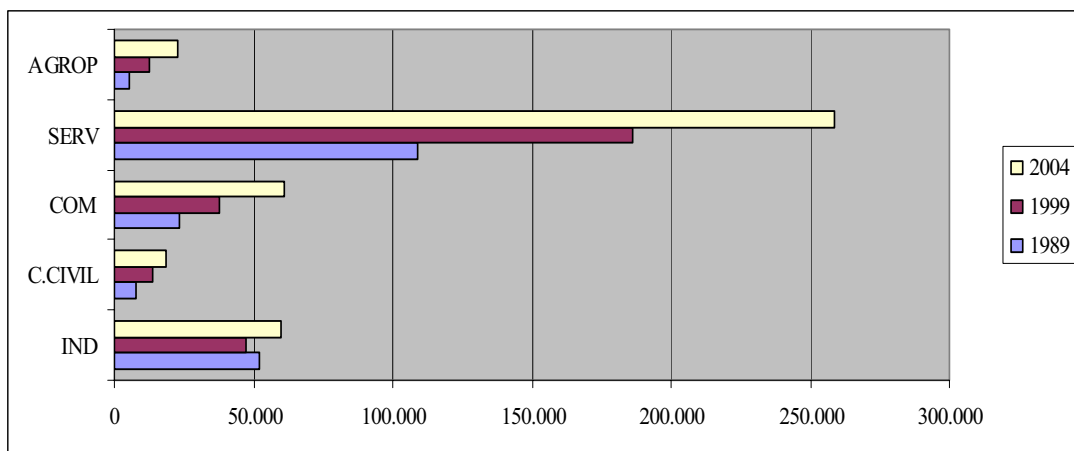


Gráfico 3: RN: Emprego nos Grandes Setores (1989, 1999 e 2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; MTE/RAIS – 2005.

No RN, o resultado apresentado sobre o emprego formal entre 1989 e 2004 também aponta a tendência nacional de maior crescimento verificado na agropecuária em taxa de variação e participação percentual (304% e 100%), seguido pelo setor do comércio, construção civil e serviços.

Adverte-se que o setor da construção civil que apresenta participação percentual negativa no Nordeste, mas no Rio Grande do Norte não sofre alteração no período, 1989-2004.

Em termos comparativos, pode-se ressaltar que o comportamento da indústria no RN no período de 1989 e 2004 é positivo em taxa de variação (15%), sendo este percentual maior que a média do Nordeste (12%) e Brasil (-3%). Porém, apresenta a maior perda de participação do setor (-46%), quando o NE foi de (-29%) e BR (-31%).

No final da década de 90, o resultado apresentado segundo a RAIS é o seguinte: 1º lugar em número de empregados continua o setor de serviços com 61% (RN e NE) e 54% (Brasil), seguido da indústria e comércio. Em 2004, percebe-se que essa realidade não é alterada. O setor

de serviços mantém-se em 1º lugar, seguido da indústria e comércio no BR, NE e RN, em números de empregados.

O que há de novo quanto aos subperíodos de 1989-1999 e 1999-2004 é que no RN, diferentemente do BR e NE, o subperíodo 1999-2004 registra uma recuperação de emprego menor (41%) do que no período anterior: 1989-1999 (50%), o que sugere que no RN o subperíodo 1999-2004 mostra-se mais resistente em termos de geração de emprego. Por outro lado, o RN registra um crescimento do emprego no período 1989-2004 muito maior (110%) do que no NE (50%) e BR (35%).

#### 2.3.1.2 Emprego segundo o gênero no RN: 2000/2004.

Os dados que seguem se concentram ora no RN como um todo, ora no Leste Potiguar.

A tabela 4 apresenta os dados referentes ao emprego formal e faixa etária no RN, por gênero.

Tabela 4  
RN: emprego por gênero e faixa etária (2000/2004)

<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2000</b>						
FX ETÁRIA	MASC	%	FEM	%	TOTAL	%
ATÉ 24	33.142	19	19.741	14	52.883	17
25 ACIMA	137.605	81	124.973	86	262.578	83
T. GERAL	170.747	100%	144.714	100%	315.461	100%
<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2004</b>						
FX ETARIA	MASC	%	FEM	%	TOTAL	%
ATÉ 24	43.314	18	27.185	15	70.499	17
25 ACIMA	193.137	82	157.473	85	350.610	83
T. GERAL	236.551	100	184.658	100	421.109	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Quanto ao gênero, percebe-se que a participação masculina tanto para jovens com até 24 anos quanto para os indivíduos com mais de 25 é maior que a participação feminina.

Segundo os números do MTE no período de 2000-2004 a quantidade de jovens com até 24 anos que entrou no mercado passou de 52.883 para 70.499 jovens, com 33% de taxa de variação. Enquanto que a população com mais de 25 anos passou de 262.578 para 350.610, entre 2000 e 2004, com (34%) de taxa de variação.

Observa-se dos dados acima que a participação dos jovens do sexo masculino é maior que a participação dos jovens do sexo feminino para as faixas etárias e as regiões avaliadas.

Percebe-se que no período de 2000-2004 aconteceu um aumento na oferta de emprego para pessoas com até 24 anos no mercado formal de trabalho no RN. No entanto, ainda muito incipiente levando-se em conta um grande período de falta de oferta de novos postos de trabalho.

Pode-se aventar que a retomada da oferta de postos de trabalho deve-se em especial aos programas governamentais: Programa Primeiro Emprego (PPE), do governo federal e o Programa Primeira Chance (PPC) do governo do RN, os agentes incentivadores da entrada de jovens no mercado formal de trabalho nesse período, haja vista que em 2003 o governo federal lança o PPE e em 2004 o governo do Rio Grande do Norte lança um programa similar, o PPC. Este último, por sua vez, conseguiu só em 2004 inserir 5.000 jovens no mercado formal de trabalho no RN.

### 2.3.1.3 Emprego segundo os setores no RN: 2000/2004.

A tabela 5 apresenta os dados referentes ao emprego no RN por setores e idade.

Tabela 5  
RN: Emprego por setores e faixa etária (2000/2004)

<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2000</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
INDÚSTRIA	14.215	24	35.654	14	49.869	15
CONSTR CIVIL	2.998	5	11.238	4	14.236	4
COMERCIO	16.100	27	27.730	11	43.830	14
SERVICOS	20.560	34	176.525	67	197.085	61
AGROPECUARIA	6.189	10	11.408	4	17.597	5
SUB TOTAL	60.062	100	262.555	100	322.617	100
<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2004</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
INDÚSTRIA	13.839	20	46.248	13	60.087	14
CONSTR CIVIL	3.054	4	15.356	4	18.410	4
COMERCIO	19.639	28	41.476	12	61.115	15
SERVICOS	27.031	38	231.506	66	258.537	61
AGROPECUARIA	6.936	10	16.024	5	22.960	6
SUB TOTAL	70.499	100	350.610	100	421.109	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Em 2000, o setor que mais empregou jovens de até 24 anos de idade no RN foi o de serviços, com 34%, seguido do comércio com 27% e a indústria com 24%.

### 2.3.1.4 Emprego segundo a escolaridade no RN: 2000/2004.

A tabela 6 apresenta os dados referentes ao emprego formal no RN por escolaridade e idade no período 2000-2004.

Tabela 6  
RN: Emprego por escolaridade e faixa etária (2000/2004)

<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2000</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
ANALFABETO	843	2	5.910	3	6.753	3
4. SER. COM / INCOMP	4.807	13	29.735	16	34.542	15
8. SER COMP / INCOMP	10.967	29	47.345	25	58.312	26
2. GR. COMP / INCOMP	18.332	48	73.478	39	91.810	40
SUP. COMP / INCOMP	2.947	8	33.202	18	36.149	16
<b>TOTAL</b>	<b>37.896</b>	<b>100</b>	<b>262.578</b>	<b>100</b>	<b>315.461</b>	<b>100</b>
<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2004</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
ANALFABETO	740	1	5.968	2	6.708	2
4. SER. COM / INCOMP	8.392	9	61.041	17	69.433	16
8. SER COMP / INCOMP	14.663	21	67.394	19	82.057	19
2. GR. COMP / INCOMP	40.661	60	172.736	49	213.397	51
SUP. COMP / INCOMP	6.043	9	43.471	12	49.514	12
<b>TOTAL</b>	<b>70.499</b>	<b>100</b>	<b>350.610</b>	<b>100</b>	<b>421.109</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Quanto à escolaridade dos jovens de até 24 anos em 2000, verifica-se que aqueles que cursaram até a 4ª completa somam 13%, com até a 8ª série 29% e com até 2º grau completo 48%. Apenas 8% possuem nível superior completo ou incompleto. Assim, o maior número de jovens contratados no RN em 2000, segundo a escolaridade, está no ensino médio, seguido de jovens com até a 8ª série.

Em 2004, o total de jovens no mercado de trabalho formal do RN com escolaridade de até a 4ª série é de 9%; com até a 8ª série 21%; com ensino médio completo e incompleto, a grande maioria (60%) e com ensino superior ou cursando, 9% do total.

Em 2000 o número de jovens analfabetos trabalhando com até 24 anos era de 2% e de trabalhadores com mais de 25ª nos de 3%.

O fato dos jovens com 2º grau completo somarem 48%, em 2000 e 60% em 2004 reforça a tese de que o mercado de trabalho formal exige cada vez trabalho qualificado.

#### 2.3.1.5 Emprego segundo a remuneração no RN: 2000/2004.

A tabela 7 apresenta os dados referentes ao emprego no RN por remuneração e faixa etária no período 2000-2004.

Tabela 7  
RN: Emprego por remuneração e faixa etária (2000/2004)

<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2000</b>											
FX ETÁRIA	ATE 0,50	%	0,51 1,00	%	1,00 2,00	%	2,01 4,00	%	ACIMA 4,00	%	TOTAL
ATÉ 24	382	0,1	5.136	1,6	38.156	12,1	7.333	2	1.690	0,5	52.697
25 ACIMA	1.979	0,6	21.107	8,7	123.929	39,4	65.164	21	49.450	15,7	261.629
<b>TOTAL</b>	<b>2.361</b>	<b>0,7</b>	<b>26.243</b>	<b>8,3</b>	<b>162.085</b>	<b>51,6</b>	<b>72.497</b>	<b>23</b>	<b>51.140</b>	<b>16,3</b>	<b>314.326</b>
<b>RIO GRANDE DO NORTE – 2004</b>											
FX ETÁRIA	ATE 0,50	%	0,51 A 1,0	%	1,00 2,00	%	2,01 4,00	%	ACIMA 4,00	%	TOTAL
ATÉ 24	562	0,1	7.695	1,8	50.095	11,9	10.465	2,5	2.659	0,6	71.571
25 ACIMA	854	0,2	27.703	6,6	178.636	42,4	88.895	21,1	52.635	12,4	349.538
<b>TOTAL</b>	<b>1.416</b>	<b>0,3</b>	<b>35.398</b>	<b>8,4</b>	<b>228.731</b>	<b>54,3</b>	<b>99.360</b>	<b>23,6</b>	<b>55.294</b>	<b>13</b>	<b>421.109</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Quanto à inserção de jovens com até 24 anos no mercado formal de trabalho do RN, em 2000, percebe-se que a maior concentração de renda acontece entre 1 (um) e 2 (dois) salários de referência (12,1%). De forma geral somando os jovens com até 24 anos e os demais participantes no mercado formal de trabalho no RN em 2000, a maior concentração de renda fica entre 1 (um) e 4 (quatro) salários, o que representa aproximadamente 52% dos empregados.

Em 2004 essa concentração em relação à remuneração continua entre 1 (um) e 4 (quatro) salários para pessoas com até 24 anos, bem como para os demais participantes do mercado formal de trabalho no RN (42%).

### 2.3.2 Leste Potiguar, emprego formal por: setores, idade, gênero e remuneração (2000/2004).

A apresentação desses dados deve-se ao fato de ser nessa área geográfica (Mesoregião Leste Potiguar) que se encontra a cidade alvo do estudo de campo realizado nesta dissertação, Natal/RN. Além de esta concentrar 68% do emprego formal do estado, em 2004.

#### 2.3.2.1 Emprego por setores - Leste Potiguar (2000/2004).

A tabela 8 apresenta dados do emprego por setores na mesoregião Leste Potiguar.

Tabela 8  
Leste Potiguar RN: Emprego por setores e faixa etária (2000/2004)

<b>LESTE POTIGUAR – 2000</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
INDÚSTRIA	8.491	22	23.124	12	31.615	14
CONSTR CIVIL	1.959	5	8.739	5	10.698	5
COMERCIO	10.263	27	20.039	11	30.302	13
SERVICOS	15.367	41	131.519	69	146.886	65
AGROPECUARIA	1.816	5	6.249	3	8.065	4
<b>TOTAL</b>	<b>37.896</b>	<b>100</b>	<b>189.670</b>	<b>100</b>	<b>227.566</b>	<b>100</b>
<b>LESTE POTIGUAR -2004</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
INDÚSTRIA	9.019	18	30.575	12	39.594	13
CONSTR CIVIL	1.829	4	10.497	4	12.326	4
COMERCIO	13.980	29	29.924	12	43.904	15
SERVICOS	21.703	44	168.551	68	190.254	64
AGROPECUARIA	2.555	5	7.248	3	9.803	3
<b>TOTAL</b>	<b>49.086</b>	<b>100</b>	<b>246.795</b>	<b>100</b>	<b>295.881</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Em 2000, o maior empregador por idade era o setor de serviço com 65% do total de empregados formais, seguido com 14% pela indústria e 13% pelo setor de comércio.

Em 2004, o maior empregador continua sendo o setor de serviços, seguido pelo comércio e indústria.

Segundo os dados, na mesoregião Leste Potiguar concentra-se o maior número de pessoas no mercado formal de trabalho no RN, 70% dos 421.109 empregados formais existentes no Estado em 2004.

Quanto ao emprego de jovens com até 24 anos em 2000, quem mais empregou na mesoregião do Leste potiguar foi o setor serviço (41%), seguido do comércio (27%) e, em terceiro, a indústria (22%).

Em 2004, o setor de serviços continua sendo o maior empregador nesta mesoregião do RN para todas as idades apresentando o mesmo valor percentual verificado em 2000 (64%). Conseqüentemente, os setores de serviço e comércio empregaram 79% do total geral de trabalhadores no mercado formal no Leste Potiguar. Quanto ao emprego de jovens de até 24 anos, quem mais empregou foi o setor de serviço (44%), o comércio (29%) e a indústria (18%).

#### 2.3.2.2 Emprego por gênero - Leste Potiguar (2000-2004).



A tabela 9 refere-se aos dados por gênero do mercado formal de trabalho na mesoregião Leste Potiguar no período de 2000-2004.

Tabela 9  
Leste Potiguar RN: Emprego por gênero e faixa etária (2000/2004)

<b>LESTE POTIGUAR 2000</b>						
FX ETARIA	MASC	%	FEM	%	TOTAL	%
ATÉ 24	23.157	19	14.739	14	37.896	17
25 ACIMA	99.163	81	90.507	86	189.670	83
<b>TOTAL</b>	<b>122.320</b>	<b>100</b>	<b>105.246</b>	<b>100</b>	<b>227.566</b>	<b>100</b>
<b>LESTE POTIGUAR 2004</b>						
FX ETARIA	MASC	%	FEM	%	TOTAL	%
ATÉ 24	28.634	17	20.452	16	49.086	17
25 ACIMA	136.584	83	110.211	84	246.795	83
<b>TOTAL</b>	<b>165.218</b>	<b>100</b>	<b>130.663</b>	<b>100</b>	<b>295.881</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Quanto à ocupação por gênero dos jovens com até 24 anos, os dados em 2000 apontam que 19% eram do sexo masculino e 14% do sexo feminino.

Em 2004 esses percentuais se apresentam da seguinte maneira: para jovens do sexo masculino 17% e, para jovens do sexo feminino 16%.

Percebe-se um aumento modesto, entre 2000 e 2004, na participação de jovens do sexo feminino, com até 24 anos no mercado formal de trabalho nessa mesoregião.

### 2.3.2.3. Emprego por escolaridade – Leste Potiguar (2000/2004).

A tabela 10 refere-se aos dados por escolaridade dos jovens, no mercado formal de trabalho, na mesoregião Leste Potiguar.

Tabela 10  
Leste Potiguar RN: Emprego por escolaridade e faixa etária (2000/2004)

<b>LESTE POTIGUAR – 2000</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
ANALFABETO	843	2	5.910	3	6.753	3
4. SER. COM / INCOMP	4.807	13	29.735	16	34.542	15
8. SER COMP / INCOMP	10.967	29	47.345	25	58.312	26
2. GR. COMP / INCOMP	18.332	48	73.478	39	91.810	40
SUP. COMP / INCOMP	2.947	8	33.202	18	36.149	16
<b>TOTAL</b>	<b>37.896</b>	<b>100</b>	<b>189.670</b>	<b>100</b>	<b>227.566</b>	<b>100</b>
<b>LESTE POTIGUAR – 2004</b>						
FX ETARIA	ATÉ 24 ANOS	%	25 ACIMA	%	TOTAL	%
ANALFABETO	441	1	3.074	1	3.515	1

4. SER. COM / INCOMP	4.818	9	37.028	16	41.846	15
8. SER COMP / INCOMP	10.796	21	41.054	18	51.850	18
2. GR. COMP / INCOMP	31.384	60	121.820	53	153.204	54
SUP. COMP / INCOMP	4.746	9	27.276	12	32.022	11
<b>TOTAL</b>	<b>49.058</b>	<b>100</b>	<b>246.795</b>	<b>100</b>	<b>295.881</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Quanto à escolaridade verifica-se que a maior incidência em 2000 está no ensino médio, 48%, seguido de jovens com até a 8ª série, 29% e 8% no ensino superior. Jovens com até a 4ª série representam 13% do total.

Os dados de 2004 sobre a escolaridade dos jovens com até 24 anos na mesoregião Leste Potiguar é o seguinte: o índice de analfabetos não chega a 1%, jovens com até a 4ª série representam 9% do total, com até a 8ª série, 21%, no ensino médio onde se concentra o maior número de jovens no mercado, 60% e no ensino superior, 9%. Assim, no tocante à escolaridade, a maior concentração de jovens está no 2º grau. O ensino superior aparece com um leve aumento no período.

Fica claro que o mercado de trabalho entre 2000-2004 passou a contratar jovens com níveis de escolaridade mais elevados.

#### 2.3.2.4 Emprego por renda – Leste Potiguar (2000/2004)

A tabela 11 refere-se aos dados por remuneração no mercado formal de trabalho na mesoregião Leste Potiguar.

Tabela 11  
Leste Potiguar RN: Emprego por remuneração e faixa etária (2000/2004)

<b>LESTE POTIGUAR – 2000</b>											
FX ETARIA	ATE 0,50	%	0,51 1,0	%	1,00 2,00	%	2,01 4,00	%	ACIMA 4,00	%	TOTAL
ATE 24 ANOS	250	0,1	2.773	1,2	27.089	11,9	6.184	2,7	1.449	0,6	37.745
25 ACIMA	284	0,1	7.396	3,3	86.144	38	52.651	23	42.590	19	189.065
<b>TOTAL</b>	<b>534</b>	<b>0,2</b>	<b>10.169</b>	<b>4,5</b>	<b>113.233</b>	<b>49,9</b>	<b>58.835</b>	<b>26</b>	<b>44.039</b>	<b>19,6</b>	<b>226.810</b>
<b>LESTE POTIGUAR – 2004</b>											
FX ETARIA	ATE 0,50	%	0,51 1,0	%	1,00 2,00	%	2,01 4,00	%	ACIMA 4,00	%	TOTAL
ATÉ 24 ANOS	323	0,1	4.066	1,3	34.528	11,6	8.958	3,0	1.146	0,4	49.086
25 ACIMA	444	0,1	10.705	3,6	118.714	40,1	70.841	23,9	45.543	15,4	246.790
<b>TOTAL</b>	<b>767</b>	<b>0,2</b>	<b>14.771</b>	<b>4,9</b>	<b>153.246</b>	<b>51,7</b>	<b>79.800</b>	<b>26,9</b>	<b>46.689</b>	<b>15,8</b>	<b>295.881</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, 2005.

Em 2000, a maior concentração de remuneração da população no mercado formal de trabalho, inclusive de jovens com até 24 anos no Leste Potiguar, concentra-se entre 01 a 04 salários mínimos.

Em 2004, esta concentração de renda continua entre 01 a 04 salários mínimos.

### 2.3.3 Conclusão parcial do capítulo 2

Este capítulo realizou inicialmente uma revisão bibliográfica acerca de temas relativos ao problema de emprego e desemprego juvenil no Mundo, no Brasil e no RN. Como forma de compreender e contextualizar a problemática que permeia a discussão sobre o mercado de trabalho e observou que o problema do desemprego juvenil se agrava no Brasil a partir da década de 90 e, essa realidade provocou a gradual diminuição da oferta de postos de trabalho formal em todo o país.

Complementarmente, num segundo momento, o capítulo explora de forma documental os dados da RAIS para identificar a situação real da evolução do emprego formal no Brasil com destaque aos números relacionados ao emprego de jovens entre 16 e 24 anos, foco desse estudo. Nesse sentido, destaca-se que entre 1989 e 2004 aconteceu um baixo crescimento da oferta de emprego no país. Nesse período, o setor da indústria enquanto empregador foi quem mais perdeu posição no BR, NE e RN e o setor que mais cresceu foi o setor da agropecuária. Contudo, em todos os casos, o setor de serviços continua sendo o maior empregador, seguido do comércio e indústria.

## **CAPÍTULO 3 – PROGRAMAS DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Este capítulo faz uma retrospectiva sobre as políticas públicas de emprego e apresenta a proposta do programa Primeiro Emprego do governo federal e do programa Primeira Chance do governo do Rio Grande do Norte.

### 3.1 Políticas Públicas de Emprego

#### 3.1.1 Contextualização teórica

O modelo clássico da economia supõe que o livre funcionamento dos mercados sempre vai possibilitar atingir um ponto de equilíbrio no mercado de trabalho no qual o valor da mão-de-obra (salário real) permite que a oferta de trabalho se iguale a sua demanda, viabilizando o pleno emprego.

Nesse contexto, se o salário real fosse muito elevado, geraria uma oferta de trabalho superior à demanda. Se os salários reais fossem flexíveis (mais especificamente, flexíveis à baixa), esse excesso de oferta devia auto corrigir-se através dos mercados.

No mercado de trabalho, como, aliás, em qualquer mercado, um excesso de oferta devia provocar um movimento de queda dos preços (salários reais, no caso do mercado de trabalho), capaz de reduzir a oferta e elevar a demanda. Nessa perspectiva, a auto-regulação dos mercados redundaria no desaparecimento do desemprego (a oferta igual à demanda).

Se, em um determinado momento, o desemprego fosse resistente à queda (perdurasse por longos períodos de tempo), esse fato seria a manifestação de salários reais rígidos à baixa (insensíveis ao excesso de oferta). Os economistas ou a teoria econômica em geral teriam poucas recomendações de política a esse respeito, dado que essas inflexões são atribuídas, pelos teóricos clássicos, a fatores alheios ao campo da economia. Políticos demagógicos que instituíam salários mínimos, a presença de sindicatos que impediam que os salários reais caíam, etc. eram fatores institucionais ou legais que tornavam os salários reais rígidos à baixa e impediam que os mercados se auto-regulassem. O resultado era o desemprego e sua persistência no tempo.

Já para Keynes, o nível de ocupação seria determinado pelo produto e não pelos salários reais. Para Keynes, no mercado de trabalho não se determinavam salários reais senão salários nominais. Um governo ou um sindicato, por maior que seja seu poder, não pode determinar o poder de compra do salário senão, unicamente, o valor nominal do salário. Dessa forma, a existência de um salário mínimo ou de sindicatos com notório poder de barganha não podia ser desculpa para situações de desemprego. Nessa perspectiva analítica, o nível de emprego era determinado pelo nível de atividade e o salário real se ajustava via inflação (RAMOS, 2003).

Keynes afirma que os problemas de desemprego nas modernas economias de mercado não são oriundos do mercado de trabalho (salários reais rígidos, por exemplo) senão de restrições na dimensão macroeconômica. O mercado de trabalho ocupa uma posição subordinada no modelo macroeconômico e o nível de emprego por sua vez é um desdobramento do nível de atividade.

O modelo keynesiano passou a ser adotado na macroeconomia dominante e mais ainda no que Ramos (2003), chama de “matriz tecnológica” que diz respeito ao modelo taylorismo-fordismo que tinha como característica a produção massificada e a baixa qualificação da mão-de-obra que se traduzia em baixos salários e baixa motivação humana para o trabalho.

O modelo taylorista-fordista a partir da década de 70 entra em crise e, conseqüentemente, o modelo macroeconômico keynesiano. Neste novo cenário coloca-se em cheque o modelo keynesiano e retorna-se aos clássicos na tentativa de encontrar propostas para o novo cenário de mercado. O modelo taylorista-fordista cede espaço às novas tecnologias que passam a exigir recursos humanos mais qualificados e autônomos.

Com a crescente abertura dos mercados (especialmente dos mercados financeiros), a capacidade de utilizar as ferramentas monetário/fiscais para administrar a conjuntura se reduz dramaticamente.

Um país não pode diminuir sua taxa de juros por estar em processo de desaquecimento porque uma medida como essa pode provocar uma fuga de capitais que acaba comprometendo seu equilíbrio externo e desacelerando ainda mais o ciclo conjuntural. Os gastos públicos e seus déficits são permanentemente monitorados pelos agentes financeiros internacionais e constituem um motivo de desconfiança nas suas decisões sobre alocação de recursos financeiros. Após a crise da década de 70 as possibilidades de intervenção no ciclo conjuntural mediante as clássicas ferramentas keynesianas ficaram esgotadas, estando esse privilégio restrito aos grandes centros da economia mundial (EUA, Alemanha e Japão) (RAMOS, 2003).

Assim, o pensamento dominante é de que o nível de emprego não pode ser mais recuperado mediante a utilização das ferramentas macroeconômicas identificadas por Keynes. Além do mais, políticas de aquecimento se traduziriam em desequilíbrios internos com a elevação nas taxas de inflação e as interferências externas.

### 3.1.2 Políticas Públicas

Durante os anos 80, na Europa e, na década de 90 no restante do mundo, incluído o Brasil, o desafio que representava o crescente desemprego começou a ser combatido através de uma série de políticas públicas que passaram a denominar-se, genericamente, de “Políticas de emprego” ou “Políticas de Emprego e Renda”. Esse tipo de estratégia tem seus fundamentos teóricos e suas diferenças com as ações que, anteriormente, eram vistas como as mais eficazes para elevar as oportunidades de emprego.

Ramos (2003), afirma que as Políticas de Emprego são um conjunto de medidas que atua sobre a oferta de trabalho, reduzindo-a ou alterando seu bem-estar, ou sobre o nível de emprego alterando a demanda de forma direta (criação de empregos públicos, por exemplo) ou indireta (formação profissional).

As políticas públicas de emprego dividem-se em políticas passivas e políticas ativas. As políticas passivas dizem respeito às ações governamentais públicas destinadas a amenizar o efeito do desemprego ou a reduzir a oferta de trabalho, como por exemplo o seguro desemprego, a extensão do ciclo escolar e a aposentadoria precoce, entre outros.

As políticas públicas de emprego consideradas ativas são as que englobam uma série de ações destinadas a elevar o nível da oferta de emprego. Como principais exemplos, cita-se: a formação profissional, intermediação pública para regular oferta e demanda, apoio ao pequeno e micro empreendimento, subsídio governamental como incentivo à contratação de determinada população alvo, criação direta de emprego pelo setor público, entre outros.

### 3.1.3 Políticas Públicas de Emprego no Mundo

Cabe às políticas públicas combater o desemprego das categorias mais vulneráveis (jovens, desempregados de longa duração), visando principalmente à luta contra a seletividade do mercado de trabalho. Podem ser políticas passivas – seguro desemprego, por exemplo, e as

políticas ativas que dizem respeito aos programas de formação profissional e políticas de promoção de emprego. Essas políticas dependem diretamente das políticas macroeconômicas.

O mundo inteiro tem direcionado esforços no sentido de minimizar os efeitos do desemprego. Barbur apud DIEESE/RN (2002), define as políticas públicas em nove categorias, a saber: 1) medidas de redução da população ativa; 2) indenização dos desempregados; 3) medidas que reduzem o custo salarial global; 4) ações de formação profissional; 5) medidas de diminuição do tempo de trabalho; 6) formas de discriminação positiva para certas categorias; 7) medidas que contribuem para a organização do mundo do trabalho; 8) a criação de empregos temporários públicos ou associativos e; 9) incentivo à criação de empresas pelos desempregados ou jovens.

Essas medidas formam um conjunto de ações de combate ao desemprego nos países onde são aplicadas. Em linhas gerais ações como seguro-desemprego, programas de formação e qualificação profissional e criação de órgãos de intermediação de mão-de-obra, são geralmente praticadas por quase todos os países. Contudo, a percepção quanto ao problema do emprego pode variar de nação para nação.

Como exemplo cita-se a política de emprego nos Estados Unidos que é bastante moderada. O fato é que a sociedade americana geralmente vê o problema da pobreza ligada diretamente à insuficiência da capacidade, à falta de habilidades e de vontade individual das pessoas. Pesquisa realizada no referido país demonstra que para aquela sociedade o emprego está associado à falta de esforço dos pobres. Já na Europa, o mesmo estudo demonstrou óticas totalmente adversas, pois o resultado aponta como principal causa os fatores estruturais do desemprego, e não o indivíduo, como no caso americano (DIEESE/RN, 2002).

Na Inglaterra, o emprego e desemprego também são considerados de uma maneira geral, responsabilidade do indivíduo. Dessa forma, o Estado estimula a total flexibilização do mercado de trabalho. A Suécia, Dinamarca, França e Alemanha, ao contrário, possuem exemplos de políticas de emprego onde se observa um maior compromisso com os direitos sociais e com a igualdade destes.

Em linhas gerais, em países como Estados Unidos e Inglaterra predomina a liberdade de mercado tendo o Estado o papel de apenas o regular. Já em países como a Suécia, Dinamarca, França e Alemanha existe uma presença estatal mais comprometida e engajada, ou seja, há uma maior intervenção no sentido de facilitar o acesso ao mercado de trabalho, diminuir as desigualdades e ampliar os direitos sociais.

Segundo Azeredo (1998), os instrumentos de políticas públicas de geração de emprego e renda surgiram simultaneamente em um conjunto amplo de países. Para a autora, essa preocupação global se deve a fatores que convergem entre globalização financeira, perda de dinamismo da economia mundial e mudança do paradigma tecnológico. Esses fatores estão atrelados a uma mudança conjuntural da macroeconomia mundial provocando transformações de ordem política em todo o mundo e, como conseqüência, mudanças no mundo do trabalho.

A falta de oportunidades de emprego está diretamente associada à crescente exclusão social e à elevação dos níveis de pobreza, uma característica que, em graus diversos, vem se manifestando tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas periféricas a partir da segunda metade dos anos 70.

A partir da crise dos anos 70, os governos de todos os países centrais (independentemente de seu discurso ideológico) utilizaram todas as estratégias ou, parte delas como: subsídio ao emprego de jovens e desempregados de longa duração, flexibilização da legislação para possibilitar os contratos de tempo parcial e temporário, etc, para combater o desemprego crescente. Os sistemas públicos de emprego que floresceram em quase todos os países nesse período combinaram certas medidas de políticas tipicamente passivas (assistência financeira ao desempregado), com instrumentos ativos (formação e reciclagem profissional e intermediação).

Com a primeira crise do petróleo, em 1973, agrava-se a retração macroeconômica da economia mundial o que por sua vez, provocaram conseqüências no mundo do trabalho que começa a sofrer significativas baixas na oferta de postos formais de trabalho. A partir de então, nas sociedades desenvolvidas, a preocupação passa a ser centrada no desemprego crescente e na busca de alternativas para amenizar a situação, a exemplo das políticas voltadas a atender a massa de desempregados que só crescia.

Esse cenário desencadeou ao longo das décadas seguintes a necessidade de políticas governamentais que atuassem diretamente sobre o mercado de trabalho, visando maximizar a oferta de emprego, dada a restrição macroeconômica e o contexto geral desfavorável (Baixo crescimento das economias, crescimento do desemprego, precarização do trabalho etc). Isso passa a ser uma tendência em todo o mundo desenvolvido a partir da década de oitenta, e nos países em desenvolvimento nos anos 90. Essas políticas estruturaram-se no que se convencionou denominar de Sistema Público de Emprego, que associa assistência ao desempregado, intermediação, formação e reciclagem profissional.



### 3.1.4 Políticas Públicas de Emprego no Brasil

Entre as décadas de 50 e 80 houve no Brasil um crescimento na oferta de postos de trabalho, conseqüência do desenvolvimento econômico ocorrido nesse período. O que se articulava, naquele momento, eram os investimentos internacionais que fomentavam a economia brasileira e, conseqüentemente, poderiam suprir o problema de falta de postos de trabalho. Mas, a partir da década de 80 com a diminuição dos investimentos internacionais no Brasil, diminui, portanto, o fluxo de entrada de capitais, agravando a situação da economia doméstica e provocando forte instabilidade econômica tendo como conseqüência do problema da oferta de emprego formal no país.

Segundo o DIEESE (2001, p 260):

Desde os anos 90, a postura oficial do governo de desvincular as questões relativas à geração de emprego da política macroeconômica, marcada pela rápida e pouco seletiva abertura comercial, pela forte dependência de financiamentos externos, tem sido um dos fatores decisivos para a adoção de um tipo de política social com caráter reativo voltada basicamente para a correção das distorções do mercado de trabalho.

Pela ótica governamental, durante a década de noventa, a justificativa é que a diminuição da oferta de empregos no país é conseqüência do desequilíbrio de mercado.

Admite-se aqui que as políticas públicas de emprego, no Brasil, devem considerar a heterogeneidade do mercado de trabalho, os altos índices de desemprego, o aumento crescente da precariedade das relações de trabalho assalariado, a enorme desigualdade de rendimentos e salários, além dos baixos índices de educação da força de trabalho (DIEESE, 2001).

Também não se pode deixar de levar em consideração os impactos provocados pela abertura comercial, as novas formas de organização da produção e do trabalho, o desenvolvimento tecnológico e a adoção de políticas econômicas que tornaram o país extremamente dependente de financiamentos externos. Dessa forma, os condicionantes supracitados têm limitado a capacidade de crescimento e dificultado enormemente a geração de novos postos de trabalho.

As políticas públicas de emprego receberam um forte impulso com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no início da década de 90.

Segundo Azeredo (1994), no Brasil, o sistema público de emprego ainda que sem uma estratégia definida, começa a delinear-se a partir de 1990, tendo como eixo os recursos do FAT. Esses primeiros passos, dada essa ausência de estratégia, foram pouco coordenados e faltaram

instituições públicas que garantissem sua implementação. Além de, não poucas vezes, os recursos fossem direcionados segundo a capacidade de pressão dos grandes grupos empresariais.

Assim admite-se que são recentes as políticas de emprego no Brasil. As primeiras medidas de emprego referem-se ao Sistema Nacional de Emprego – SINE, criado nos anos setenta. O seguro desemprego foi criado nos anos 80, bem como os primeiros programas de geração de emprego e renda. No final dos anos 80 através da Constituição Federal de 1988, foi criado o FAT.

As políticas sociais voltadas para a questão do emprego começam a estruturar-se a partir dos anos 90 com a criação do FAT, instituído pela Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, onde as primeiras ações visaram regulamentar o seguro-desemprego e o abono salarial, cujas principais fontes de recursos encontram-se no Programa de Integração Social - PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público -PASEP. Os recursos do FAT representam hoje a base de sustentação de tais políticas, envolvendo um montante que chega a 0,6% do PIB nacional (DIEESE/RN, 2002).

A partir de 1994 surgem as ações de âmbito nacional, adotadas e coordenadas pelo MTE, distribuídos da seguinte maneira: seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e programa de geração de emprego e renda (MTE, 2005).

Quanto ao seguro-desemprego regulamentado na Constituição Federal de 1988, este tem por objetivo proporcionar proteção aos trabalhadores do mercado formal de trabalho. Esse programa exige carteira assinada há pelo menos seis meses como pré-requisito para a adesão.

Em 1994 o MTE cria o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER que tem como objetivo atender desde micro empresários até trabalhadores formais e informais do meio urbano e, em 1996 é expandido ao meio rural com a criação do Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA.

Ver no apêndice (págs 127-135) a evolução das iniciativas governamentais de incentivo ao emprego: FAT, PROGER, PLANFOR, dentre outros.

Em 1995 foi instituído o Programa Nacional de Formação – PLANFOR, como tentativa de alavancar o sistema de educação profissional no país, visando aumentar a capacidade institucional de treinamento; como também promover o incentivo à oferta de emprego e conseguir um avanço na qualidade do ensino profissional no país. Esse programa se torna uma iniciativa válida na medida em que procura aumentar o leque de contemplados pela formação profissional no país, principalmente os excluídos dos cursos profissionalizantes e os trabalhadores rurais.

Os programas de seguro-desemprego, PROGER e PLANFOR, passaram então a representar avanços significativos nas políticas públicas de emprego no Brasil. No entanto, são de certa forma limitados pelas exigências impostas, principalmente a concessão de crédito a micro e pequenos empreendimentos. Desse modo, não conseguem atingir de forma direta a grande massa de pessoas que deles necessitam, principalmente quem está no mercado informal de trabalho.

O quadro 3 apresenta a evolução das principais ações governamentais voltadas ao estímulo para o mercado de trabalho formal desenvolvidas no Brasil a partir da década de 40.

**Quadro 3**  
**Ações públicas de emprego no Brasil a partir da década de 40**

<b>PERÍODO</b>	<b>ÓRGÃO/PROGRAMA</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
DÉCADA DE 40	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942).</li> <li>- 1943 – CLT, decreto-lei 5.452 de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)</li> <li>- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC (1946).</li> </ul>	<p>Instituições que contam com recursos públicos provenientes da contribuição dos empregadores sobre a folha de salários.</p> <p>CLT – Instituiu as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.</p>
DÉCADA DE 60	Ensino Profissionalizante: Em 1963 O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra - PIPMO (extinto em 1982)	Definido e regulamentado o ensino profissionalizante
1965	- Lei Nº 4.923 em 1965: Esta criou um cadastro permanente de admissões e dispensas de empregados.	Estabelecia também medidas de assistência aos desempregados, por meio do Fundo de Assistência ao Desempregado - FAD.
1966	A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	A criação do FGTS, em 1966, acarretou a eliminação da contribuição sobre a folha de salários que integrava o FAD.

Continua

## Continuação

DÉCADA DE 70	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Integração Social – PIS e,</li> <li>- Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público - PASEP.</li> </ul>	Seus objetivos eram formar um patrimônio individual do trabalhador, estimular a poupança e corrigir distorções na distribuição de renda.
1975	O Sistema Nacional de Emprego – SINE Criado por um decreto, em outubro de 1975,	<p>Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) a intermediação de mão-de-obra;</li> <li>b) a implementação de um seguro-desemprego;</li> <li>c) a reciclagem e formação profissional;</li> <li>d) a geração e análise de informações sobre o mercado de trabalho;</li> <li>e) a promoção de projetos de emprego e renda.</li> </ul>
1976	Criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Sistema Nacional de Formação de Mão-de-obra – SNFMO	Com intuito de qualificar os trabalhadores rurais e possibilitar a inserção no mercado de trabalho.
1986	- Foi proposto um Programa de Seguro-Desemprego.	Primeiro passo para a efetivação de políticas de emprego, de forma planejada. Regulamentado mais adiante pela constituição de 1988.
1988	- O artigo 239 da Constituição de 1988 redefiniu as regras de direito dos trabalhadores sobre o PIS e o PASEP	Esses recursos deixaram de alimentar contas individuais dos trabalhadores e passaram a ser estimados ao custeio do seguro-desemprego.
1990	- Lei no 7 998, de janeiro de 1990. Nova lei do seguro desemprego no Brasil, Criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (formado com recurso do PIS-PASEP).	Com a criação do FAT. Inicia-se a partir de então, uma nova conjuntura das políticas públicas de emprego no Brasil.
1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolução CODEEFAT Nº 59, de 25/03/1994;</li> <li>- O Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 59, de 25 de março de 1994.</li> </ul>	Tem por finalidade a promoção de ações que gerem emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito para a aplicação nos segmentos de micro e pequenos empreendimentos ou de produção associativa, além de iniciativas de produção própria da economia informal, associada à capacitação gerencial e acompanhamento técnico do empreendimento beneficiado.
1995	O Governo Federal, por meio do TEM, instituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.	Foi concebido principalmente como estratégia de articulação, fortalecimento e reestruturação da capacidade de Educação Profissional do país
1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO.</li> <li>- Instituído por meio das Resoluções CODEFAT n.º 103, de 06/03/1996, e n.º 104, de 17/04/1996.</li> </ul>	Programa de geração de emprego e renda.
1998	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO.</li> <li>- Foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 171, de 27/05/1998.</li> </ul> <p>Programa de Crédito Produtivo Popular - PCPP, do BNDES.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem objetivo de investir em infra-estrutura econômica e social, visando aumentar o número de empregos diretos e indiretos, aumentar a competitividade do setor produtivo, financiar projetos estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.</li> <li>- Tem por objetivo promover a formação de uma rede de instituições capazes de propiciar crédito a microempreendedores.</li> </ul>
2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego –PNPE</li> <li>- Criado pela lei 10.748, de 22 de outubro de 2003.</li> </ul>	Programa destinado a estimular a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado formal de trabalho através do estímulo financeiro às empresas.

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; 2005.

O que se verifica a partir da evolução das ações públicas voltadas ao emprego é que até a constituição de 1988 geralmente as ações e iniciativas governamentais nesse sentido não seguiam estratégias concretas de longo alcance social, mas apenas ações na tentativa de conter o desemprego no país.

Percebe-se que as ações públicas de geração de emprego no Brasil só começam a serem direcionadas de forma planejada em fins dos anos 80, a partir (1986) da proposta do Seguro-desemprego regulamentado na Constituição Federal de 1988 e da criação do FAT (1988). O Artigo 239, transformado na Lei 7.998, de janeiro de 1990, consagra, portanto, a primeira regulamentação importante da nova Constituição no campo dos direitos sociais. Esta Lei representou um avanço significativo em relação ao antigo programa de seguro-desemprego.

A regulamentação constitucional do seguro-desemprego teve por objetivo principal favorecer os trabalhadores de mais baixa renda, que são aqueles tradicionalmente, com maior instabilidade no mercado de trabalho e os primeiros a serem atingidos em fases de recessão.

Enquanto o antigo programa seguro-desemprego pagava para os que recebiam até três salários-mínimos apenas a metade do último salário, as novas regras possibilitaram um benefício de cerca de 80% do último salário. Já aqueles que recebiam entre três a cinco salários-mínimos, cujo benefício era de 1,5 salário-mínimo, passaram a ter direito a um seguro de, pelo menos, 68% do seu salário.

A nova lei do seguro-desemprego, porém, não se limitou a melhorar a assistência financeira ao trabalhador desempregado. Foram incluídas também, como funções do programa, a ajuda na recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e a sua reciclagem profissional. Dessa forma, o seguro revestiu-se de um caráter mais amplo, possibilitando um certo avanço na direção de um sistema público de emprego nos moldes das experiências dos países desenvolvidos, nos quais se conjugam políticas ativas e passivas voltadas para o mercado de trabalho.

Quanto à forma de financiamento, a lei do seguro-desemprego inovou ao criar FAT, integrado, principalmente, pela arrecadação do PIS-PASEP. De acordo com a Constituição, 40% dos recursos são transferidos ao BNDES, que pode aplicar, também, os recursos que não são utilizados de imediato no custeio do seguro-desemprego e do abono salarial. O BNDES, por sua vez, tem por obrigação a garantia da remuneração mínima prevista em lei, a transferência ao FAT dos rendimentos das aplicações dos recursos, bem como, em caso de necessidade para o custeio

do programa de seguro-desemprego e do abono salarial, a devolução de parcelas dos saldos de recursos transferidos ao banco.

Não obstante às dificuldades encontradas para o pleno desenvolvimento de serviços públicos de emprego de forma ativa são ampliados pela legislação com a possibilidade da utilização dos recursos do FAT. Com isso, permitiu-se alavancar um processo de estruturação de um sistema público de emprego a partir desses recursos.

As políticas públicas de emprego são de fato o melhor instrumento de combate ao desemprego, mas a sua implementação deve estar diretamente associada ao papel do Estado reforçado pela sociedade.

Apesar das diferentes formas das políticas públicas de emprego no mundo existe um consenso da necessidade da ação do Estado.

Sabe-se que as políticas de emprego colocadas em prática no Brasil são importantes instrumentos no combate ao desemprego. No entanto, não conseguem atingir uma grande massa de pessoas que estão no mercado informal de trabalho. Um fato mais preocupante no caso brasileiro é a tendência a imitar o modelo americano que coloca em segundo plano os problemas estruturais, limitando a ação do Estado no sentido de reverter o agravamento da crise do trabalho no país.

Dessa forma, o governo procura através de programas de qualificação profissional desenvolvidos pelo SEBRAE, transformar trabalhadores em empresários, mas dados da própria instituição indicam que para cada 10 micro e pequenas empresas que abrem na cidade do Natal, 8,6 fecham antes de completar um ano (DIEESE, 2002).

A flexibilidade das relações de trabalho no Brasil, regulamentada pela Lei 9.601/98, que inicialmente tinha como foco fomentar a oferta de emprego formal, principalmente o temporário, não conseguiu aumentar o número de oferta de postos de trabalho como se pensava que aconteceria.

Apesar dos esforços e dos avanços conseguidos no que tange as políticas públicas no Brasil, verifica-se que essas políticas de emprego caminham a passos curtos e apontam para a consolidação de um modelo que aposta na qualificação como o melhor antídoto ao desemprego que, embora capacite a mão-de-obra, tem deixado à deriva trabalhadores com esses elevados níveis de formação. Apesar das transformações ocorridas na economia brasileira, estas não foram

suficientes para reorientar o modelo de formação profissional capaz de estimular a valorização e a absorção da mão-de-obra disponível.

Finalmente, o que se identifica é que as políticas públicas de emprego no Brasil não têm conseguido atingir de forma eficaz o grande contingente de trabalhadores que precisam dessas ações e que, infelizmente, tem engrossado as fileiras da economia informal.

### 3.1.5 Programa Primeiro Emprego<sup>1</sup> – PPE (federal)

O programa Nacional do Primeiro Emprego – PPE foi lançado com o intuito de atender uma forte demanda do mercado de trabalho possibilitando condições de inserção no mercado formal de trabalho para jovens de 16 a 24 anos.

O programa foi criado a partir de proposta de governo do candidato do Partido dos Trabalhadores – PT, à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, proposta transformada na Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, que criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Para atrair empresas, o programa previa incentivos que variavam de R\$ 600 a R\$ 1.200 por vaga criada – pagos em seis parcelas bimestrais para empresas com faturamento inferior a R\$ 1,2 milhão.

O PPE é um compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira com o intuito do combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados geradora de mais e melhores empregos.

O objetivo do Programa Primeiro Emprego é contribuir para a geração de oportunidades de trabalho, mobilizando o governo e a sociedade organizada para a construção conjunta de uma política nacional de trabalho decente para a juventude.

O PPE está sendo consolidado por meio de um conjunto de medidas, cujo objetivo é melhorar as condições de acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

A Medida Provisória editada em maio de 2004 alterou a lei original de 2003, que aumentou o valor do incentivo financeiro às empresas que participavam do PPE, além de criar outras facilidades operacionais.

1. Apresenta-se nesta parte do trabalho a proposta do PPE (federal) conforme sua elaboração oficial e original, assim como a proposta do PPC do governo do RN.

Um novo sistema de informações permite agora adesões ao programa também por meio das Delegacias Regionais do Trabalho - DRTs, subdelegacias regionais e agências do MTE, cuja pretensão seria levar o PPE a mais de 300 municípios, proposta referente ao ano de 2004 (MTE,2004).

O público alvo do PPE compreende jovens:

- Entre 16 a 24 anos;
- Sem experiência prévia no mercado de trabalho formal;
- Com renda familiar per capita de até meio salário mínimo;
- Que estejam cursando ou tenham completado o ensino fundamental ou médio;
- Com destaque para quatro dos principais focos de discriminação social:
  - Gênero,
  - Raça/cor,
  - Portadores de necessidades especiais e,
  - Jovens em conflito com a lei.

Objetivos Específicos do PPE:

- Promover, replicar, articular e ampliar experiências desenvolvidas pelo Governo Federal, Governo estadual e Municípios, pelo setor privado, pelas entidades da sociedade civil organizada ou por ação conjunta de todos esses segmentos;
- Gerar oportunidades de ocupação remunerada por meio do investimento em experiências e idéias inovadoras;
- Estabelecer e fortalecer parcerias governo-sociedade para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação conjunta de todas as ações do PPE;
- Estabelecer mecanismos permanentes de consultas entre o governo e a sociedade, por meio da realização de conferências temáticas, conferências regionais e Conferência Nacional sobre Alternativas de Trabalho Decente para a Juventude;
- Criar o Conselho Consultivo de Emprego e Renda e contribuir para o fortalecimento das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e Renda como instrumento de fortalecimento do Programa e de construção do desenvolvimento local sustentável.



Ações integradas ao PPE:

**Qualificação Profissional:** o MTE formatou projetos específicos em parceria com ministérios, empresas e entidades de qualificação que atuam no setor. O desenvolvimento dessa ação está voltado, principalmente, para os setores da economia com elevado potencial de geração de ocupação para os jovens, sendo que, consoante às diretrizes governamentais de priorização da juventude, 50% dos recursos do Programa Nacional de Qualificação - PNQ serão destinados a esse público. Além disso, as empresas privadas podem atuar sob a ótica do estímulo à responsabilidade social, apoiando as iniciativas citadas anteriormente na área de qualificação profissional, entre outras.

**Aprendizagem:** A aprendizagem profissional consiste em formação técnico-profissional metódica que permite ao jovem aprender uma profissão e obter sua primeira experiência como trabalhador. Trata-se de instituto firmado na Consolidação das Leis do Trabalho e recentemente modificado, por intermédio da Lei 10.097, de 19/12/2000, para compatibilizar-se às exigências da Doutrina da Proteção Integral incorporadas à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Doutrina que tem como fundamento oportunizar aos jovens o desenvolvimento educacional, de qualificação e socialização continuada para uma formação cidadã.

O Ministério do Trabalho e Emprego propõe como estratégias de ação para revigorar a oferta e a demanda por aprendizagem:

- Estabelecimento de termos de cooperação junto aos agentes que atuam com a aprendizagem profissional, contendo plano de trabalho e metas de formação e colocação de jovens aprendizes no mercado de trabalho, com o objetivo de intensificar a promoção do jovem aprendiz;
- Ampliação das ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, como mecanismo para garantir o cumprimento da legislação;
- Instituição de ações de sensibilização do meio empresarial, aumentando o nível de conhecimento do empresariado acerca da legislação do menor aprendiz e seus benefícios, incentivando as empresas a aceitarem contratar jovens aprendizes. O Governo Federal certificará como Parceiras do PPE as empresas, não condicionadas por força da Lei, que aceitarem contratar aprendizes.

Serviço Social Voluntário e trabalho comunitário: O Serviço Civil Voluntário – SCV - é desenvolvido nas Unidades da Federação por meio de convênios firmados, principalmente, com governos estaduais e municipais. O projeto oferece oportunidade de profissionalização, formação para a cidadania, prestação de serviços comunitários e elevação de escolaridade de jovens desocupados, saídos do sistema penal ou de instituições sócio-educativas, oriundos de famílias de baixa renda, com baixa escolaridade e em situação de risco social. O SCV, que tem duração prevista de 600 horas distribuídas em 6 meses, oferece ajuda de custo, em valor equivalente a R\$ 150,00, orientação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Das 600 horas de duração estabelecidas para o SCV, 200 horas são destinadas à elevação de escolaridade dos jovens atendidos pelo projeto. Além disso, são realizados trabalhos comunitários de pelo menos 30 dias. Os jovens são, prioritariamente, encaminhados para atividades sociais solidárias, participando em programas e ações nas áreas de educação, saúde, combate à pobreza, assistência social e cultural. Para isso, são dotados de capacitação necessária ao desenvolvimento das atividades por meio de ações de qualificação profissional.

Uma vez esclarecidos aspectos quanto a criação, formato e operacionalização do PPE, cabe afirmar que, na prática, o que se percebe a partir de dados fornecidos pelo próprio MTE é que o programa Primeiro Emprego ainda não conseguiu deslançar. Da meta de criar 70 mil empregos para jovens carentes até o fim do ano de 2004, o governo criou apenas 2.192 vagas, ou seja, 3,13% do total pretendido em todo o país. As empresas conveniadas ao programa ofereceram 5,4 mil vagas, mas muitas vezes não é fácil encontrar entre os jovens credenciados quem se encaixe nas atribuições necessárias, segundo explicou o então secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Alencar Rodrigues Ferreira (disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br), acessado em 20/04/2005).

Em maio de 2004, quando o PPE não passava de 700 contratos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou uma medida provisória criando um subsídio único de R\$ 1.500 e diminuindo algumas restrições para contratação. Transformou-se na Lei 10.940, de 27 de agosto. De lá para cá não houve o esperado salto no número de empresas interessadas, mas apenas das que passaram a reclamar do programa.

O programa criado com o objetivo de promover a inserção profissional do jovem tem demonstrado resultados modestos. Quando foi criado, em outubro de 2003, o PPE tinha a meta de criar até 70 mil vagas no mercado de trabalho para os jovens. Um ano depois de sua implantação,

pouco mais de mil foram criadas. Segundo dados do MTE até final de 2004 das mais de 750 mil empresas convidadas a participar, só 4.126, nada mais que 0,6% se inscreveram. Sobram dificuldades de todo tipo, tanto para o jovem que quer trabalhar, quanto para o empresário, submerso em encargos e burocracias diversas.

### 3.1.6 Programa Primeira Chance – PPC (estadual)

Tendo como modelo o Programa Primeiro Emprego do governo federal, o governo do Estado do Rio Grande do Norte lançou o programa social de inserção de jovens no mercado de trabalho batizado de "Primeira Chance", programa semelhante ao federal que tem o mesmo objetivo de inserir jovens no mercado formal de trabalho no RN.

O programa do governo do estado do Rio Grande do Norte denominado "Programa Emprego Cidadão - PEC", criado em 2002 pela equipe da então governadora Vilma de Faria e, regulamentado pela Lei nº 5.323 de 02 de maio de 2003 tem como objetivo oportunizar a inserção de jovens entre 16 a 24 anos que não conseguem entrar no mercado formal de trabalho.

O programa visa combater a resistência observada no mercado de trabalho à contratação desses jovens sem experiência profissional. Visa ainda destinar 10% dos contratos a jovens portadores de deficiência e terão prioridade, também, aqueles provenientes de famílias em situação de pobreza, que serão qualificados pelo Sistema Nacional de Empregos – SINE-RN com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O programa inicialmente denominado de "Emprego Cidadão", cuja denominação atual é "Primeira Chance" foi formulado pela Secretaria do Bem Estar Social, Trabalho e Habitação do governo. O programa é administrado pelo SINE-RN e atualmente abrange os municípios que possuem posto do SINE-RN, a saber: Mossoró, Assu, Currais Novos, Macau, São Gonçalo, João Câmara, Nova Cruz, Angicos, Caico, Macaíba, Parnamirim e Natal e que gradativamente pretende ser estendido a outros municípios.

O SINE-RN é o órgão responsável pela gestão do programa. A Gerência de Intermediação de Mão-de-Obra do SINE-RN é o responsável direto pela operação. Deve formar e qualificar equipe de funcionários do SINE e implantar *software* específico de gerenciamento e controle, no objetivo de cumprir as metas estabelecidas no Programa "Emprego Cidadão".

O SINE como órgão gestor do programa tem por objetivos:

- Propor, anualmente, diretrizes e metas para o programa;
- Propor critérios para inserção de municípios do programa;
- Buscar fontes de recursos complementares de forma a ampliar a abrangência do programa;
- Manter programa de qualificação, através de instituições parceiras, que prepare os jovens para as entrevistas do primeiro emprego;
- Cadastrar as empresas que desejem participar do programa;
- Cadastrar os jovens que atendem os critérios do programa;
- Fiscalizar as empresas conveniadas quanto ao cumprimento do termo de adesão ao programa e da legislação trabalhista relativa aos jovens contratados;
- Praticar ato administrativo de descredenciamento das empresas que não cumprirem o plano de expansão pactuado e que procurem burlar o programa através da prática de troca de empregados dos postos de trabalho existentes por jovens que buscam o primeiro emprego;
- Gerir o programa, propor atos administrativos, contratos e formulários a serem usados na relação com as empresas empregadoras e jovens participantes do programa;
- Estabelecer e implantar indicadores de monitoria e impacto que possibilitem a avaliação periódica do programa.

O programa “Primeira Chance” funciona com base nos seguintes princípios:

- Os candidatos interessados que atendam aos pré-requisitos do programa são cadastrados nos postos de atendimento;
- Empresas interessadas que atendam aos pré-requisitos do programa se cadastram no site ou nos postos de atendimento e encaminham a documentação necessária à celebração do "Termo de Adesão";
- Assinado o "Termo de Adesão" a empresa recebe sua senha que possibilita acessar o banco de dados dos candidatos;

- De posse de sua senha, a empresa seleciona os candidatos que interessam e enviam, via *Internet*, para a central do SINE-RN;
- O SINE-RN entra em contato com os candidatos disponíveis e convida a comparecerem no posto do SINE-RN correlato;
- Quando o candidato comparece ao posto do SINE-RN, recebe orientação para entrevista e carta de apresentação à empresa solicitante;
- De posse deste documento o candidato comparece à entrevista na empresa;
- A empresa seleciona o candidato(s) que vai contratar;
- A empresa informa ao SINE-RN, via internet, os candidatos selecionados e os que não foram aceitos;
- Posteriormente, a empresa envia ao SINE-RN cópia do contrato de trabalho dos jovens contratados;
- De posse da cópia do contrato de trabalho, o SINE-RN abre processo administrativo e confirma no sistema a contratação;
- O sistema cria uma relação de empresas que contrataram candidatos, listando o valor que elas têm direito a receber do Estado por força do convênio celebrado;
- O SINE-RN manda para Secretaria de Planejamento e Finanças a relação de empresas beneficiadas pelo programa, com o respectivo valor do benefício;
- A Secretaria de Planejamento e Finanças deposita na conta da empresa beneficiada os valores dos benefícios concedidos;
- A empresa comprova, mensalmente, ao SINE-RN, o pagamento do salário e encargos trabalhistas dos jovens contratados via o programa;
- Mensalmente, o SINE-RN manda para a Secretaria de Planejamento e Finanças a relação de empresas beneficiadas pelo programa, relativo aos novos contratos e dos contratos antigos que comprovaram o pagamento dos encargos trabalhistas.

Adesão ao Programa Primeiro Emprego

**Como os Jovens que desejam obter o Primeiro Emprego, podem participar do Programa?**

- Residir em municípios onde o programa encontra-se implantado;
- Preencher o cadastro do programa de solicitação de emprego, nos postos do SINE-RN;

- Apresentar carteira do Trabalho e Previdência Social - CTPS onde comprove que não tenha tido nenhuma relação formal de emprego anterior;
- Comprovar, através da carteira do trabalho ou identidade, idade entre 16 e 24 anos;
- Exercer um ofício, aptidão ou vocação para trabalho específico;
- Preencher requisitos exigidos pela empresa solicitante conveniada com o SINE-RN;
- Apresentar o termo de aquiescência dos pais ou responsáveis, para candidato com menos de 18 anos.

#### Emprego Cidadão – Cadastro

#### **Quais são os deveres das empresas conveniadas participantes do programa?**

- Assinar o termo de adesão ao programa;
- Apresentar plano de expansão de postos de trabalho, a serem preenchidos através do Programa Emprego Cidadão;
- Contratar os jovens segundo as normas da CLT, respeitar acordos coletivos de trabalho e decisões normativas aplicáveis à categoria profissional que o jovem contratado esteja vinculado;
- Assumir as despesas com encargos trabalhistas;
- Comprovar mensalmente ao SINE-RN o recolhimento dos encargos trabalhistas dos jovens contratados.

#### **Como as empresas podem aderir ao programa?**

Pode habilitar-se a participar do programa empresas de qualquer porte e cooperativas, urbanas e rurais, legalizadas no Estado do Rio Grande do Norte. Nos postos do SINE-RN ou diretamente via Internet, a empresa preenche o requerimento de habilitação (cadastro), plano de expansão de postos de trabalho e termo de adesão ao Programa Emprego Cidadão. Posteriormente, encaminha ao SINE-RN o termo de adesão assinado anexando os seguintes documentos:

- Comprovação de inscrição no CNPJ;
- Certidão negativa de débito da Fazenda Estadual;

- Relação de empregados através de cópia das guias de recolhimento do FGTS dos últimos três meses para comprovação do número de empregados em atividade;
- Formulário do plano de expansão de postos de trabalho, a ser preenchido através do Programa Emprego Cidadão.

**Qual o limite de participação por empresa?**

- Mínimo - Independente do número de empregados, os empregadores habilitados poderão contratar até 04 (quatro) jovens empregados através do programa;
- Máximo - Os empregadores habilitados poderão contratar até 5% da sua força de trabalho através do programa.

**Qual o benefício concedido às empresas parceiras?**

- Acesso via *Internet* ao banco de dados do SINE-RN para busca de candidatos ao primeiro emprego;
- Associar sua imagem a uma prática socialmente responsável;
- Fazer jus, durante 12 meses, a partir do mês da contratação, a um salário mínimo por jovem profissional contratado no regime de jornada inteira de trabalho;
- Fazer jus, durante 12 meses, a partir do mês da contratação, a meio salário mínimo por jovem profissional contratado no regime de meia jornada de trabalho.

**Como o benefício é transferido para a empresa?**

O governo repassa através da Secretaria de Planejamento e Finanças, mensalmente, durante 12 meses, a partir do mês da contratação, o valor pactuado no contrato de trabalho até o limite de um salário mínimo.

**Como a empresa deve agir no caso de desistência do contratado durante a vigência do contrato?**

No caso de desistência do contratado, a empresa, respeitada a legislação trabalhista, pode substituir o jovem contratado por outro, também inscrito no programa, encaminhado pelo SINE-RN, com o mesmo salário, por um novo período de 12 meses.

Uma vez expostos os aspectos formais relativos aos programas, segue um esforço de sintetizar e comparar as principais características do Programa Primeiro Emprego (federal) e o Programa Primeira Chance (estadual).

A preocupação em demarcar as diferenças entre os programas é justificada pela significativa diferença dos resultados obtidos entre os dois programas “favorecendo” o PPC no RN.

### 3.2 Conclusão Parcial do Capítulo 3

O agravamento do desemprego nas últimas décadas no mundo e, em especial, no Brasil, provocou a busca por parte do governo de ações que procuram oportunizar a inserção de jovens no mercado formal de trabalho.

O problema se agrava ainda mais quando se trata da inserção de jovens que por inúmeras razões não conseguem o primeiro emprego. Sendo assim, os programas Primeiro Emprego (federal) e Primeira Chance (estadual/RN) têm como objetivo social diminuir as barreiras junto às empresas para que estas ofereçam oportunidades de trabalho para essa classe de trabalhadores.

Nessa perspectiva este capítulo apresentou as políticas públicas de emprego no mundo e procurou desenvolver uma análise discursiva acerca dessa realidade no Brasil nas últimas décadas.

Em seguida, abordou-se de forma cronológica as principais ações públicas a partir da década de 40 como meio de geração de emprego e renda.

Nesse sentido, verifica-se que as políticas de emprego no Brasil não aconteceram de forma planejada e continuada. Foram ações isoladas que não se complementam e muitas vezes não se fortalecem ao longo das décadas.

Somente a partir da discussão e articulação constitucional de 1986 que criou na constituição de 1988 a obrigatoriedade do seguro-desemprego (política passiva) é que se efetiva uma concreta proposta de políticas públicas continuadas de emprego no Brasil.



## CAPÍTULO 4 – RESULTADOS OBSERVADOS

Nesta parte do trabalho primeiro confrontam-se as características do programa federal de inserção de jovens PPE (federal) com o programa similar do governo do Rio Grande do Norte PPC (estadual), como forma de identificar pontos de semelhanças e divergências entre ambos para em seguida tecer considerações acerca dos dois programas.

### 4.1 Programa Primeiro Emprego X Programa Primeira Chance

O quadro 4 compara e sintetiza as principais características do programa Primeiro Emprego - federal e do Programa Primeira Chance - estadual.

Quadro 4  
Demonstrativo de comparação entre os programas Primeiro Emprego (federal) e Primeira Chance (estadual).

PRIMEIRO EMPREGO – FEDERAL	PRIMEIRA CHANCE – ESTADUAL/RN
<b>Principais características dos programas</b>	
<b>Foco</b>	
O programa visa atender a jovens sem experiência prévia no mercado de trabalho formal; Com renda familiar per capita de até meio salário mínimo; Que estejam cursando ou tenham completado o ensino fundamental ou médio; Com destaque para quatro dos principais focos de discriminação social: gênero, raça/cor, portadores de necessidades especiais e, jovens em conflito com a lei. Programa financiado com recursos do FAT.	O programa visa combater a resistência observada no mercado de trabalho à contratação desses jovens sem experiência profissional. Visa ainda destinar 10% dos contratos a jovens portadores de deficiência e terão prioridade, também, os jovens provenientes de famílias em situação de pobreza, qualificados pelo Sistema Nacional de Empregos – SINE-RN com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
<b>Idade</b>	
Inserir jovens de 16 aos 24 anos no mercado formal de trabalho em âmbito nacional	Inserir jovens de 16 aos 24 anos no mercado formal de trabalho no estado do RN
<b>Órgão de Controle</b>	
Controlado pelo SINE nos estados da Federação, fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Brasília).	Controlado pelo SINE/RN e fiscalizado pela Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social do RN (SETHAS).

Continua

Continuação

<b>Principais características dos programas</b>	
<b>Demissão de jovens inseridos através do programa</b>	
As empresas não podem, após a contratação pelo programa, demitir o jovem antes de um ano.	Após a contratação, as empresas podem, por uma única vez substituir o jovem que não se adequar à função. Dando margem a rotatividade de mão-de-obra.
<b>Escolaridade</b>	
Até maio de 2004 havia uma rigidez onde só poderia se cadastrar no programa jovens com Ensino Fundamental (até a 8ª série). A partir de maio de 2004 passa a ser aceitos jovens com até Ensino Médio completo.	O Programa insere jovens que tenham cursado do Ensino Fundamental até o Ensino Médio completo desde início.
<b>Estímulo Financeiro a empresa</b>	
O programa repassa seis parcelas de R\$: 260,00 durante um ano por jovem contratado. Perfazendo um total de R\$: 1560,00 durante 1 ano.	O programa repassa R\$: 300,00 (um salário Mínimo) ao mês por jovem contratado, perfazendo um total de R\$: 3.600,00 durante 1 ano.
<b>Exigência para o jovem ser beneficiado pelo programa</b>	
O jovem não pode ter vínculo empregatício anterior; A renda familiar do jovem assistido não pode ser maior que meio salário mínimo;	O jovem não pode ter vínculo empregatício anterior; A renda familiar do jovem assistido não pode ser maior que meio salário mínimo.
<b>Nº limite de empregados para cada empresa</b>	
Os empregadores participantes do PNPE poderão contratar, nos termos da Lei 10.748/2003: I - um jovem, no caso de contarem com até quatro empregados em seu quadro de pessoal; II - dois jovens, no caso de contarem com cinco a dez empregados em seu quadro de pessoal; III - até vinte por cento do respectivo quadro de pessoal, nos demais casos. No cálculo do número máximo de contratações do item III, computar-se-á como unidade a fração igual ou superior a cinco décimos e desprezar-se-á a fração inferior a esse valor.	Mínimo de empregados pelo programa - Independente do número de empregados, os empregadores habilitados poderão contratar até 04 (quatro) jovens empregados através do programa;  Máximo de empregados pelo programa – Os empregadores habilitados poderão contratar até 5% da sua força de trabalho através do programa.

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; 2005.

Conforme o quadro 4, o que se percebe é que o grau de exigência para o Programa Primeiro Emprego (federal) é bem maior que no Programa Primeira Chance (estadual). Em todos os aspectos o PPC (estadual) se mostra mais flexível, por exemplo: o incentivo financeiro às empresas no programa federal é bimestral, enquanto que no programa estadual é mensal, fator que aumenta a opção do empresariado pelo programa estadual.

Um outro aspecto refere-se à demissão, no programa federal as empresas não podem demitir o contratado no período de um ano, ao passo que no Programa Primeira Chance (estadual) a empresa pode substituí-lo por uma vez, desde que este não se adeque à função.

Ressalta-se ainda que só a partir de 2004 é que o programa federal passa a admitir incorporar jovens com ensino médio no PPE federal, o que já era feito pelo programa estadual desde o princípio.

O quadro 5 demonstra a adesão ao programa Primeira Chance (estadual), segundo os setores da economia entre 2003 e 2004.

**Quadro 5**  
RN : Participação das empresas e jovens no PPC (estadual) segundo os setores da economia, 2004.

Setores	Nº empresas cadastradas	%	Nº de jovens Atendidos	%
Indústria	229	6,5	150	3,0
<b>Comércio</b>	<b>2.439</b>	<b>69,0</b>	<b>4.300</b>	<b>86,0</b>
Serviços	886	24,5	550	11,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.536</b>	<b>100</b>	<b>5.000</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; SINE/RN - 2005.

Do ponto de vista dos setores econômicos, percebe-se a partir de dados coletados junto ao SINE – RN, que o setor que mais tem aderido ao programa de inserção de jovens no mercado formal de trabalho tem sido o comércio.

O comércio responde por 69% das empresas cadastradas do total de 3.536 só no ano de 2004, com 4.300 jovens inseridos através do programa, representando 86% de um total de 5.000 jovens atendidos, que era a meta referente ao ano de 2004. Portanto, o comércio foi o setor que mais disponibilizou vagas aos jovens através do PPC.

O setor de serviços se apresenta em segundo lugar, tanto em número de empresas cadastradas no programa quanto em jovens atendidos, o que corresponde 24,5% do total de empresas cadastradas e a 11% dos jovens absorvidos pelo programa.

O setor que menos aderiu ao programa foi a indústria que teve o menor desempenho na inserção de jovens através do Programa Primeira Chance, precisamente 6,5%.

O quadro 6 apresenta os dados dos 12 municípios do RN onde o Programa Primeira Chance funciona

Quadro 6

RN – Participação da empresas e jovens do programa PPE e PPC por município, 2004.

MUNICÍPIO	Nº DE EMPRESAS		Nº DE JOVENS	
		%		%
AÇU	455	12,87	723	14,46
ANGICOS	33	0,93	76	1,52
CAICÓ	332	9,39	445	8,9
CURRAIS NOVOS	187	5,29	305	6,1
JOÃO CÂMARA	89	2,52	144	2,88
MACAÍBA	52	1,47	85	1,7
MACAU	54	1,53	65	1,3
MOSSORÓ	516	14,59	544	10,88
<b>NATAL</b>	<b>1.397</b>	<b>39,51</b>	<b>1.886</b>	<b>37,72</b>
NOVA CRUZ	239	6,76	446	8,92
PARNAMIRIM	148	4,19	230	4,6
S. GONÇALO	34	0,96	51	1,02
TOTAL	3.536	100	5.000	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; SINE/RN - 2005.

É na cidade do Natal onde se concentra o maior número de empresas e jovens atendidos pelo PPC (estadual). Das 3.536 empresas cadastradas nos 12 municípios do estado onde o programa funciona, 1.397 (39,5%) empresas se situam em Natal. Dos 5.000 jovens atendidos pelo programa 1.886 (37,7%) foram atendidos na capital. Por esse motivo, o alvo dessa pesquisa se concentra no município de Natal devido ao fato de ser nesta área, Capital do estado do RN, que se concentra o maior número de empresas atendidas pelo Programa Primeira Chance.

O que se percebe no programa Primeira Chance é que o resultado que tinha como meta atender 5.000 jovens durante o ano de 2004, conseguir atingir esse fim em setembro de 2004. A partir dessa data a Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS, através do SINE/RN só cadastrou, mas não encaminhou jovens por questões orçamentárias do Estado.

Dessa forma, resta comparar tais dados com o desempenho do PPE (federal) no Rio Grande do Norte.

O quadro 7 apresenta os dados do Programa Primeiro Emprego (Governo Federal), no Estado do Rio Grande do Norte no período de 2003-2004.

Quadro 7

RN : Participação das empresas e jovens no PPE segundo os setores da economia, 2003-2004.

Setores	Nº empresas contratantes	%	Nº de jovens atendidos	%
Indústria	9	25	4	10,2
<b>Comércio</b>	<b>22</b>	<b>61</b>	<b>29</b>	<b>74,4</b>
Serviços	9	13	6	15,4
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; SINE/RN - 2005.

Também neste programa a maior parte das empresas que aderiram são do comércio (61%). Contudo, percebe-se claramente que o PPE no Rio Grande do Norte obteve um baixíssimo desempenho se comparado ao programa estadual, conseguindo apenas 36 empresas cadastradas e 39 jovens atendidos pelo programa em 2004. Vale destacar que desse total 27 jovens e 30 empresas se situam em Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Os números referentes ao PPE (federal) até 2004, no RN, refletem os baixos resultados atingidos. Relembra-se que a meta para esse período era de inserir 70 mil jovens em todo o país entre 2003-2004, porém o que se verificou é que foram criadas apenas 2.192 vagas.(3,13%) (NUNOMURA, 2004).

#### 4.2 Descrição e análise dos dados da pesquisa de campo

Este item apresenta considerações referentes aos resultados obtidos na pesquisa referente ao PPE (federal) e ao PPC (estadual).

Os itens 4.2.1 e 4.2.2 que seguem, apresentam os resultados da pesquisa de campo junto aos jovens atendidos pelo programa PPE (federal) e PPC (estadual) em Natal. Para tanto, são levadas em conta variáveis como: Idade; Gênero; Escolaridade; Renda familiar; Dependentes legais; Nº de membros na família; Qualificação; Experiência de trabalho.

##### 4.2.1 Resultados do PPE (federal) em Natal

###### 4.2.1.1 Idade

A tabela 12 e o gráfico 4 apresentam o número de jovens atendidos pelo programa federal em Natal no período de 2003 a 2004.

Tabela 12  
Nº de jovens atendidos pelo PPE (federal) em Natal por idade, (2003-2004).

IDADE	QUANT.(Nº)	%
DE 16 A 18	8	29,63%
DE 19 A 21	11	40,74%
DE 22 A 24	8	29,63%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho – 2005.

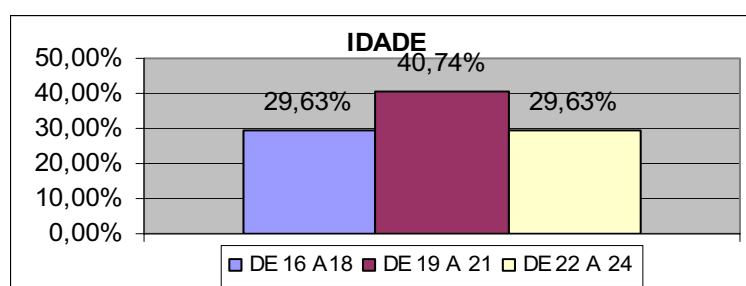


Gráfico 4 : Nº de jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

No que se refere à idade dos jovens atendidos, pelo programa federal o que se pode apurar é que o maior número de jovens atendidos está na faixa etária entre 19 a 21 anos de idade, uma vez que do total de 27 questionários aplicados 11 se encontram nessa faixa de idade, ou seja, 40,74%.

#### 4.2.1.2 Gênero

A tabela 13 e o gráfico 5 apresentam os resultados por gênero, dos jovens atendidos pelo programa federal em Natal no período de 2003-2004.

Tabela 13  
Gênero: jovens atendidos pelo programa federal em Natal (2003-2004)

SEXO	QUANT	%
Masculino	14	52%
Feminino	13	48%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; Junho - 2005.

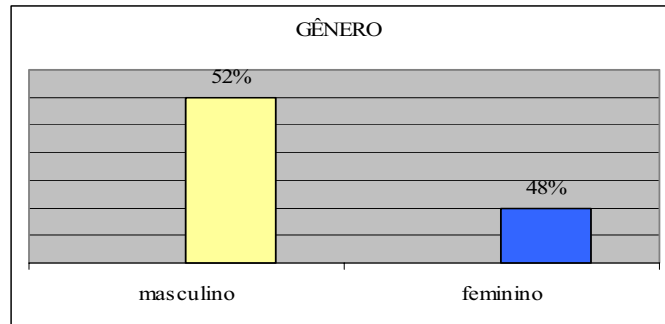


Gráfico 5 : Gênero dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

No tocante ao gênero dos entrevistados percebe-se que há um equilíbrio, pois 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

#### 4.2.1.3 Atividade educacional ativa

A tabela 14 e o gráfico 6 apresentam os resultados referentes à situação dos jovens atendidos no que se refere a atividade educacional ativa, ou seja, se esses se encontram estudando ou não.

Tabela 14  
Atividade educacional ativa dos jovens no PPE em Natal (2003-2004).

ATIVIDADE EDUCACIONAL ATIVA	Nº	%
Sim	13	48%
Não	14	52%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho – 2005.

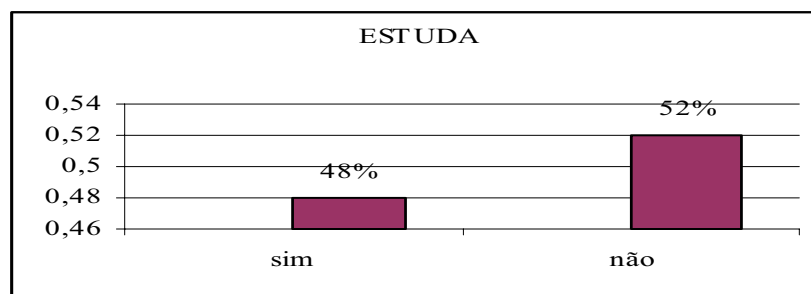


Gráfico 6 : Atividade educacional ativa dos jovens PPE em Natal (2003- 2004).  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Conforme demonstra a tabela 14 e o gráfico 6, 52% dos entrevistados afirmaram estar estudando e 48% disseram não frequentar a escola.

#### 4.2.1.4 Escolaridade

A tabela 15 e o gráfico 7 apresentam os dados referentes à escolaridade dos jovens entrevistados no PPE.

Tabela 15  
Nível de escolaridade dos jovens atendidos pelo PPE em Natal, (2003-2004)

ESCOLARIDADE	Nº	%
não alfabetizado	0	0%
Semi alfabetizado	0	0%
Ensino fundamental incompleto	0	0%
Ensino fundamental completo	0	0%
Ensino médio incompleto	6	22%
<b>Ensino médio completo</b>	<b>16</b>	<b>59%</b>
Ensino superior incompleto	4	15%
Ensino superior completo	1	4%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

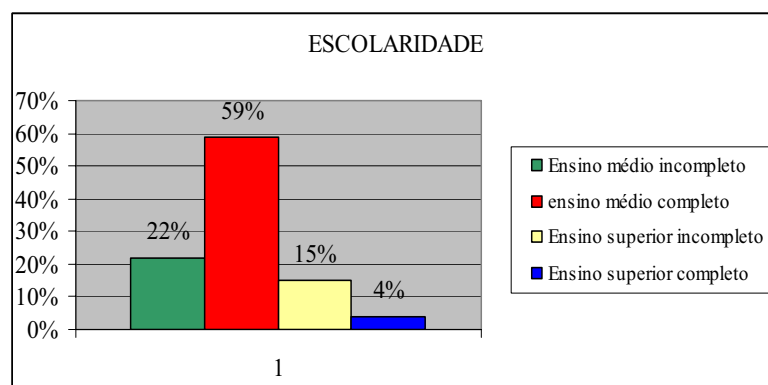


Gráfico 7: Escolaridade dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Com relação à escolaridade dos jovens atendidos pelo Programa Primeiro Emprego (federal), 59% dos entrevistados disseram ter ensino médio completo, 22% afirmaram ter ensino médio incompleto, 15% superior incompleto e 4% disseram ter curso Superior Completo. Fica claro que nenhum jovem com ensino fundamental incompleto ou completo foi incorporado pelas empresas pesquisadas. A maior incidência quanto a escolaridade verifica-se no ensino médio.



#### 4.2.1.5 Renda Familiar (1 salário mínimo = R\$ 300,00)

A tabela 16 e o gráfico 8 apresentam os resultados referentes à renda familiar dos jovens entrevistados.

Tabela 16  
Renda familiar dos jovens no PPE em Natal, (2003-2004)

RENDA FAMILIAR (SM)	Nº	%
Até 0,5	0	0%
De 0,5 a 1	2	7%
De 1 a 2	5	19%
De 2 a 3	7	26%
De 3 a 4	8	30%
acima de 4	5	19%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

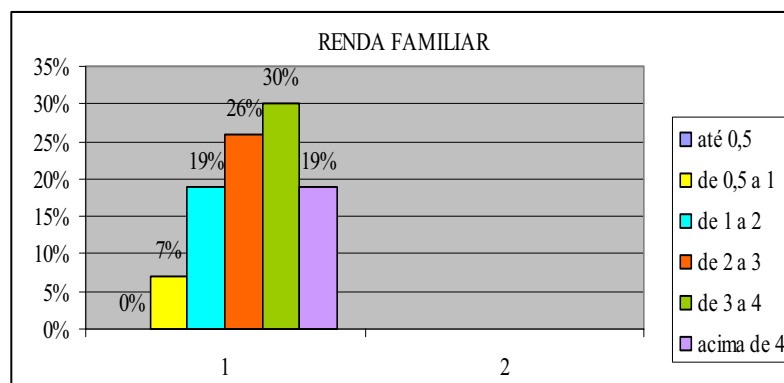


Gráfico 8: Renda familiar dos jovens atendidos pelo PPE em Natal (2003 -2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Em se tratando da renda familiar dos jovens atendidos percebe-se claramente que a maior incidência concentra-se entre dois e quatro salários de referência, que segundo resultados corresponde a 56% da realidade dos jovens atendidos. Entre um e dois salários estão 19% dos pesquisados. Esse mesmo percentual é apresentado na faixa de jovens com renda familiar acima de quatro salários.

#### 4.2.1.6 Dependentes Legais

A tabela 17 e o gráfico 9 apresentam os dados referentes a jovens atendidos pelo programa com o intuito de identificar se esses possuem dependentes legais, no caso, filhos.

Tabela 17  
Dependentes legais dos jovens atendidos no PPE em Natal, (2003-2004)

DEPENDENTES LEGAIS	Nº	%
Nenhum	22	81%
Um	5	19%
Dois	0	0%
Três	0	0%
Acima de três	0	0%
TOTAL	27	100%

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

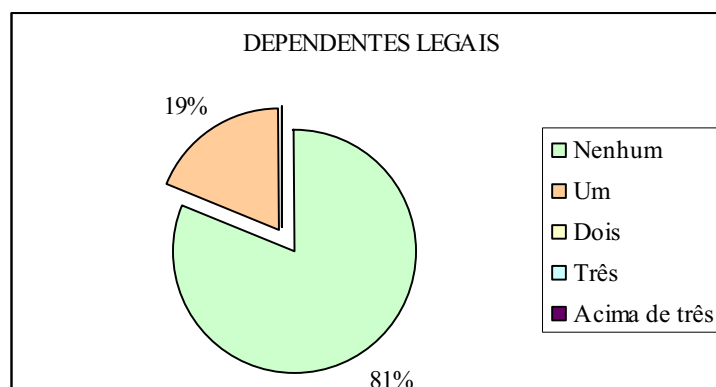


Gráfico 9: Dependentes legais dos jovens no PPE em Natal (2003-2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quando perguntados se possuem dependentes legais, percebe-se que dos 27 jovens entrevistados, cinco deles (19%) disseram possuir filhos. Um detalhe a ser destacado é que esses cinco jovens são do sexo feminino. Nenhum dos jovens do sexo masculino declarou ter dependente legal.

#### 4.2.1.7 Número de membros na família

A tabela 18 e o gráfico 10 apresentam os resultados quanto ao número de membros na família dos jovens entrevistados do PPE.

Tabela 18  
Nº de membros na família no PPE em Natal, (2003-2004)

NUMERO DE MEMBROS NA FAMÍLIA	Nº	%
Um	1	4%
Dois	3	11%
Três	4	15%
De 4 a 5	7	26%
De 5 a 6	10	37%
acima de 6	2	7%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

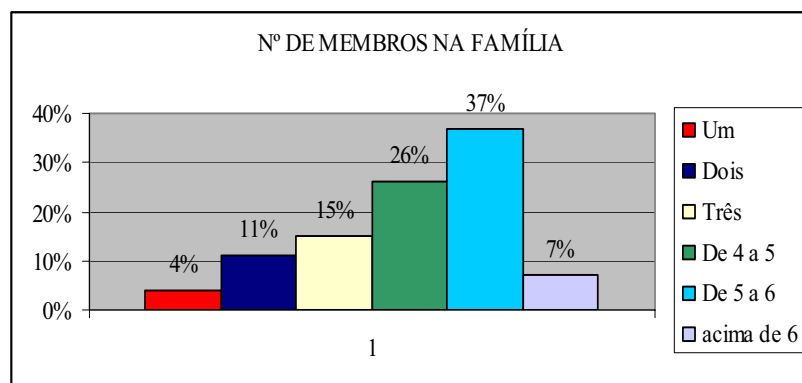


Gráfico 10: N° de membros na família dos jovens no PPE em Natal (2003-2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Com base nos resultados apurados a maior incidência quanto ao nº de membros na família está entre 4 a 6 pessoas, o que representa 63% da realidade familiar dos jovens assistidos e beneficiados pelo programa.

#### 4.2.1.8 Cor/raça

A tabela 19 e o gráfico 11 representam os dados coletados no tocante à cor/raça dos jovens entrevistados nesta pesquisa.

Tabela 19  
Cor/raça dos jovens atendidos pelo PPE em Natal, (2003-2004)

COR / RAÇA	Nº	%
Branca	14	52%
Preta	0	0%
Amarela	0	0%
Parda	13	48%
Indígena	0	0%
sem declaração	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

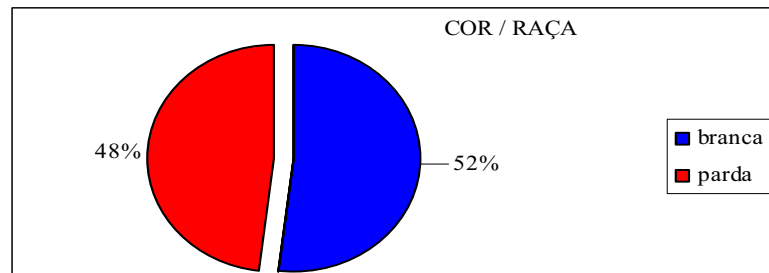


Gráfico 11 Cor/raça dos jovens atendidos no PPE em Natal (2003-2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

O que se percebe em relação a cor/raça dos jovens é que nenhum se declarou de cor/raça negra. A incidência nesta pergunta apresentou apenas duas respostas “branca” ou “parda”, onde 52% se declararam de cor branca e 48% de cor parda, que corresponde a cor morena.

#### 4.2.1.9 Bairro onde residem os jovens entrevistados

A tabela 20 apresenta os bairros de Natal onde residem os jovens entrevistados nesta pesquisa

Tabela 20  
Bairro onde residem os jovens entrevistados no PPE, (2003-2004)

BAIRRO	INCIDÊNCIA	
<b>ZONA NORTE DE NATAL</b>		
Nossa Senhora da Apresentação	3	
Vale dourado	3	
Bairro Nordeste	1	
Potengi	1	
Nova Natal	1	
Lagoa Azul	1	
<b>Sub total</b>	<b>10</b>	<b>37,04%</b>
<b>ZONA OESTE DE NATAL</b>		
Nova cidade	1	
Alecrim	2	
Bairro N. S. de Nazaré	1	
Dix-sept Rosado	1	
Cidade da Esperança	1	
<b>Sub total</b>	<b>6</b>	<b>22,22%</b>
<b>ZONA LESTE DE NATAL</b>		
Morro Branco	1	
Rocas	1	
Santos Reis	2	
Nova Descoberta	1	
<b>Sub total</b>	<b>5</b>	<b>18,52%</b>

Continua

Continuação

BAIRRO	INCIDÊNCIA	
<b>ZONA SUL DE NATAL</b>		
Neópolis	1	
Pirangi	1	
Vila de Ponta Negra	1	
<b>Sub total</b>	<b>3</b>	<b>11,11%</b>
<b>Cidades Vizinhas</b>		
Goianinha	1	
São Gonçalo do Amarante	2	
<b>Sub total</b>	<b>3</b>	<b>11,11%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Esclarecendo inicialmente que de uma maneira geral, a zona sul de Natal comporta a população de maior renda *per capita*, ao passo que nas demais zonas, principalmente nas Zonas Norte e Oeste de Natal encontram-se os bairros com menor renda.

Quando perguntado aos jovens sobre onde residia (bairro) identificou-se que quase 60% dos entrevistados disseram residir na Zona Norte ou Zona Oeste de Natal. Além disso, 11,11% desses jovens moram fora da cidade (em municípios vizinhos), mas trabalham em empresas situadas em Natal.

#### 4.2.1.10 Conflito com a Lei

Os dados da tabela 21 e o gráfico 12 apresentam os resultados da entrevista com os 27 jovens atendidos pelo PPE (federal) em Natal quanto ao tema conflito com a lei.

Tabela 21  
Jovens em conflito com a lei atendidos no PPE (2003-2004)

CONFLITO COM A LEI	Nº	%
Sim	2	7
Não	25	93
TOTAL	27	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.



Gráfico 12: Jovens em conflito com a lei no PPE em Natal (2003-2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quando entrevistados, os jovens foram questionados se já haviam tido problemas com a Lei (justiça), apenas dois, dos 27 entrevistados declararam já ter passado por algum problema com a justiça, mas não houve aprofundamento ou esclarecimento quanto ao tipo de situação que causou esse confronto com a lei. Todos os que incorreram em tal conjunto são do sexo masculino.

#### 4.2.1.11 Portador de deficiência

Os dados da tabela 22 e do gráfico 13 apresentam o resultado da resposta dada pelos jovens atendidos quando perguntados se tinham alguma deficiência física.

Tabela 22  
Jovens portadores de deficiência entrevistados no PPE, (2003-2004)

DEFICIÊNCIA	Nº	%
Sim	0	0
Não	27	100
TOTAL	27	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

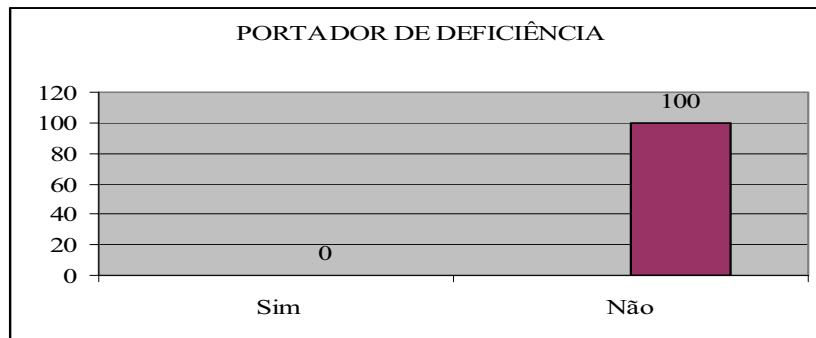


Gráfico 13: Jovens com deficiência atendidos pelo PPE em Natal (2003-2004)  
 Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

O curioso nesta pergunta é que apesar de ser uma exigência do programa que as empresas dêem oportunidade, jovens com deficiência física o que se identificou é que nenhum dos jovens inseridos em Natal através do programa Primeiro Emprego (federal) tinha deficiência física, ou seja, nenhuma empresa contratou jovem nesta situação.

#### 4.2.1.12 Curso técnico profissionalizante

A tabela e 23 e o gráfico 14 apresentam os dados referentes à situação de qualificação profissional dos jovens entrevistados nesta pesquisa.

Tabela 23  
 Curso técnico profissionalizante feito pelos jovens no PPE, (2003-2004)

CURSO TECNICO ROFISSIONALIZANTE FEITO PELOS JOVENS	Nº	%
Sim	24	89%
Não	3	11%
TOTAL	27	100%

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

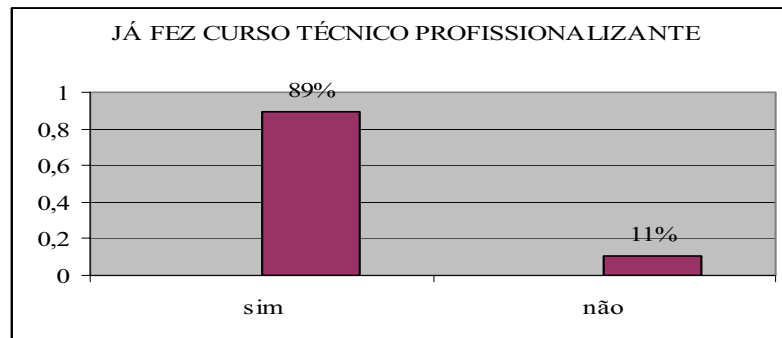


Gráfico 14: Curso técnico profissionalizante dos jovens no PPE em Natal (2003-2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Os dados apresentados referentes à qualificação prévia dos jovens incorporados nas empresas através do programa Primeiro Emprego em Natal, revelam que dos 27 jovens entrevistados, 24 deles, ou seja, 89%, disseram ter feito antes algum curso profissionalizante. Apenas três dos jovens entrevistados afirmaram não ter nenhum curso profissionalizante.

### Se sim em qual área?

Ainda sobre esse tema a tabela 23a apresenta as áreas e os cursos feitos pelos jovens entrevistados.

Tabela 23a  
Áreas e cursos feitos pelos jovens entrevistados no PPE, (2003-2004)

<b>Hotelaria</b>	Cozinheiro	Camareiro	Barman	Garçom	Outros		TOTAL %
Resultado		0	0	1	1		7
<b>Administrativa/Contábil</b>	Vendas	Aux. Escritório	Telemarketing	Recepcionista	Tec. contábil	Outros	
Resultado		0	2	1		5	30
<b>Informática</b>	Informática. Básica( windows, word, Excel e internet)	Outros					
Resultado	11	2					48
<b>Manutenção</b>	Eletricista	Encanador	Mecânico	Outros			
Resultado	3	0	1	0			14

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.



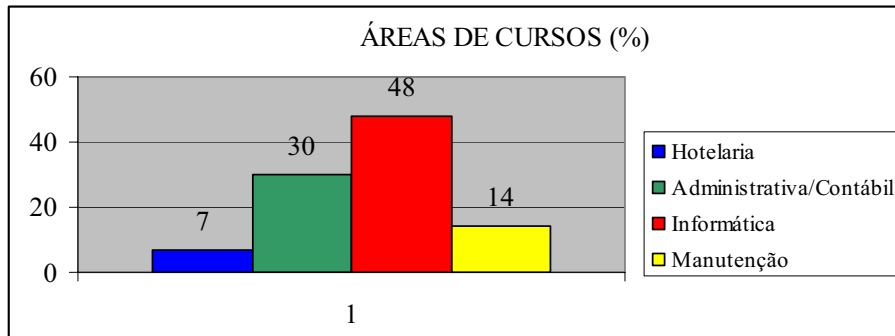


Gráfico 15: Principais áreas de cursos - PPE em Natal (2003-2004).  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Das alternativas apresentadas aos jovens na área de hotelaria apenas 02 (7%) jovens disseram ter alguma qualificação. Já na área administrativa/contábil, 8 dos 27 jovens entrevistados, portanto, 30%, disseram ter alguma formação técnica. É na área de informática que se percebe o maior número de jovens com qualificação, pois dos 27 entrevistados, 13 (48%) disseram ter feito algum curso. Na área de manutenção apenas 4 (14%) jovens disseram ter alguma formação técnica.

#### 4.2.1.13 Trabalho sem carteira assinada

A tabela 24 e o gráfico 16 têm como intuito identificar se os jovens atendidos pelo programa já haviam trabalhado antes sem carteira assinada, o resultado foi o seguinte:

Tabela 24

Trabalho sem carteira assinada, jovens entrevistados no PPE (2003-2004)

TRABALHOU SEM CARTEIRA ASSINADA	Nº	%
Sim	20	74%
Não	7	26%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

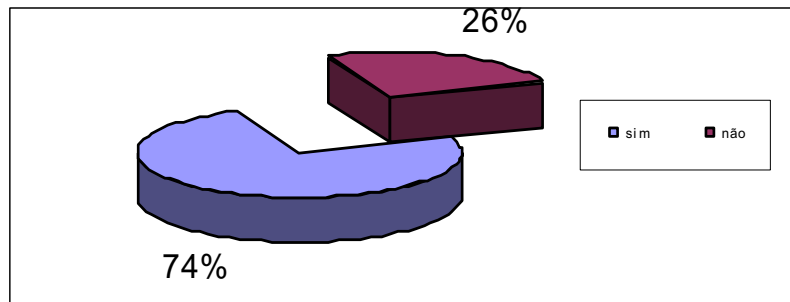


Gráfico 16: Trabalho antes do PPE, sem carteira assinadas em Natal (2003-2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Dos 27 jovens entrevistados 74% disseram já ter trabalho antes de forma informal, sem carteira assinada. Esse resultado reflete a tendência do programa de atender jovens de baixa renda que precisa trabalhar muito cedo para ajudar financeiramente a família.

#### 4.2.1.14 Trabalho com carteira assinada

Os dados da tabela 25 e o gráfico 17 apontam os resultados obtidos com a finalidade de identificar se alguns dos jovens entrevistados já haviam trabalhado com carteira assinada.

Tabela 25  
Trabalho com carteira assinada antes do PPE, (2003-2004)

QUANTIDADE	Nº	%
Sim	0	0%
Não	27	100%
TOTAL	27	100%

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

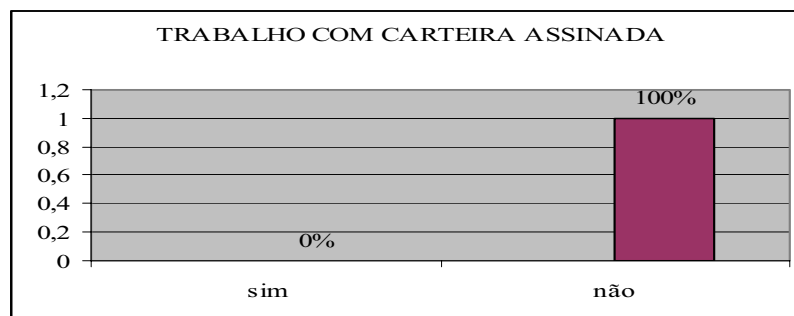


Gráfico 17: Trabalhou com carteira assinada, antes do PPE em Natal (2003-2004)  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Uma das exigências do programa para que a empresa admita o jovem é que este nunca tenha trabalho com carteira assinada, ou seja, que nunca tenha passado por nenhuma experiência profissional formal. O resultado da entrevista feita com 27 jovens atendidos pelo PPE (federal) demonstrou que nenhum dos jovens entrevistados tinha alguma experiência profissional formal anterior. Todos os jovens disseram ser aquele o seu primeiro emprego formal, sua primeira experiência no mercado formal de trabalho.

#### 4.2.1.15 Motivos que o levaram os jovens a se inscreverem no PPE

Os dados da tabela 26 e o gráfico 18 apresentam os motivos e o grau de importância que levaram os jovens entrevistados a buscar o primeiro emprego.

Tabela 26  
Motivos que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego no PPE, (2003-2004)

DISCRIMINAÇÃO	1 – Alta importância	2 – Média Importância	3 – Baixa Importância	4 – Nenhuma Importância
<b>Para aumentar a renda familiar</b>	17	7	2	1
<b>Busca por experiência profissional</b>	22	4	0	1
<b>Ocupar o tempo ocioso</b>	11	4	4	6
<b>Outros - 2 (dois)</b>	0	0	0	0

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

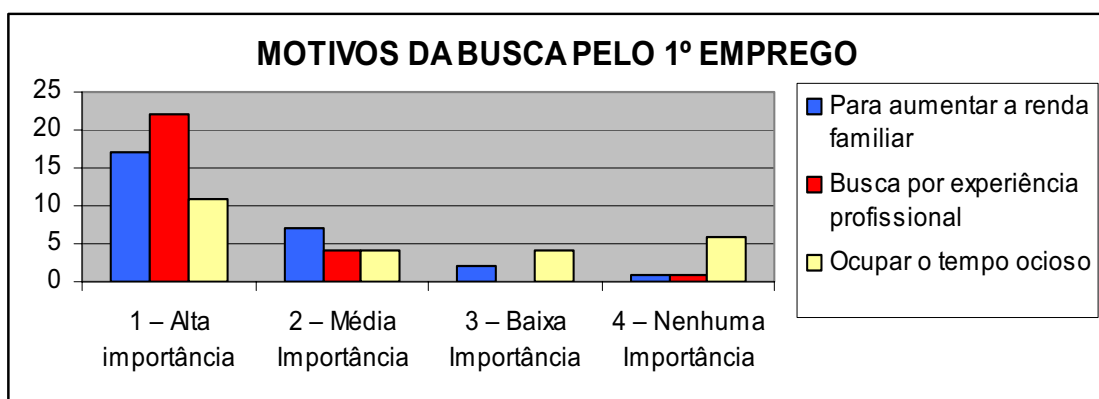


Gráfico 18: Motivos da busca pelo 1º emprego – PPE em Natal (2003-2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Os dados coletados demonstram que a resposta “aumentar a renda familiar” teve 24 afirmações como alta e média importância. A resposta experiência familiar teve 26 citações como alta e média importância e a resposta “ocupar o tempo ocioso” teve 15 alusões como alta e média importância. Das três perguntas, a resposta “busca por experiência” ficou em primeiro lugar, seguida pela resposta “aumento da renda familiar”.

#### 4.2.1.16 Habilidades/Competências<sup>1</sup> dos jovens

A tabela 27 e o gráfico 19 registram as habilidades dos jovens entrevistados

Tabela 27  
Habilidades/Competências dos jovens atendidos pelo PPE (2003-2004)

	1 – Ótimo	2 – Bom	3 – Regular	4 – Baixo	5 – Não Possui
<b>Inglês</b>	1	0	6	4	14
<b>Informática</b>	0	11	6	0	8
<b>Fluência verbal</b>	5	13	6	0	3
<b>Flexibilidade p/ adquirir novos conhecimentos</b>	9	15	2	0	1
<b>Facilidades de trabalho em equipe</b>	13	10	0	2	2
<b>Outros 1</b>	0	0	0	0	0

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

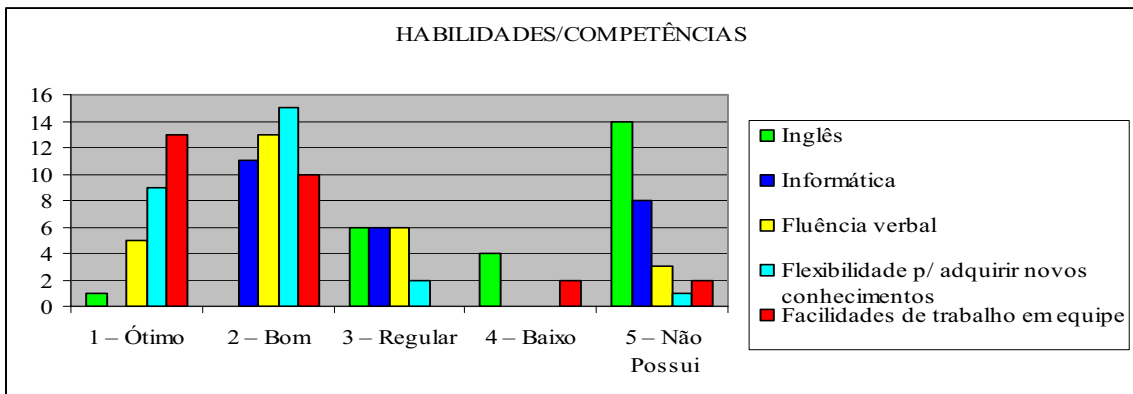


Gráfico 19: Habilidades/Competências dos jovens – PPE em Natal (2003-2004)

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

1. Deve-se esclarecer que para fins práticos e de forma arbitrária os termos habilidades e competências são tomados nesta tabela como iguais.

Quando perguntado aos jovens se possuíam algum domínio na língua inglesa apenas um deles afirmou que o inglês era ótimo, 14 deles disseram não saber nada de inglês e 10 jovens disseram que seu nível nessa língua era regular ou baixo.

Quanto à habilidade com informática, 17 jovens dos 27 entrevistados disseram ser bons ou regulares nessa área, nenhum disse dominar de forma “ótima” os recursos da informática e 8 jovens disseram não saber nada a respeito.

Quanto à “fluência verbal”, 24 jovens disseram ser ótimos, bons ou regulares nesse item.

No item “facilidade para adquirir novos conhecimentos”, 24 jovens se disseram ótimos ou bons, dois disseram ser regular, nenhum respondeu ter baixo nível nesse aspecto e nenhum comentou não possuir.

No item “facilidade de trabalho em equipe”, 23 dos 27 jovens disseram ser possuir esse quesito, um jovem disse ser baixa e dois deles disseram não possuir.

#### 4.2.1.17 Considerações da pesquisa do PPE (federal), em Natal.

##### Sobre o perfil dos jovens

Diante dos dados coletados, percebe-se que o perfil dos jovens contratados pelas empresas e entrevistados nessa pesquisa, de um total de 27, o resultado da maioria foi o seguinte:

- 40,74% estão entre 19 e 21 anos de idade;
- 52% são do sexo masculino;
- 52% disseram estar estudando;
- 81% disseram possuir ensino médio incompleto ou completo;
- 56% têm renda familiar entre 02 e 04 salários mínimos;
- 81% disseram não possuir dependentes legais (filhos);
- 63% têm entre 04 e 06 membros na família;
- 52% se declararam de cor branca e 48% de cor parda;
- 60% residem nos bairros das Zonas Norte e Oeste de Natal;
- 92,6% disseram não ter problemas com a lei;
- Nenhum jovem disse ser portador de deficiência.

## Sobre a qualificação

Quanto às questões direcionadas à qualificação profissional dos 27 jovens entrevistados, o resultado geral foi o seguinte:

- 87% dos entrevistados disseram ter feito algum curso técnico. A maior incidência é na área de informática (48%) seguida pela área administrativa/contábil (30%);
- 74% disseram já ter trabalhado antes sem carteira assinada;
- 100% disseram que antes do atual emprego nunca havia trabalhado com carteira assinada;
- Das razões que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego 26 jovens atribuíram a experiência profissional e 24 jovens a necessidade de aumentar a renda familiar;
- Quanto às habilidades/competências de maior domínio, 24 apontaram a fluência verbal e capacidade para adquirir novos conhecimentos e 23 a capacidade de trabalho em equipe.

### 4.2.2 – Resultados do Programa Primeira Chance (estadual), em Natal.

Conforme já anunciado, os dados a seguir apresentam os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada em Natal sobre o Programa Primeira Chance (estadual) em 2004. Após esta etapa é feita uma comparação com os principais resultados do programa federal (PPE), já apresentados.

#### 4.2.2.1 Idade

A tabela 28 e o gráfico 20 apresentam o número de jovens entrevistados nesta pesquisa, segundo a idade, no PPC (estadual).

TABELA 28  
Idade dos jovens atendidos pelo PPC em Natal, 2004

IDADE	Nº	%
DE 16 A 18	13	35,14%
DE 19 A 21	19	51,35%
DE 22 A 24	5	13,51%
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

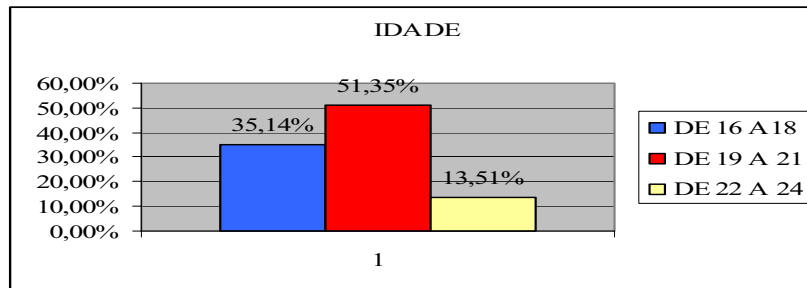


Gráfico 20 : Idade dos jovens atendidos pelo PPC em Natal, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Na pergunta feita sobre a idade de jovens atendidos no programa Primeira Chance (estadual), mais de 50% destes foram incorporados entre 19 a 21 anos de idade. Quando estendida essa faixa para de 16 aos 21 anos, percebe-se que mais de 85% dos jovens se encontram nessa faixa. Apenas 15,51% dos jovens atendidos pelo programa estadual, no período pesquisado, estão entre 22 e 24 anos.

Quando comparada à idade dos jovens atendidos no PPE (federal) com o PPC (estadual) percebe-se que dentro do PPE mais de 40% estão na faixa de idade entre 19 a 21 anos e, no PPC esta faixa é maior, pois poço mais de 50% dos jovens estão entre 19 a 21 anos.

#### 4.2.2.2 Gênero

Os dados da tabela 29 e o gráfico 21 apresentam os resultados obtidos sobre o gênero dos jovens entrevistados no PPC (estadual).

Tabela 29  
Gênero dos jovens atendidos pelo PPC em Natal, 2004

GÊNERO	Nº	%
Masculino	19	51%
Feminino	18	49%
TOTAL	37	100%

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

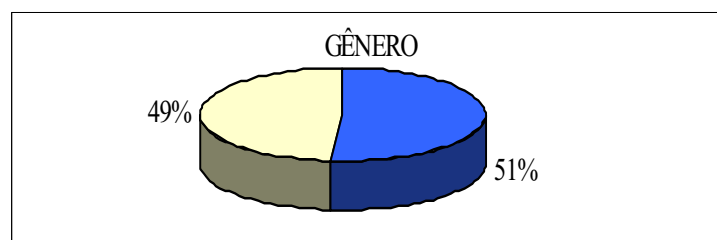


Gráfico 21 : Gênero dos jovens entrevistados em Natal - PPC, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Os dados referentes ao gênero dos jovens atendidos pelo programa estadual indicam que assim como no programa federal, há um certo equilíbrio quanto ao gênero, pois 51% deles são do sexo masculino e 49% do sexo feminino. Estes dados são bastante semelhantes aos verificados no programa federal.

#### 4.2.2.3 Atividade educacional ativa

A tabela 30 e o gráfico 22 apresentam os dados referentes à situação de atividade educacional ativa dos jovens entrevistados no PPC (estadual).

Tabela 30  
Nível de escolaridade dos jovens atendidos pelo PPC, 2004

ESTUDA	Nº	%
Sim	22	59,49
Não	15	40,55
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

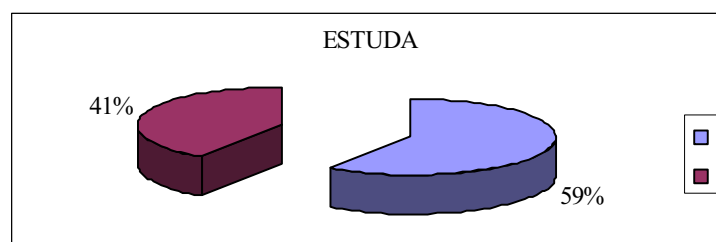


Gráfico 22 : Atividade educacional ativa dos jovens PPC em Natal, 2004.  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quando perguntado aos 37 jovens entrevistados quase 60% deles disseram estar estudando e 40,55% disseram não freqüentar nenhuma instituição de ensino no momento da entrevista.

Os dados apurados no PPE (federal) demonstram que o índice de jovens que disseram estar estudando é menor em mais de dez pontos percentuais em relação aos jovens entrevistados no PPC (estadual), precisamente 52%.

#### 4.2.2.4 Escolaridade

A tabela 31 e o gráfico 23 apresentam os dados referentes à escolaridade de jovens entrevistados.



Tabela 31  
Situação educacional dos jovens atendidos pelo PPC, 2004

ESCOLARIDADE	Nº	%
Não alfabetizado	0	0
Semi alfabetizado	0	0
Ensino fundamental incompleto	2	5%
Ensino fundamental completo	1	3%
Ensino médio incompleto	7	19%
Ensino médio completo	22	59%
Ensino superior incompleto	3	8%
Ensino superior completo	2	5%
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

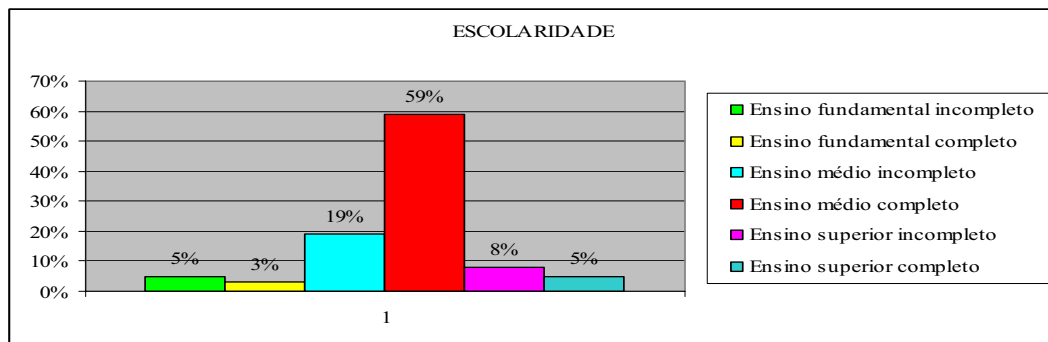


Gráfico 23: Escolaridade dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

A situação educacional dos 37 jovens, entrevistados e beneficiados pelo programa Primeira Chance (estadual) em Natal demonstra o seguinte: apenas 8% (três jovens) disseram ter Ensino Fundamental completo ou estar cursando; 78% (vinte e nove jovens) afirmaram ter Ensino Médio incompleto ou completo e 13% (cinco jovens) comentaram ter Ensino Superior incompleto ou completo. Percebe-se pelos dados coletados que a maior incidência de jovens atendidos pelo programa no tocante à escolaridade é o ensino médio.

Tanto no PPE (federal) como no PPC (estadual) a maior incidência quanto à escolaridade está no ensino médio. Ressalta-se que no PPE a quantidade de jovens nesta faixa de escolaridade é de 59% e no PPC é bem maior, 78% dos entrevistados.

#### 4.2.2.5 Renda familiar (1 salário mínimo = R\$ 300,00):

Os dados da tabela 32 e do gráfico 24 refletem a realidade da renda familiar dos jovens atendidos pelo PPC (estadual).

Tabela 32

## Renda familiar dos jovens atendidos pelo PPC, 2004

RENDA FAMILIAR (SM)	Nº	%
até 0,5	0	0
De 0,5 a 1	2	5,41
De 1 a 2	7	18,92
De 2 a 3	8	21,62
De 3 a 4	7	18,92
acima de 4	13	35,14
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

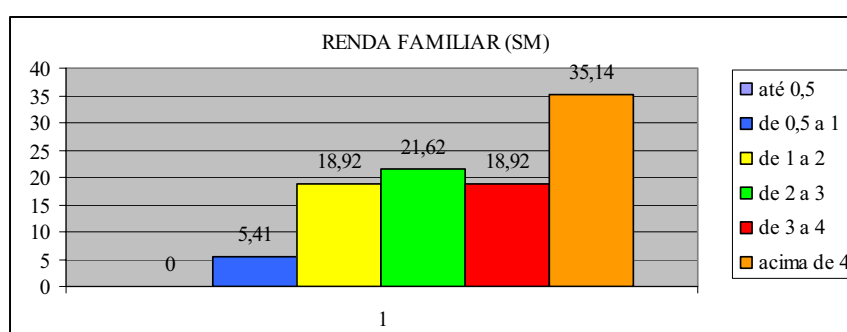


Gráfico 24: Renda familiar dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quanto à renda familiar dos jovens entrevistados, os resultados apresentam a seguinte realidade: cerca de 23% disseram ter renda familiar entre meio e dois salários de referência; 40%, entre dois e quatro salários e cerca de 35% disseram ter renda familiar acima de quatro salários de referência.

No PPE (federal) a maior incidência em relação à renda familiar dos jovens atendidos concentra-se entre dois e três salários. Adverte-se ainda que no PPE (estadual) apenas 19% disseram ter renda familiar acima de quatro salários, enquanto que no PPC (estadual) o percentual quase que dobra quando comparado (35%).

O curioso é que sendo um programa para atender pessoas de baixa renda familiar (prioritariamente jovens com renda per capita familiar de R\$: 100,00 por indivíduo) identificou-se um percentual considerado de jovens possui renda familiar acima dessa realidade.

#### 4.2.2.6 Dependentes legais

Os dados da tabela 33 e do gráfico 25 apresentam os resultados da entrevista com os jovens atendidos pelo PPC sobre a situação de dependentes legais.

Tabela 33  
Nº de dependentes legais dos jovens atendidos pelo PPC, 2004

DEPENDENTES LEGAIS	Nº	%
Nenhum	27	73%
Um	6	16%
Dois	3	8%
Três	1	3%
acima de três	0	0%
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

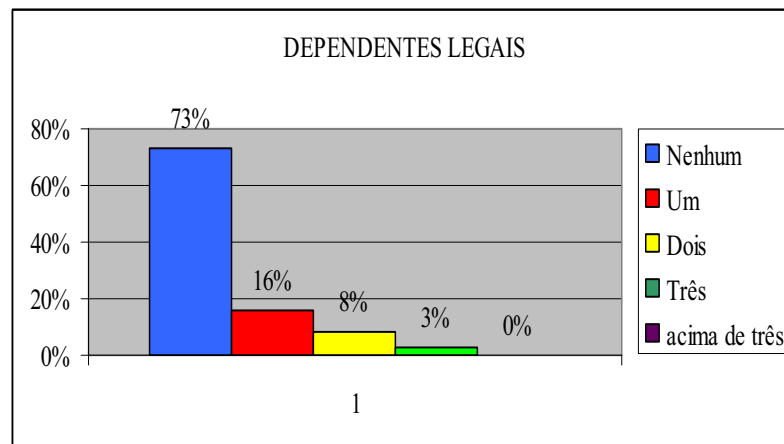


Gráfico 25: Nº de dependentes legais dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quando perguntado aos jovens se possuíam filhos (dependente legal) o resultado foi que a grande maioria dos entrevistados, 73% (27 jovens), disseram não possuir filhos, enquanto que 16% (6 jovens) disseram ter um dependente legal, 8% (três jovens) disseram ter dois dependentes legais e apenas 3% (um jovem) afirmaram ter três filhos. Nenhum dos entrevistados declarou ter mais de três dependentes legais.

Já no PPE (federal) 81% disseram não ter filhos e apenas 19% disseram ter um filho. Percebe-se claramente que no PPC (estadual) a quantidade de jovens já com dependentes legais é bem maior que no PPE (federal).

#### 4.2.2.7 Número de membros na família

A tabela 34 e o gráfico 26 representam os resultados obtidos sobre a quantidade de membros nas famílias dos jovens assistidos pelo Programa Primeira Chance em Natal.

Tabela 34  
Nº de membros na família dos jovens - PPC, 2004

NÚMERO DE MEMBROS NA FAMÍLIA	Nº	%
Um	3	8%
Dois	8	22%
Três	14	38%
De 4 a 5	5	14%
De 5 a 6	6	16%
Acima de 6	1	3%
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

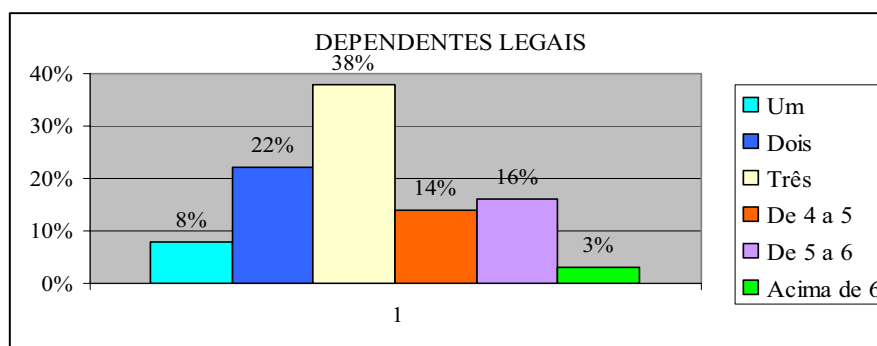


Gráfico 26: Nº de membros na família dos entrevistados do PPC em Natal, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quanto ao número de membros que compõem as famílias dos jovens entrevistados o resultado demonstra que 60% dos jovens disseram que nas suas famílias possuem entre duas a três pessoas; 30% está entre quatro a cinco pessoas; 22% disseram ter duas pessoas nas suas famílias e 8% apenas um membro; Apenas um (3% do total) disse ter mais de seis pessoas na sua família.

Quando comparado com o PPE (federal) o número de membros nas famílias neste programa é bem maior que no PPC (estadual).

#### 4.2.2.8 Cor/raça

Quanto a cor/raça dos jovens entrevistados a tabela 35 e o gráfico 27 demonstram o que segue:

Tabela 35  
Cor/raça dos jovens atendidos pelo PPC, 2004

COR / RAÇA	Nº	%
Branca	23	62%
Preta	0	0%
Amarela	0	0%
Parda	14	38%
Indígena	0	0%
Sem declaração	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

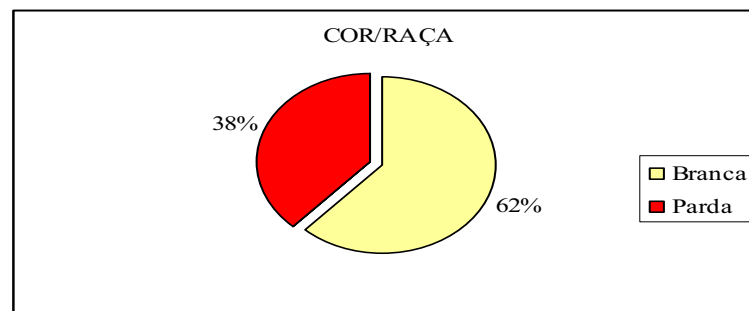


Gráfico 27 : Cor/raça dos jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Das alternativas apresentadas aos jovens quando perguntados sobre: a cor/raça o resultado demonstra que dos 37 entrevistados apenas a alternativa “cor branca” e “cor parda” foram escolhidas, assim distribuídas: 62% se declararam de cor branca e 38% de cor parda.

Também no PPE (federal) todos os jovens se declararam brancos ou pardos, com maior incidência para a cor branca, precisamente 52%.

#### 4.2.2.9 Bairro onde reside

Os dados da tabela 36 representam os resultados obtidos quanto ao bairro onde residem os jovens entrevistados no PPC (estadual).

Tabela 36  
Bairro onde residem os jovens – PPC, 2004

BAIRRO	INCIDÊNCIA
<b>ZONA NORTE DE NATAL</b>	
Panatis	02
Nova Natal	03
Vale Dourado (Pajuçara)	02

Continua

		Continuação	
BAIRRO	INCIDÊNCIA		
<b>ZONA NORTE DE NATAL</b>			
Potengi		02	
Alvorada (Pajuçara)		01	
Lagoa Azul (Gramoré)		02	
Bairro Nordeste		01	
Cidade Praia		01	
<b>Sub total</b>		<b>14</b>	<b>37,84%</b>
<b>ZONA OESTE DE NATAL</b>			
Felipe Camarão		02	
Quintas		02	
Planalto		02	
Alecrim		02	
Lagoa Nova		02	
Dix-sept Rosado		01	
N. Senhora de Nazaré		01	
<b>Sub total</b>		<b>12</b>	<b>32,43%</b>
<b>ZONA LESTE DE NATAL</b>			
<b>Sub total</b>		<b>0</b>	
<b>ZONA SUL DE NATAL</b>			
Capim Macio		02	
Lagoa Seca		02	
Ponta Negra		01	
Neopolis		01	
<b>Sub total</b>		<b>06</b>	<b>16,22%</b>
<b>Cidades Vizinhas</b>			
Parnamirim		04	
São Gonçalo do Amarante		01	
<b>Sub total</b>		<b>05</b>	<b>11,51%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Os dados coletados conforme entrevista com os jovens atendidos pelo programa estadual em Natal, demonstram que cerca de 70% dos jovens incorporados nas empresas disseram residir na Zona Norte e Zona Oeste da Cidade, regiões onde se concentram os maiores problemas socioeconômicos do município. Cerca de 16 % dos jovens disseram que moram na Zona Sul e nenhum na Zona Leste. Ainda segundo os dados, aproximadamente 12% dos entrevistados disseram morar em cidades vizinhas à capital, apesar de trabalharem em empresas dentro da área geográfica de Natal.

Percebe-se que os dados do PPE (federal) quanto ao bairro onde residem são bastante próximos dos dados apresentado no PPC (estadual), pois em ambos a maior incidência está nas Zonas Norte e Oeste de Natal, onde se situam os bairros de menor renda *per capita* da cidade.

#### 4.2.2.10 Conflito com a Lei

Os dados da tabela 37 e o gráfico 28 a seguir apresentam os dados sobre a situação dos jovens entrevistados quanto à situação de regularidade com a justiça.

Tabela 37  
Jovens em conflito com a lei - PPC, 2004

CONFLITO COM A LEI	Nº	%
Sim	2	5,41
Não	35	94,49
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

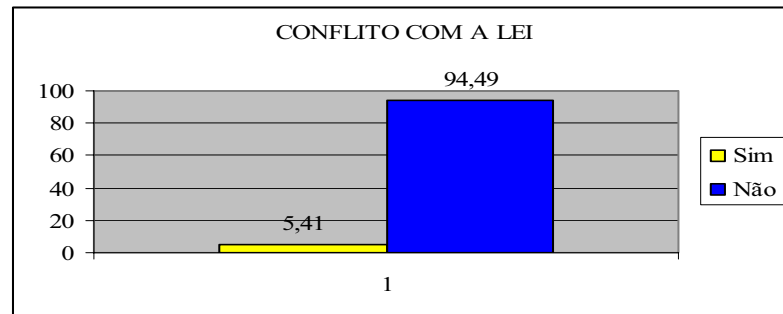


Gráfico 28: Jovens em conflito com a lei entrevistados do PPC, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Dos 37 jovens entrevistados apenas dois disseram que já haviam tido algum problema com a justiça. Conforme esses resultados percebe-se que o índice de jovens atendidos e que já haviam se envolvido com alguma situação de conflito com a lei é bem pequeno.

Em ambos os programas só jovens do sexo masculino se apresentam com algum conflito com a justiça, apesar dos índices serem baixos.

#### 4.2.2.11 Portador de deficiência

A tabela 38 e o gráfico 29 a seguir apresentam os resultados obtidos no que se refere a algum problema de natureza física dos jovens beneficiados pelo programa estadual.

Tabela 38  
Jovens portadores de deficiência física atendidos pelo PPC, 2004

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	Nº	%
Sim	0	0
Não	37	100
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

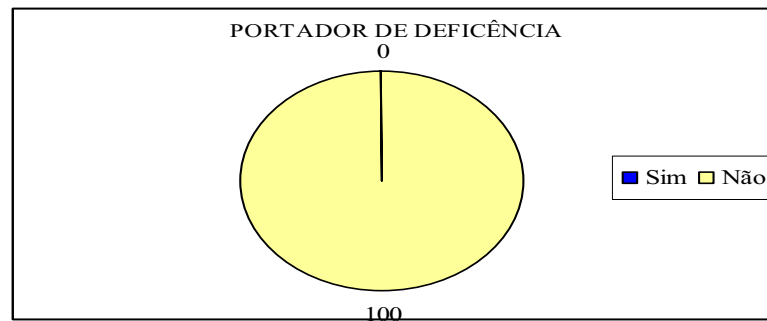


Gráfico 29: Jovens com deficiência física entrevistados pelo PPC em Natal, 2004  
 Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Dos jovens entrevistados nas empresas nenhum deles é deficiente físico. Lembra-se que um dos requisitos do programa é que as empresas parceiras dêem oportunidades a jovens com deficiência física, mas na pesquisa realizada observou-se que em nenhuma empresa pesquisada havia jovens atendidos pelo programam que fossem deficientes.

Tanto no PPE (federal) quanto no PPC (estadual) não houve jovem entrevistado com deficiência física. Destaca-se que no focalizador de ambos os programas as empresas devem ofertar 10% das vagas para jovens com deficiência física.

#### 4.2.2.12 Curso técnico profissionalizante

Os dados da tabela 39 e do gráfico 30 se referem à situação da qualificação técnica.

Tabela 39  
 Curso técnico profissionalizante feito pelos jovens - PPC, 2004

JÁ FEZ ALGUM CURSO TECNICO PROFISSIONALIZANTE	Nº	%
Sim	29	78,39
Não	8	21,61
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.



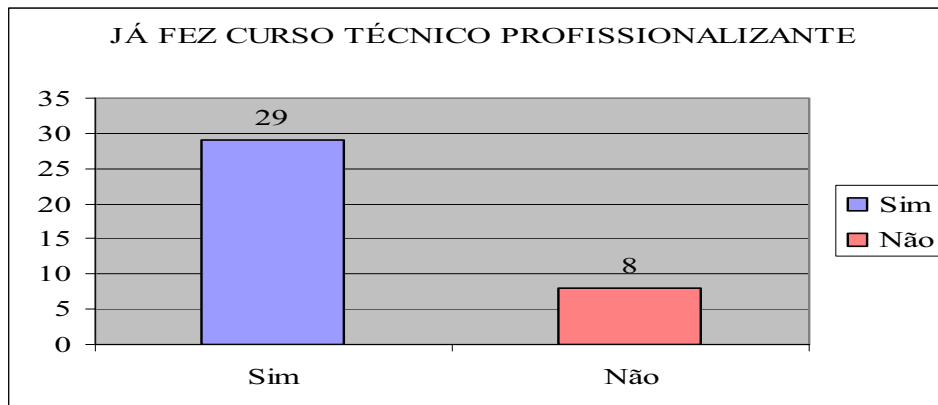


Gráfico 30: Curso técnico profissionalizante feito pelos jovens no PPC em Natal, 2004  
 Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Os dados coletados na entrevista demonstram que cerca de 78% dos jovens disseram já ter feito algum curso técnico e aproximadamente 22% afirmaram não ter feito nenhum curso técnico profissionalizante.

No PPE (federal), a quantidade de jovens que disseram ter feito algum curso técnico profissionalizante é de 89%, maior que no PPC (estadual) que é de 78%.

#### Se sim em qual área?

A tabela 39a apresenta o resultado quanto à área de cursos realizados pelos jovens.

Tabela 39a  
 Áreas e cursos feitos pelos jovens entrevistados – PPC, 2004

<b>Hotelaria</b>	Cozinheiro	Camareiro	Barman	Garçom	Outros		Total %
Resultado		0	0	0	2		5
<b>Administrativo/ Contábil</b>	Vendas	Aux. Escritório	Telemarketing	Recepcionista	Tec. Contábil	Outros	
Resultado	1	0	1	1	1	8	32
<b>Informática</b>	Informática. Básica (windows, word, Excel e internet)	Outros					
Resultado	21	3					65
<b>Manutenção</b>	Eletricista	Encanador	Mecânico	Outros			
Resultado	0	0	1	2			8

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

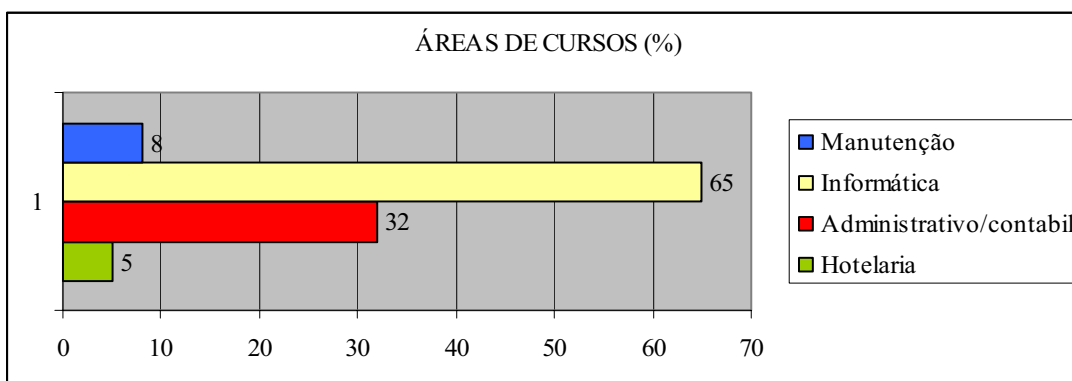


Gráfico 31: Áreas de cursos técnicos, jovens entrevistados do PPC em Natal, 2004  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quanto à situação dos jovens no que se refere a qualificação técnica os que responderam que tinham algum curso, o resultado foi o seguinte:

Dos 37 jovens atendidos, apenas 2 (5%) disseram ter algum curso na área de hotelaria.

Na área contábil/Administrativa, 32% dos 37 jovens disseram ter algum curso nessa área.

Na área de Informática encontra-se a maior incidência de jovens com curso técnico profissionalizante, pois de um total de 37 jovens com curso técnico profissionalizante, 24 (65%) disseram ter feito algum curso nessa área.

Dos 37 jovens com cursos técnico profissionalizante, 3 (8%) disseram ter algum curso.

Percebe-se que tanto no PPE (federal) quanto, no PPC (estadual) as áreas onde os jovens mais se qualificam é a de informática, seguida pela área administrativa/contábil.

#### 4.2.2.13 Trabalho sem carteira assinada

A tabela 40 e o gráfico 32 apresentam os dados dos jovens que responderam já ter trabalhado ou não sem carteira assinada.

Tabela 40  
Trabalho sem carteira assinada, jovens entrevistados no PPC, 2004

JÁ TRABALHOU SEM CARTEIRA ASSINADA	Nº	%
Sim	15	40,54
Não	22	59,46
TOTAL	27	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho – 2005.

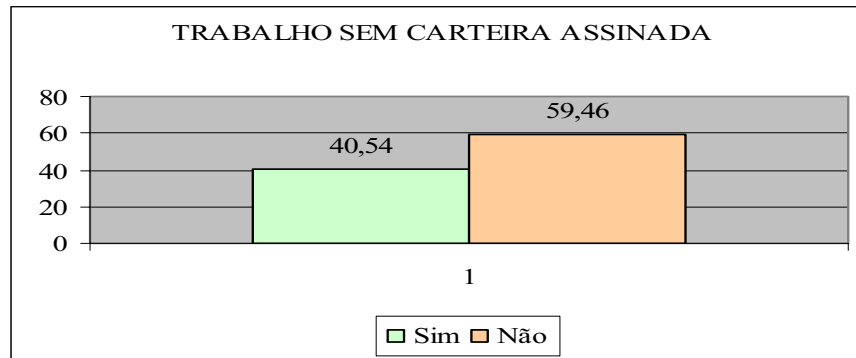


Gráfico 32: Trabalho sem carteira assinada, jovens do PPC em Natal, 2004  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Dos 37 entrevistados cerca de 41% (15 jovens) disseram já ter trabalhado antes sem carteira assinada e 59% (22 jovens) disseram nunca ter trabalhado antes sem carteira assinada.

Lembra-se que no PPE (federal), 74% dos jovens entrevistados disseram já ter trabalhado sem carteira assinada. Esse número no PPC (estadual) é bem menor (15%). Portanto, no PPC (estadual) há mais jovens que nunca haviam trabalhado antes.

#### 4.2.2.14 Trabalho com carteira assinada

A tabela 41 e o gráfico 33 a seguir apresentam o resultado quanto à pergunta: “se já haviam trabalhado com carteira assinada”.

Tabela 41  
Trabalho com carteira assinada antes do PPC, 2004

ANTES DESSE EMPREGO JÁ HAVIA TRAB. COM CARTEIRA ASSINADA	Nº	%
Sim	0	0
Não	37	100
TOTAL	37	100

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

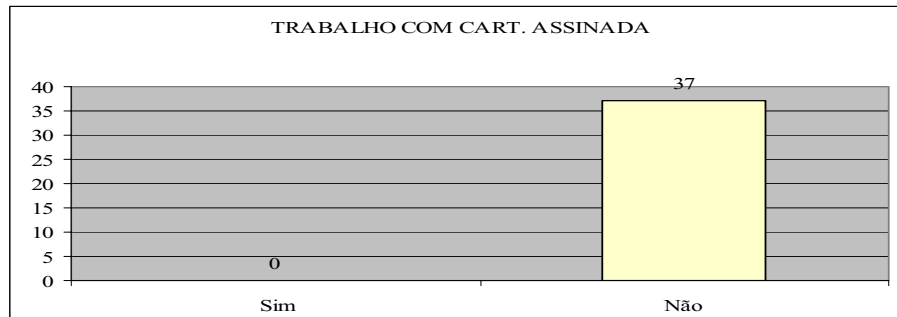


GRÁFICO 33: Trabalhou com carteira assinada, jovens do PPC em Natal, 2004.  
Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Nesta pesquisa, 100% (37 jovens), ou seja, nenhum dos entrevistados disse ter trabalhado com carteira assinada.

Nos dois programas PPE e PPC, nenhum jovem entrevistado disse ter trabalhando antes com carteira assinada, atendendo ao requisito e propósito principal do programa que é de inserir jovens no primeiro emprego formal.

#### 4.2.2.15 Motivos que levaram os jovens a se inscreverem no PPC

Os dados a seguir dizem respeito à situação dos entrevistados quando perguntados sobre quais motivos os levaram a buscar o primeiro emprego, como também o grau de importância dada quanto às alternativas apresentadas.

Tabela 42  
Motivos que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego – PPC, 2004

	1 – Alta Importância	2 – Média Importância	3 – Baixa Importância	4 – Nenhuma Importância
<b>Para aumentar a renda familiar</b>	19	11	3	3
<b>Busca por experiência profissional</b>	30	5	1	1
<b>Ocupar o tempo ocioso</b>	18	10	5	3
<b>Outros 0</b>	0	0	0	2

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

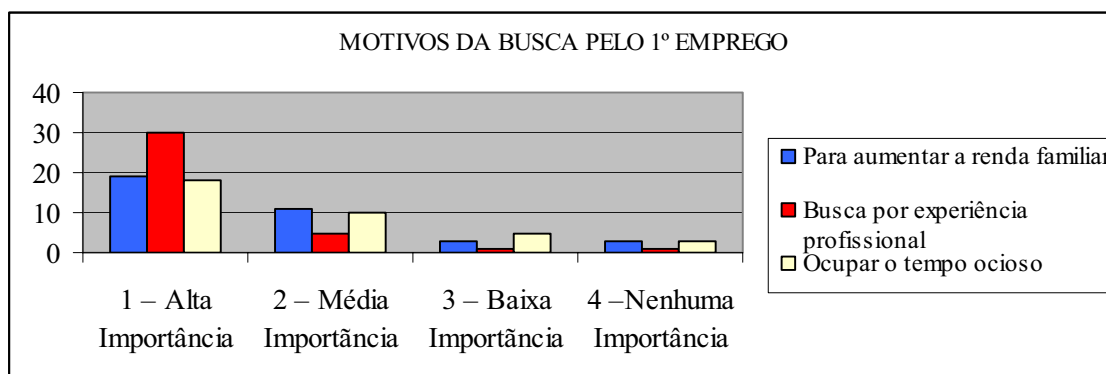


Gráfico 34: Motivos que levaram a buscar o 1º emprego - PPC em Natal, 2004.

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Os dados coletados demonstram que a resposta “aumentar a renda familiar” teve 29 respostas consideradas de alta e média importância. A resposta “experiência profissional” teve 35 respostas como alta e média importância e a resposta “ocupar o tempo ocioso” teve 28 respostas como alta e média importância. Das três perguntas à resposta “busca por experiência” ficou em primeiro lugar, seguida pela resposta “aumento da renda familiar”.

Esses resultados são bastante semelhantes ao programa PPE (federal), pois nos dois programas “busca por experiência” fica em primeiro lugar, seguido de “aumento da renda familiar”, conforme demonstra os resultados obtidos.

#### 4.2.2.16 Habilidades/Competências que possui

A tabela 43 e o gráfico 35 apresentam os dados referentes a habilidades/competências dos jovens entrevistados.

Tabela 43  
Habilidades/competências dos jovens atendidos pelo PPC, 2004

Habilidades	1 – Ótimo	2 – Bom	3 – Regular	4 – Baixo	5 – Não Possui
<b>Inglês</b>	1	2	4	4	25
<b>Informática</b>	3	18	3	2	11
<b>Fluência verbal</b>	4	25	6	0	2
<b>Flexibilidade para adquirir novos conhecimentos</b>	9	19	8	0	1
<b>Facilidades de trabalho em equipe</b>	9	25	3	0	0
<b>Outros 01</b>	0	0	0	0	0

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

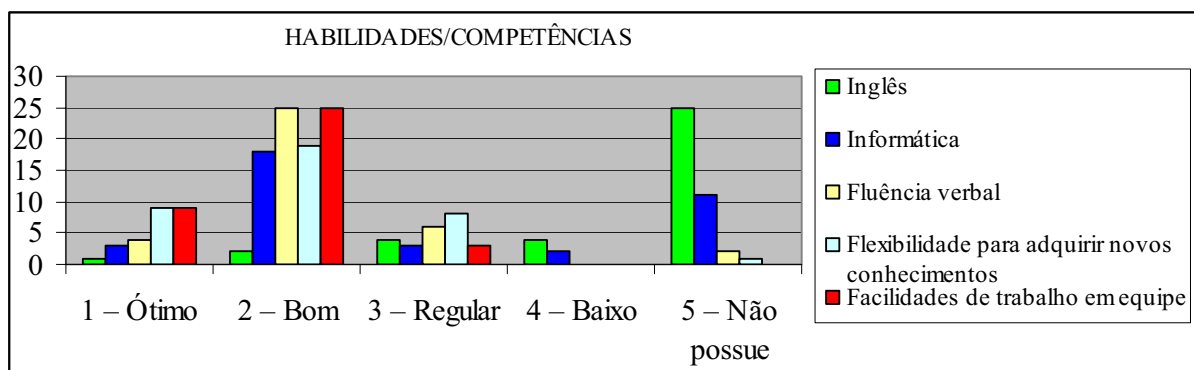


Gráfico 35: Habilidades/Competências dos jovens do PPC em Natal, 2004

Fonte: Santos, Varélio Gomes dos; junho - 2005.

Quando perguntado aos jovens se possuíam algum domínio na língua inglesa apenas um deles disse que o inglês era ótimo; dois disseram que se consideravam bons; 25 jovens firmaram não saber nada de inglês; 08 disseram que seu nível de inglês era regular ou baixo.

Quanto à habilidade com informática, 18 dos 37 jovens entrevistados se consideram bons; 3, disseram ser ótima a habilidade em informática; 3, se consideram regular; 2 disseram saber, mas consideram baixa a habilidade que possuem e, 11 disseram não saber nada de informática.

Quanto à “fluência verbal” 29 jovens disseram ser ótimos ou bons; 8 se disseram ser regular e apenas 1 disse não possuir.

No item “facilidade para adquirir novos conhecimentos” 28 desses jovens se disseram ótimos ou bons; 8 jovens disseram ser regulares e 2 disseram não possuir.

E, finalmente, no item “facilidade de trabalho em equipe”, 34 dos 37 jovens disseram ser ótimos ou bons nesse quesito e 3 disseram ser regular. Nenhum disse ser baixa ou não possuir essa competência.

#### 4.2.2.17 Síntese dos resultados da pesquisa - PPC (estadual) em Natal, 2004

##### Sobre o perfil dos jovens

Diante dos dados coletados percebe-se que o perfil do jovem contratado pelas empresas e entrevistados nesta pesquisa, de um total de 37, o resultado da maioria foi o seguinte:

- 51,35% estão entre 19 e 21 anos de idade;
- 51% são do sexo masculino;

- 59,49% disseram estar estudando;
- 78% disseram possuir Ensino Médio incompleto ou completo;
- Cerca de 53% possui renda familiar de três ou mais salários mínimos;
- 73% disseram não possuir dependentes legais (filhos);
- 60% têm entre 02 e 03 membros na família;
- 62% se declararam de cor branca e 38% de cor parda;
- 70% residem nos bairros das Zonas Norte e Oeste de Natal;
- 94,49% disseram não ter problemas com a lei;
- Nenhum jovem disse ser portador de deficiência.

#### Sobre a qualificação

Quanto às questões direcionadas a qualificação profissional, dos 37 jovens entrevistados o resultado geral foi o seguinte:

- 78,39% dos entrevistados disseram ter feito algum curso técnico. A maior incidência é na área de Informática e Administrativa/contábil;
- 59,49% disseram nunca ter trabalhado antes sem carteira assinada;
- 100% disseram que antes do atual emprego nunca havia trabalhado antes com carteira assinada;
- Das razões que levaram os jovens a buscar o primeiro emprego 35 jovens atribuíram a experiência profissional, e 30 a necessidade de aumentar a renda familiar e 28 para ocupar o tempo ocioso;
- Quanto às habilidades/competências os 37 entrevistados apontaram ter capacidade para adquirir novos conhecimentos e 35 apontaram a fluência verbal enquanto 24 disseram dominar informática.

#### 4.2.2.18 Considerações da pesquisa de campo PPE X PPC

Ao analisar os resultados dos dois programas conforme os resultados obtidos se pode realizar algumas considerações

Quanto ao perfil:

- Dos jovens atendidos nos dois programas pouco mais de 50% são do sexo masculino;
- No PPE mais de 48% disse estar estudando e no PPC esse resultado chega a quase 60%, precisamente 59%;
- Quanto à remuneração familiar no PPE cerca de 56% disse ter renda familiar entre 02 a 04 salários enquanto que no PPC sobre a renda nesta faixa, 40%;
- Outro aspecto importante refere-se à quantidade de membro na família no PPE 52% disse ter entre 04 e 06 membros enquanto que no PPC 60% disse ter entre 02 e 03 membros;
- Quanto a cor/raça só foi votado “branco” e “pardo”. Nenhum negro foi identificado. No PPE 52% se declarou branco e no PPC 62%;
- No PPE 60% residem nos bairros das zonas norte e oeste de Natal e no PPC 70%;
- Nos dois programas mais de 90% disseram não ter problemas com a justiça;
- Nenhum dos jovens entrevistados nos dois programas é portador de deficiência.

Quanto à qualificação:

- No PPE, 89% disseram ter algum curso de qualificação enquanto que no PPC o resultado foi de 79%;
- No PPE 74% dos jovens disseram já ter trabalho sem carteira assinada e no PPC o resultado foi de 40%;
- Nos dois programas todos os jovens disseram não ter trabalhando antes com carteira assinada;
- Dos motivos que fizeram os jovens buscar o primeiro emprego no PPE 96% atribuiu a “busca por experiência” e 88,9% a “necessidade de aumentar a renda familiar”. No PPC 94,6% atribuíram a “experiência profissional” e 81% para aumentar a renda familiar;
- Finalmente, quanto às habilidades no PPE 88,9% disse possuir fluência verbal e capacidade para adquirir novos conhecimentos e 85% para o trabalho em equipe.



No PPC 100% disse ter capacidade de adquirir novos conhecimentos, como também se acha aptos para trabalho em equipe, 94,5% disse ter fluência verbal e 65% disse dominar informática.

#### 4.2.3 Resultado das entrevistas a responsáveis pelos programas e sociedade civil

O presente item tem por objetivo apresentar os resultados das entrevistas realizadas com os atores relacionados com a problemática da inserção de jovens no mercado de trabalho natalense.

O roteiro das entrevistas aos representantes diretos pela operacionalização dos programas em Natal, às empresas e aos demais atores podem ser encontrados no apêndice desta dissertação.

#### **Sr<sup>a</sup> Alcina Holanda, Sub-Secretária da SETHAS do RN.**

Segundo a sub-secretária o Programa Primeira Chance (estadual) foi criado para oportunizar aos jovens entre 16 a 24 anos a possibilidade de entrar no mercado de trabalho devido a grande resistência das empresas em contratar jovens sem experiência profissional.

Quando questionada sobre as atividades de qualificação, proporcionados pelo Estado para jovens, a sub-secretária disse que o estado qualifica sim o jovem antes de inseri-lo no mercado, mas na verdade a qualificação a qual se referiu a sub-secretária é a do treinamento fornecido pelas empresas nas atividades que os jovens irão executar, não ao preparo anterior para esse fim.

Quanto aos resultados do programa, a resposta dada pela sub-secretária é que este tem atingido “plenamente” os objetivos estipulados.

No que diz respeito à resistência dos jovens e das empresas em participar do programa a resposta dada é que “não há resistência nem dos jovens nem das empresas em participar do programa” pois, do lado dos jovens há uma “demanda reprimida” muito grande e do lado das empresas existe uma pré-disposição em participar do programa.

#### **Sr. José Dantas, Coordenador do Trabalho e Renda do SINE-RN, Representante Local do Programa do Governo Federal – PPE.**

Segundo o coordenador do programa Primeiro Emprego em Natal o programa tem como principal importância oportunizar a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado formal de trabalho em todo o país, como forma de combater a resistência das empresas em contratar jovens sem experiência profissional.

Quando perguntado se o programa tem oportunizado a qualificação dos jovens o Coordenador respondeu apontando índices de programas de qualificação e inserção, mas não diretamente as ações do programa Primeiro Emprego. Isso fica claro quando perguntado se o programa tem atingido os objetivos, a resposta foi “não”. Segundo o Coordenador há resistência das empresas em participar, pois são atraídos, localmente pelo programa PPC (estadual) que oferece melhor incentivo financeiro a empresa.

Perguntado sobre os aspectos positivos do PPE (federal) o Coordenador apontou: a exigência de o jovem estar estudando e a criação de incentivos às empresas voltados à inserção de jovens nos grandes centros.

### **Entidades civis ou similares acerca dos Programas: PPE (federal) e PPC (estadual)**

Sociedade civil organizada:

- ONG – Natal Voluntários<sup>1</sup>,
- DIEESE local,
- Líderes sindicais (patronal e dos trabalhadores),
- Centrais de trabalhadores,

Foram entrevistados cinco representantes da sociedade civil organizada na seguinte ordem: o Sr. José Barbosa de Assis, secretário de formação da CUT/RN; o Sr. Gerardo Carvalho coordenador do programa Asa Branca da ONG Natal Voluntários; o Sr. Luis Evânio representante do Sindicato Patronal do Comércio em Natal; O Sr. Sebastião Marcos do Nascimento representante do sindicato dos trabalhadores no comércio varejista e o Sr. Melquizedec Moreira da Silva, supervisor técnico do DIEESE/RN.

1. A ONG Natal Voluntários é uma entidade sem fins lucrativos que executa atividades voltadas a jovens de baixa renda e em grau de risco com qualificação e treinamento para inseri-los no mercado de trabalho. O Programa “Asa Branca” é uma iniciativa da ONG Natal Voluntários que tem como objetivo treinar, qualificar e inserir jovens de baixíssima renda (menos de R\$: 100,00) *per capita* no mercado de trabalho em Natal.

A escolha dessas entidades deve-se ao fato dessa estarem ligadas as questões de inserção de jovens no mercado formal de trabalho. A ONG - Natal Voluntários participa efetivamente de qualificação e treinamento de jovens para o mercado de trabalho. Os representantes sindicais do comércio forma escolhidos, pois é no comércio que está o maior número de inserção de jovens nos dois programas pesquisados; a central dos trabalhadores e o DIEESE estão intimamente ligados a discussão relacionada ao mercado de trabalho.

### **Resultados**

Todos os entrevistados disseram conhecer o programa, mas apenas através da mídia, sem maior aprofundamento. Apenas o representante do DIEESE disse conhecer com maior profundidade, pois procura pesquisar sobre o assunto.

Quando perguntados se os programas solucionam o problema de inserção de jovens no mercado formal de trabalho, o representante local do DIEESE e o representante do sindicato patronal do comércio varejista disseram que “não”. Os outros três entrevistados disseram que resolve em parte, pois a iniciativa é válida, mas tem ainda muitas falhas.

Das questões que entravam o programa o excesso de burocracia foi lembrado como fator de alta importância por três dos entrevistados. Um apontou esse fator como sendo de média importância e representante do Natal Voluntário não opinou, pois disse desconhecer.

No tocante ao incentivo às empresas dois disseram não ser esse um dos motivos mais importantes, um disse ser muito importante e dois atribuíram baixa importância.

O representante do DIEESE apontou como um dos motivos mais importantes da falta de oportunidade aos jovens no mercado formal de trabalho os problemas conjunturais da economia que diminuem a oportunidade de trabalho.

Finalmente, quando perguntados sobre as vantagens do PPE e PPC, para o representante da CUT local esses não deixam de ser uma oportunidade de inserção de jovens. O representante do sindicato dos trabalhadores no comércio varejista não vê vantagens, pois estimula, segundo o entrevistado, a atividades de baixo valor agregado para o trabalhador. Já para o representante do sindicato patronal no comércio varejista a principal vantagem é o incentivo financeiro. De acordo com o representante do DIEESE o programa é válido enquanto ação emergencial, mas é preciso investir em escolaridade e qualificação de qualidade.

### **Empresas entrevistadas no PPE (federal), em Natal.**

Foram entrevistadas 8 empresas de um total de 24 empregadoras, e participantes do programa PPE (federal) em Natal, escolhidas de forma não-probabilística.

Nas entrevistas feitas junto às empresas contratantes de jovens, através do programa Primeiro Emprego em Natal, o resultando foi o seguinte:

Quando perguntados sobre as exigências para contratar jovens das 8 empresas entrevistadas do PPE, 75% delas apontaram como pré-requisito para contratar estar cursando ou possuir o ensino médio completo.

Das oito empresas entrevistadas do programa federal 25% disseram que só contratam jovens acima de 18 anos, deve-se ressaltar que o programa tem o intuito de inserir jovens de 16 anos aos 24 anos. Outro ponto importante identificado como requisito na fala das empresas é o fato dos jovens morarem próximo, pois isso reduz a necessidade de custos com o transporte do empregado.

Na pergunta referente ao que motivou a empresa a participar do programa (PPE) 50% apontaram como fator o incentivo financeiro e 25% apontam a responsabilidade social de oportunizar emprego a jovens sem experiência.

No que se refere ao que acham do programa, as respostas foram as seguintes: 50% apontaram o excesso de burocracia como ponto negativo; 25% elogiaram a iniciativa do governo; falou-se na participação no combate ao desemprego (duas empresas). 50% disseram que se o programa “funcionasse direito” quanto ao repasse financeiro, e sem entrave burocrático, seria muito bom.

Quando se pediu a opinião para melhorar o programa, resumidamente, todos apontaram que o programa PPE deveria ser mais ágil. Propõem a “desburocratização”.

Mais uma vez quando se pediu para apontar as falhas do programa as respostas obtidas foram direcionadas para diminuir a burocracia, agilizar o repasse financeiro, treinar os jovens e treinar o pessoal do SINE para agilizar o atendimento.

Na pergunta sobre se o programa atende as necessidades da empresa 25% disseram que não atende, 50% disseram que atende, mas com ressalvas e 25% disseram que atende.

### **Empresas entrevistadas No PPC (estadual) em Natal.**

Foram entrevistadas 24 empresas empregadoras de jovens em Natal pelo PPC (estadual), aproximadamente 2% de um total de pouco mais de 1300 empresas participantes. Deve-se esclarecer que desse total de empresas cadastradas cerca de 200 empresas não efetivaram nenhum jovem.

Nas entrevistas feitas junto às empresas contratantes de jovens, através do PPC do governo do Rio Grande do Norte, em Natal, o resultando foi o seguinte:

Quando perguntadas sobre as exigências para contratar jovens das 24 empresas entrevistadas no PPC, 50% delas apontaram como pré-requisito para contratar jovens que os mesmos estejam cursando ou que possuem o ensino médio completo. Quanto à idade 75% disseram seguir orientação do programa (16 a 24 anos); 25% essas disseram só contratar jovens acima de 18 ou 19 anos de idade; 20% apontaram a qualificação como exigência e cursos de informática.

Quanto aos motivos que levaram as empresas a participarem do PPC, 75% apontaram o incentivo financeiro; 25% apontaram fazer parte da empresa a responsabilidade social e 20% apontaram a oportunidade de contratar pessoas sem vícios organizacionais.

No que se refere ao que acham do programa as respostas foram as seguintes: 62,5% consideram importantes à iniciativa do governo do estado, mas ao mesmo tempo apontam a falta de acompanhamento junto à empresa e ao jovem; 25% das empresas entrevistadas disseram que o programa é mal gerido.

Quando se pediu a opinião para melhorar o programa 58% disseram que o Estado antes de enviar os jovens às empresas deveria criar programas de qualificação; 33% disseram que o governo deveria melhorar o incentivo financeiro e cumprir regularmente os repasses; 25% apontaram falhas na divulgação e 25% apontaram como sugestão qualificar o pessoal de apoio às empresas (promovido pela SETHAS e executado pelo SINE local).

No que se refere às dificuldades que emperram o programa 58% apontaram como principais falhas do programa o excesso de burocracia e o atraso no repasse financeiro; 25% apontaram a falta de qualificação do pessoal de apoio no SINE e também a falta de qualificação do jovem encaminhado; 33% apontaram a falta de acompanhamento do pessoal do governo.

Quanto às sugestões das empresas entrevistadas participantes do programa Primeira Chance 70% disseram que o governo deve desburocratizar o sistema para melhorar e agilizar a

participação das empresas; 33% disseram que o estado deve qualificar o jovem; 25% disseram que o Estado deve divulgar mais o programa; 20% disseram não haver acompanhamento do estado junto às empresas e aos jovens assistidos pelo programa.

Finalmente, quando perguntados se o programa atendeu ou não as expectativas da empresa, o resultado foi o seguinte: 46% disseram que atendeu; 33% disseram que atendeu, mas com ressalvas e 21% disseram que não atendeu as expectativas das necessidades da empresa.

### **Síntese dos resultados das entrevistas às empresas e participantes dos programas**

#### Sobre a qualificação dos jovens

- 75% das empresas do PPE (federal) disseram exigir ensino médio cursando ou completo e, no PPC (estadual) essa mesma pergunta teve 50% das empresas entrevistadas. No PPC (estadual) 75% disseram seguir orientação das exigências do programa. 25% tanto no PPE (federal) quanto no PPC (estadual) só contratam acima de 18 anos;
- Quanto aos principais motivos que levaram as empresas a participarem dos programas 50% no PPE (federal) apontaram o incentivo financeiro e no PPC (estadual) 75%. Das empresas entrevistadas nos dois programas, 25% apontaram participar do programa como “responsabilidade social”;
- 100% no PPE (federal) das empresas entrevistadas apontaram como entrave o “excesso de burocracia” e no PPC (estadual) 58%;
- No caso do PPC (estadual) 62,5% das empresas entrevistadas elogiaram a iniciativa do governo do estado, mas o mesmo percentual apontou que o Estado precisa colocar e qualificar pessoal de apoio as empresa, no PPE (federal) apenas 25% elogiaram o programa;
- Como sugestões para melhorar os programas foi apontado pelas empresas a “desburocratização, qualificação do jovem e do pessoal de apoio no SINE/RN”.

**Quanto às entrevistas aos responsáveis locais pelos programas PPE e PPC o resultado geral foi:**

No PPE (federal) o representante local admite que o programa não tem conseguido atingir os objetivos propostos. Já no PPC (estadual) a representante aponta com veemência o êxito do programa, mas limitado por falta de recursos financeiros.

Finalmente, na fala dos representantes da sociedade há um consenso nos cinco entrevistados sobre o PPE (federal) e o PPC (estadual) que os programas “não conseguem” resolver o problema da necessidade de inserção de jovens no mercado formal. Foi lembrado o “excesso de burocracia” como um ponto a considerar como também a necessidade de qualificar, educar e treinar os jovens as reais necessidades do mercado.

#### 4.2.4 Conclusão Parcial do Capítulo 4

Neste capítulo foram confrontadas inicialmente as características do Programa Federal - PPE de inserção de jovens no mercado formal de trabalho com o programa similar do governo do Rio Grande do Norte PPC (estadual), como forma de identificar pontos de semelhanças e divergências. Percebe-se que o grau de exigência no PPE é bem maior que no PPC.

Por ter menos exigências aventa-se que PPC (estadual) pode provocar a substituição de trabalhadores antigos com pouca ou nenhuma qualificação, uma vez que seus postos de trabalho são facilmente substituídos ou preenchidos com a mão-de-obra de jovens.

Em seguida foram apresentados os resultados oficiais do PPE e PPC em Natal. Estes se referem ao período de 2003-2004.

No PPE (federal) foram inseridos apenas 39 jovens e 36 empresas. No PPC foram 5.000 jovens inseridos e 3.536 empresas cadastradas no RN. Os resultados também apontam que a maior inserção de jovens está no setor do comércio.

Em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada em Natal no período de maio e junho de 2005 nos dois programas (PPE federal e PPC estadual), com os respectivos resultados, comentários, confronto e análise.

## CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou investigar o tema mercado de trabalho focado na inserção de jovens. Para tanto, explorou os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego através do RAIS, como também as propostas governamentais de políticas públicas de primeiro emprego – Programa Primeiro Emprego (federal) e Programa Primeira Chance do governo do RN.

A escolha desse tema se deu por vários fatores, a destacar: o interesse particular em investigar as dificuldades de inserção de jovens no mercado formal de trabalho, aguçado mais ainda devido à participação, já há alguns anos em inúmeros programas de qualificação e treinamento para jovens de baixa renda no RN.

Outro fato que despertou o interesse foi a leitura do livro de Márcio Pochmann (2000) denominado “A batalha pelo primeiro emprego”, o qual serviu como propulsor para uma investigação local da realidade do emprego de jovens entre 16 a 24 anos.

Ainda como fator motivador para a confecção deste trabalho, registra-se a curiosidade em verificar as propostas dos programas de inserção de jovens entre 16 a 24 anos dos governos federal e estadual e, em especial, o programa federal, o qual a despeito de sua proposta inicial amplamente divulgada, por diversas razões apontadas neste trabalho não atingiu, até então, os resultados esperados.

Esses foram os principais elementos, fatores e aspectos que motivaram a investigação do mercado de trabalho e inserção de jovens em Natal.

Para identificar a realidade do mercado formal de trabalho especificamente para jovens de 16 a 24 anos no Rio Grande do Norte, buscou-se a compreensão das propostas governamentais (federal e estadual), direcionadas para esse fim.

Cabe registrar que o principal objetivo desta dissertação foi investigar, a partir dos dados oficiais do MTE e dos programas governamentais (federal e estadual), a evolução do emprego juvenil e as dificuldades que norteiam o sucesso dessas iniciativas voltadas à inserção de jovens no mercado formal de trabalho no Rio Grande do Norte, no período de 2000 e 2004.

Para alcançar esse objetivo foi realizada uma investigação bibliográfica que possibilitou compreender melhor o mundo do trabalho e as dificuldades da inserção de jovens no mercado formal. Buscaram-se, contribuições de autores como Pochmann, Mattoso, Azeredo, Ramos, bem como dados da OIT, IBGE e outros.



Pesquisar e contextualizar as políticas públicas de emprego no mundo foi de grande importância para compreender a forma de atuação e desenvolvimento de políticas de emprego em países como Estados Unidos, Inglaterra, assim como França, Suécia e Alemanha como forma de compreender a realidade brasileira de políticas ativas e passivas voltadas a facilitar à inserção no mercado formal de trabalho.

Quanto aos dados da RAIS foi feita uma investigação, mais apurada do emprego no Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte com intuito de identificar a evolução recente do emprego formal de jovens até 24 anos. Buscou-se compreender essa evolução através das variáveis: remuneração, escolaridade, gênero e grandes setores da economia.

O período escolhido foi 1989 e 1999, por ser o final de duas décadas, e o período recente 2000 e 2004.

Percebe-se que a oferta de postos de trabalho para jovens de 16 a 24 anos no Brasil é um problema que se agravou profundamente nos anos 90. Essa realidade passou a ser um fator preocupante alertando as instituições governamentais para o tema. Por inúmeras razões já apresentadas nesta dissertação, ao longo da década de 90, aconteceu o agravamento na diminuição de posto de trabalho para a população adulta e, particularmente para jovens, estimulando o governo, nas suas esferas federal e estadual, a desenvolver políticas que permitam impulsionar e facilitar a entrada de jovens no mercado formal de trabalho.

Essa preocupação é vivenciada no mundo inteiro, inclusive em sociedades mais desenvolvidas. No Brasil, o PPE foi lançado pelo governo federal em 2003, com intuito de promover a inserção de jovens de baixa renda, em situação de pobreza, risco de marginalidade e com deficiência física. Financiado com recurso do FAT, o programa tem como objetivo principal estimular as empresas através de incentivo financeiro a contratar jovens de 16 a 24 anos. Outro programa similar chamado de PPC, com igual proposta foi viabilizado pelo governo do Rio Grande do Norte, passando a ser executado em 2004.

O principal estímulo do PPE (federal) é o repasse financeiro às empresas por jovem contratado. No entanto esse requisito por si só não tem conseguido resultados eficientes. Além do incentivo financeiro deveria primeiro existir, por iniciativa do governo, programas mais efetivos que qualifiquem os jovens para as reais demandas de oferta de trabalho. Dessa forma, a inserção seria bem mais significativa e agregaria maior valor, principalmente para o jovem sem qualificação e experiência profissional. Como por exemplo, cursos de informática entre outros.

Outro sério e grave problema que precisa ser revisado no PPE é o excesso de burocracia apontado pelas empresas entrevistadas, como também a morosidade das decisões entre a necessidade da empresa e o encaminhamento do jovem.

Além do mais, no PPE não há acompanhamento por parte do programa para identificar se está havendo adaptação e qualificação do jovem inserido. Outro ponto falho é a falta de pessoal de apoio para orientar as empresas e jovens. A centralização e monopolização das decisões em Brasília (DF), também emperram as ações locais, diminuindo o interesse do empresariado em participar do programa.

Assim, se faz necessário que o governo federal, através do PPE envie não apenas os jovens às empresas, mas desenvolva programas de qualificação e treinamento. É importante afirmar que a ação governamental através do PPE é de extrema importância para estimular oferta de postos de trabalho para jovens. No entanto, pode-se considerar que são apenas ações de cunho emergencial que não têm contribuído, de forma contundente, para resolução do problema.

Quanto ao programa PPC do RN, esse se apresenta em linha geral, basicamente semelhante ao programa federal, mas gerido e controlado localmente e com um estímulo financeiro maior às empresas, na medida em que paga 12 parcelas de R\$: 300,00 a partir da contratação do jovem enquanto que o PPE paga por jovem inserido apenas 06 parcelas de R\$: 300,00. Fica claro que o empresariado local se sente mais atraído a participar do PPC (estadual).

Fica evidente ainda que o fato de ser gerido localmente, precisamente pela SETHAS e coordenado pelo SINE/RN, facilita a busca pelo empresariado o qual se sente ainda mais atraído pelo maior incentivo financeiro.

No PPC a flexibilização em substituir jovens já contratados pela empresa é permitida. Esse fato de certa forma é preocupante, pois a rotatividade é permitida, coisa que não acontece no PPE (federal).

Outro ponto a ser revisto é o controle e acompanhamento de jovens e empresas pelo SINE/RN, pois nas falas dos entrevistados ficou claro o descontentamento, a falta de apoio como também a morosidade no repasse financeiro às empresas participantes do programa.

Outra sugestão de revisão para ambos os programas é que, apesar de ser direcionado também para jovens com deficiência e em grau de risco de marginalização no primeiro caso não se identificou nenhuma incidência e pouquíssimas no segundo caso nos dois programas. Cabe, portanto, aos órgãos gestores desses programas direcioná-los para esses objetivos propostos.

Outro problema identificado é que o PPE e o PPC exigem para cadastramento e encaminhamento do jovem que este tenha renda familiar de até meio salário mínimo. Contudo, quando comparados: renda familiar com número de membros na família verificou-se um número significativo de jovens beneficiados nos dois programas PPE e PPC possuem renda familiar acima da exigência pelo programa (meio salário mínimo por membro familiar). Então, percebe-se claramente que há enormes distorções que de certa forma comprometem os objetivos desses programas.

Outro fato que deve ser revisto, em ambos os programas, é a forma de comunicação para a percepção do empresariado com instrumentos de comunicação que atinjam e procurem estimular o empresariado a participar, pois na pesquisa identificou-se a falta de conhecimento e de esclarecimentos sobre as exigências e incentivos de ambos os programas.

Fica evidente que as metas do programa PPE (federal) não foram atingidas, pois conseguiu inserir em 2004, em todo o país, pouco mais de 2.000 jovens, quando a meta era 70.000.

O PPC (estadual) conseguiu atingir a sua meta de inserir 5.000 jovens em 2004, pois em setembro daquele ano essa meta já havia sido alcançada. No entanto, ficou parado e limitado por falta de recursos financeiros, desde então.

Deve-se apontar aqui que, mesmo com críticas aos dois programas, percebe-se a valorização e importância dada pelos entrevistados, uma vez que 62,5% das empresas entrevistadas aprovam a iniciativa do PPC (estadual) embora apontem as falhas já apresentadas anteriormente.

Quanto ao PPE (federal), apenas 25% dos entrevistados elogiaram a iniciativa, mas a grande maioria dos entrevistados aponta falhas estruturais do programa.

Os principais limites ao sucesso dos programas apontados pelos entrevistados foram a morosidade, a burocracia, a falta de acompanhamento às empresas e aos jovens, como também a falta de qualificação dos jovens, o que corrobora quase que totalmente a hipótese do presente trabalho.

Deve-se destacar por fim a importância dessas iniciativas governamentais para oportunizar a jovens de até 24 anos, sem experiência sua inserção no mercado formal de trabalho. Contudo alerta-se para a necessidade de reestruturação dos programas e a necessidade de revisão desses para qualificar os jovens para o mercado formal de trabalho, por exemplo.

Finalmente, recomenda-se que o PPE e PPC sejam redefinidos, que sejam revistas as suas lacunas e que possam ser políticas de longo prazo e não apenas ações emergenciais passageiras, em sua essência. Que os esforços governamentais (federal e estadual) direcionados para a inserção de jovens no mercado formal de trabalho sejam ações conjuntas e não separadas.

## REFERÊNCIA

APOLINÁRIO, Valdênia., 2002., **Reespacialização Industrial, Emprego e Práticas Trabalhistas e Ambientais: O Caso da Vicunha Têxtil S/A** - Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ/APIT. (Tese de Doutorado, 2002).

AZEREDO, Beatriz. **Políticas públicas de emprego: Experiências e desafios**, 1994 in: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) acessado em 30/07/2005.

AZEREDO, Beatriz e RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira** – São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX** – Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DIEESE. **A Radiografia do Mercado de Trabalho: região metropolitana de Natal**, DIEESE-RN, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo ; Atlas, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

KEYNES, John Maynard., 1982, **A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 1ª ed, São Paulo, Atlas.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MACHADO, Paulo. **Mercado de Trabalho**. in: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) acessado em 19/06/2005.

MADEIRA, Felícia e RODRIGUES, Eliana Monteiro. **“Recado dos jovens: mais qualificação.”**

In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.

MANUAL DE ECONOMIA / André Franco Monteiro Folho et al – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**; Planejamento e execução de pesquisas; Amostras e técnicas de pesquisas; Elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996, p. 48-49.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho** – São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

MENDEHALL, W., LYMAN, & SHEASSER, R.L. – **Elementare survil Sampling**. Blement, Duxburg Pres, 1971.

MTE, Registros Administrativos, RAIS. Brasília, 1989, 1999, 2000 e 2002 e 2004.

NUNOMURA, Eduardo – **Primeiro emprego um ano sem festa**. in: O ESTADO DE SÃO PAULO, 24/10/2004.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias Mundiales Del Empleo Juvenil**, 2003.

OLIVEIRA, Ribamar. Emprego – **A era FHC**, Um balanço/Boalimar Lamonier, Rubens Figueiredo (Organizadores) – São Paulo: cultura Editores Associados, 2002.

PLANFOR, PROGER. Fundos: Governo Federal in: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) – 19/06/2005.

POCHMANN, Márcio. **A Exclusão Social no Mundo** – São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_ **Atlas da exclusão social no Brasil** – São Paulo: Cortez, 2004b.

\_\_\_\_\_ **A batalha do 1º emprego** – São Paulo: Publisher, 2000.

\_\_\_\_\_ (1998a) **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: IE/UNICAMP.

\_\_\_\_\_ (1998b) **Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90**. Campinas: IE/UNICAMP.

\_\_\_\_\_ **O Mundo do Trabalho – Crise e Mudança no Final do Século – São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.**

Programa Primeiro Emprego: Governo Federal in: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) - 10/01/2005.

Programa Primeira Chance – Secretaria do Trabalho, Habitação e assistência Sócia – SETHAS, do Rio Grande do Norte – SINE/RN, 2004.

QUADROS, Waldir José. **O Desemprego Juvenil no Brasil dos anos 90**. Cadernos da CESIT, nº 31, dez 2001.

RAMOS, Carlos Alberto. “**Políticas de Geração de Emprego e Renda: justificativas teóricas, Contexto Histórico e Experiências Brasileiras**”. Texto para discussão, Nº 277, departamento de economia. UnB, 2003, disponível em [www.unb.br/eco](http://www.unb.br/eco) acessado em 10/01/2006.

SILVA, Nancy de Deus Vieira e KASSOUF, Ana Lúcia. **A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro**. In: [www.cepea.esalq.usp.br](http://www.cepea.esalq.usp.br) acessado em 10/07/2005.

THIOLLENT, Michel., 1987, **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquête Operária**, 1ª ed, São Paulo: Polis.

## APÊNDICE A

### MODELOS DE ENTREVISTAS APLICADAS

#### Modelo de entrevista aos Jovens cadastrados e/ou atendidos pelos programas – I

#### FOCALIZADOR

**1. Idade:** \_\_\_\_\_

**2. Gênero:** Masc.  Fem.

**3. Estuda?** Sim  Não

**4. Escolaridade:**

Não alfabetizado  Semi alfabetizado  Ens. Fundamental Incompleto

Ens. Fundamental Compl.  Ens. Médio Incompl.  Ens. Médio Compl.

Ens. Superior Incompl.  Ens. Superior Compl.

**5. Renda Familiar (1 salário mínimo = R\$ 300,00):**

Até ½  de ½ a 1  de 1 a 2  de 2 a 3  de 3 a 4  acima de 4

**6. Dependentes Legais:**

Nenhum  Um  Dois  Três  Acima de três

**7. Número de membros na família**

2  3  de 4 a 5  De 5 a 6  Acima de 6

**8. Cor/raça**

Branca  Preta  Amarela  Parda  Indígena  Sem declaração

**9. Bairro onde reside**

---

**10. Conflito com a Lei:** Sim  Não

**11. Portador de Deficiência** Sim  Não

**Se portador de deficiência especificar:**

---



---



## SOBRE A QUALIFICAÇÃO

**12. Você Já fez algum curso técnico profissionalizante?**

Sim  Não

**Se SIM, marque no quadro abaixo os cursos que possui.**

I – Hotelaria						
a) Cozinheiro(a)	b) Camareira	c) Garçom	d) Barman	e) Outros		
II - Administrativo e Contábil						
a) Vendas	b) Aux-escritório	c) Relação Interpessoais	d) Telemarketing	e) Recepcionista	f) Téc. Contabil	g) Outros
III – Serviços Pessoais						
a) Manicure/pedicure	b) Pintura em tecido	c) crochê/tricô	d) Cabeleireiro	e) Outros		
IV – Manutenção						
a) Eletricista	b) Encanador	c) Marceneiro	d) Mecânico	e) Outros		
V – Informática						
a) Windows	b) Word	c) Excel	d) Power point	e) Internet	f) Outros	

**13. Já trabalhou sem carteira assinada?** Sim  Não

**14. Antes desse emprego você já havia trabalhado com carteira assinada?**

Sim  Não

**15. Enumere de acordo com o grau de importância os motivos que o levaram a se inscrever no programa primeiro emprego ou primeira chance?**

	1 – Alta importância	2 – Média Importância	3 – Baixa importância	4 – Nula
Para aumentar a renda familiar				
Busca por experiência profissional				
Ocupar o tempo ocioso				
Outros				

**16. Quais habilidades você possui:**

	1 – Ótimo	2 – Bom	3 – Regular	4 – Baixo	5 – Nulo
Inglês					
Informática					
Fluência verbal					
Flexibilidade para adquirir novos conhecimentos					
Facilidades de trabalho em equipe					
Outros					

**Modelo de entrevista a empresa – II**

1. Quais são os requisitos desta empresa para contratar jovens de 16 a 24 anos?
2. O que motivou a empresa buscar trabalhadores através do programa Primeiro Emprego ou Primeira Chance?
3. Qual a opinião do Sr.(a) sobre o programa Primeiro Emprego e Primeira Chance?
4. Relate, na opinião do Sr.(a), os elementos que considera importante no sucesso do programa.
5. Relate, na opinião do Sr.(a), os elementos que considera falhos no programa.
6. Quais sugestões o Sr.(a) aponta para a melhoria dos programas Primeiro Emprego e Primeira Chance?
7. Na opinião do Sr.(a), os programas Primeiro Emprego e Primeira Chance atendem as expectativas da empresa? Justifique sua resposta.

**Modelo de entrevista aos responsáveis diretos pelos programas PPE e PPC no RN – III**

1. Qual a importância do programa de inserção de jovens no mercado formal de trabalho?
2. A partir do programa PPE e PPC o governo tem oportunizado a qualificação do jovem para atender as reais necessidades de mercado? Justifique sua resposta.
3. O programa PPE e PPC tem atingido seu objetivo? Justifique sua resposta.
4. Quais os principais aspectos positivos do programa?
5. Quais as principais resistências das empresas e dos jovens em participar dos programas?
6. Existe aceitação das empresas em participar do programa? Justifique sua resposta.
7. Existe aceitação dos jovens em participar dos programas? Justifique sua resposta.

**Modelo de entrevista a entidades civis ou similares – IV**

1. O Sr.(a) conhece os programas sociais de inserção de jovens no mercado de trabalho como: Primeiro Emprego e Primeira Chance?  
Sim  Não  Justifique sua resposta
2. Os programas Primeiro Emprego e Primeira Chance são, ao seu ver, ações que estão resolvendo o problema de inserir o jovem no mercado de trabalho?  
Sim  Não  Justifique sua resposta
3. Na sua opinião quais as principais dificuldades ou entraves que emperram o programa?
  - a. Excesso de burocracia?
  - b. Falta de incentivos maiores as empresas?
  - c. Qualificação dos jovens?
  - d. Problemas conjunturais?
  - e. Outros. Justifique sua resposta.
4. Quais as principais vantagens, se existe para o Sr.(a), dos programas Primeiro Emprego (Nacional) e Primeira Chance (estadual)?

**APÊNDICE B**  
**APÊNDICE METODOLÓGICO**

**TERMOS TÉCNICOS UTILIZADOS**

**EMPREGO JUVENIL:** Entende-se por emprego juvenil no Brasil a população na faixa etária dos 16 aos 24 anos de idade participante do mercado de trabalho.

**DESEMPREGO JUVENIL:** Entende-se por desemprego juvenil a faixa da população ativa entre 16 e 24 anos de idade fora do mercado de trabalho.

**DESEMPREGADOS:** são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Essas pessoas são desagregadas em três tipos de desemprego, segundo o DIEESE.

- a) **Desemprego aberto:** pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos sete últimos dias.
- b) **Desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que, para sobreviver, exerceram algum trabalho remunerado de auto ocupação, de forma descontínua e irregular, ou não remunerado em negócios de parentes e, além disso, tomaram providências concretas, nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou até doze meses atrás, para conseguir um trabalho diferente deste.
- c) **Desemprego oculto pelo desalento e outros:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado ou por circunstâncias fortuitas
- d) **DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO:** ocorre quando o indivíduo deseja trabalhar à taxa de salários vigentes no sistema econômico, mas não consegue ocupação. É também denominado desemprego cíclico ou desemprego conjuntural.
- e) **DESEMPREGO ESTRUTURAL:** acontece quando o padrão de desenvolvimento econômico adotado exclui uma parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho.

Denomina-se também desemprego tecnológico e ocorre devido ao desequilíbrio entre oferta e a demanda por mão-de-obra de determinada qualificação.

- f) **DESEMPREGO FRICCIONAL:** surge em decorrência do processo dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, no qual o sistema de informações sobre a oferta de vagas disponíveis no sistema produtivo é imperfeito. Existe um lapso de tempo entre a saída do indivíduo de um emprego e a obtenção de uma nova ocupação de acordo com suas características. Nesse ínterim, ele é classificado como desempregado.
- g) **DESEMPREGO SAZONAL:** ocorre devido a sazonalidade de determinados tipos de atividades econômicas. Como é possível prever esse tipo de flutuações, pode-se atribuir uma dose de voluntariedade dos indivíduos engajados em ocupações dessa natureza.

**EMPREGO JUVENIL SEGUNDO A OIT:** Segundo a Organização Internacional do Trabalho inclui-se como emprego jovem a faixa etária entre 15 aos 24 anos de idade. Isso ocorre devido ao fato de alguns países permitirem a formulação em contrato de trabalho mesmo a partir dos 15 anos de idade.

**EMPREGO JUVENIL NO BRASIL:** De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente brasileiro nenhum jovem com menos de 16 anos de idade pode ser contratado em regime de empregado conforme a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Entende-se, portanto como emprego jovem no Brasil a faixa etária que se encontra entre 16 e os 24 anos de idade.

**INATIVOS:** são os indivíduos com mais de 10 anos que não estão ocupados ou desempregados. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

**JORNADA DE TRABALHO:** Tempo médio de trabalho semanal, incluindo as horas normais e extras.

**MERCADO FORMAL DE TRABALHO:** contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que são objetos de legislação específica que as regula. (Manual de economia – USP, 1998).

**MERCADO INFORMAL DE TRABALHO:** é o mercado em que prevalecem regras de funcionamento com o mínimo de interferência governamental.

**OCUPADOS:** são os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas não estão procurando outro trabalho, ou possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

**PER CAPTA:** literalmente significa “por cabeça”. É utilizado quando queremos expressar valores médios de uma determinada grandeza, ou seja, a quantidade dela que, em média, corresponde a cada habitante de um país, região etc.

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA):** é a parcela da PEA que esta ocupada ou desempregada.

**TAXA DE EMPREGO:** É a relação entre o número de empregados e o total da força de trabalho.

**TAXA DE DESEMPREGO:** É a relação entre o número de desempregados e o total da força de trabalho.

**APÊNDICE C**  
**EVOLUÇÃO DAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO AO**  
**EMPREGO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.**

**FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT**

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, regulamentado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é um fundo contábil de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Portanto, o eixo de financiamento e articulação das políticas e programas de emprego e renda é o FAT.

O Fundo integra o Orçamento da Seguridade Social e tem seus programas de trabalho desenvolvidos pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE do MTE.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar n.º 07, de 07 de setembro de 1970 e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar n.º 08, de 03 de dezembro de 1970.

Através da Lei Complementar n.º 19, de 25 de junho de 1974, as arrecadações relativas aos referidos Programas passaram a figurar como fonte de recursos. A partir da Lei Complementar n.º 26 de 11 de setembro de 1975 estes Programas foram unificados sob a denominação Fundo PIS-PASEP.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, nos termos do que determina o seu art. n.º 239, alterou-se a destinação dos recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP, que deixaram de ser direcionados a este Fundo, passando a ser alocados ao FAT. Direcionados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico para a geração de emprego e renda.

O FAT é gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, composto por doze membros e respectivos suplentes, cujas competências, entre outras, incluem:



- a) aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa Seguro-Desemprego e do Abono Salarial;
- b) deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT;
- c) Propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao Seguro-Desemprego e ao Abono Salarial e regulamentar os dispositivos das leis vigentes no âmbito de sua competência;
- d) Fiscalizar a administração do Fundo podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- e) propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico-financeira do FAT. Define-se como prioritárias para a gestão do FAT as áreas de Proteção e Benefícios ao Trabalhador, de Empregabilidade e de Fomento ao Trabalho.

#### **Origens dos recursos do FAT**

Fontes de recursos do FAT:

- a) O produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS/Pasep;
- b) O produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;
- c) As remunerações dos empréstimos devidos pelos agentes aplicadores dos Recursos do FAT; bem como pelos agentes pagadores dos benefícios, incidentes sobre os saldos dos repasses recebidos;
- d) A incorporação do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial, referente ao saldo de exercícios anteriores.

Os fluxos de saídas de recursos do FAT são:

- a) Transferências ao BNDES (40% da arrecadação das contribuições são destinadas para o PIS/PASEP);
- b) Pagamento de seguro-desemprego;
- c) Pagamento de abono salarial;
- d) Aplicações de depósitos especiais;
- e) Despesas com o Sine;
- f) Despesas operacionais;
- g) Reserva mínima de liquidez.

## PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – PROGER

O Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 59, de 25 de março de 1994, e tem por finalidade a promoção de ações que gerem emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito para a aplicação nos segmentos de micro e pequenos empreendimentos ou de produção associativa, além de iniciativas de produção própria da economia informal, associada à capacitação gerencial e acompanhamento técnico do empreendimento beneficiado. Os agentes financeiros do PROGER são o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

As Resoluções CODEFAT n.º 82, de 3 de maio de 1995, e n.º 89, de 4 de agosto de 1995, instituíram o PROGER Rural. O Programa tem por objetivo financiar empreendimentos de produtores e da agroindústria, ambos de micro e pequeno porte, bem como as cooperativas cujos integrantes sejam micro e pequeno produtores. Atualmente as instituições financeiras que o executam são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil.

O PROGER tem atuado também na promoção da agricultura familiar, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de alocação de recursos para a assistência financeira através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, conforme a Resolução CODEFAT n.º 93, de 14 de setembro de 1995.

A Resolução CODEFAT n.º 109, de 1º de julho de 1996, autorizou a alocação de recursos em depósitos especiais no BNDES para a aplicação no Programa de Crédito Produtivo Popular na Área Urbana e na contratação de financiamentos a pequenos e mini-produtores rurais. A Resolução n.º 124, de 14 de outubro de 1996, estabeleceu os critérios para o primeiro e a Resolução n.º 128, de 23 de outubro de 1996, para o segundo, no âmbito do PRONAF.

A Resolução n.º 85, de 19 de maio de 1995, estabeleceu procedimentos para a alocação de recursos do FAT, em depósitos especiais, na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para financiamento de programas e projetos que contemplem o desenvolvimento da competitividade e capacitação tecnológica nacional, em segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizadoras e estruturantes, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

O PROGER é um conjunto de linhas especiais de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio, tendo por objetivo gerar e manter emprego e

renda. Além de constituir instrumento de geração e/ou manutenção de postos de trabalho, o PROGER faz parte do Programa do Seguro-Desemprego, complementando outras ações integradas da Política Pública de Emprego, como a qualificação profissional e a intermediação ao emprego. Desta forma, no Sistema Nacional de Emprego – SINE, o empreendedor tem à sua disposição gratuitamente uma estrutura de recursos humanos para o recrutamento, a seleção e a capacitação da mão-de-obra requerida em seu negócio, podendo, ainda, receber informações para a elaboração de seu plano de negócios.

Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e este, por sua vez, advém, em sua maioria, das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP.

O PROGER vem se consolidando como um dos principais instrumentos de que dispõe o Governo para incrementar a política pública de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Sua operacionalização ocorre mediante concessão de créditos em condições especiais, destinados ao financiamento de atividades produtivas nos setores formal e informal da economia nas áreas urbana e rural.

Atualmente, o PROGER oferece três linhas de financiamento: Proger Urbano, Proger Rural e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

O PROGER Urbano possui como público-alvo as micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de produção, bem como os profissionais liberais, recém-formados, trabalhadores autônomos, prestadores de serviço em geral, artesãos e pequenos e micro negócios familiares.

O PROGER Rural atende prioritariamente aos pequenos produtores rurais, de forma individual ou coletiva, inclusive as atividades pesqueiras, extrativa vegetal e de aqüicultura. A concessão dos créditos é vinculada à realização de programas de capacitação técnico-gerencial, qualificação profissional, assistência técnica e acompanhamento dos empreendimentos beneficiados. As operações de crédito têm como agentes financeiros os seguintes bancos oficiais: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR – PLANFOR

Em 1995, o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, instituiu o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR fundo financiado majoritariamente com recursos do FAT, visando assegurar a integração do trabalhador ao mercado de trabalho e promover, assim, o aumento de sua empregabilidade, produtividade e renda.

O PLANFOR foi concebido principalmente como estratégia de articulação, fortalecimento e reestruturação da capacidade de Educação Profissional do país, desse modo contribuindo para a construção gradativa e participativa de uma política pública de trabalho e geração de renda, melhoria da competitividade e redução da desigualdade social. Tendo como principais objetivos:

- Oferecer treinamento ou formação profissional gratuita a população;
- Combater a pobreza e o desemprego;
- Aumentar a probabilidade de se obter trabalho;
- Reduzir os riscos de demissão e das taxas de mortalidade da mão-de-obra;
- Atuar como um fator de crescimento de produtividade, da competitividade e da renda.

O PLANFOR é executado de forma descentralizada, por instituições de formação profissional, sob responsabilidade das Secretarias Estaduais de Trabalho (em interação com as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, ampliando a participação social e a sintonia com as demandas do setor produtivo) e das Parcerias Nacionais, realizadas predominantemente com entidades patronais e associações sindicais.

O PLANFOR focaliza sua atuação em populações vulneráveis, dotadas de maior dificuldade de acesso a outras alternativas de qualificação, em decorrência de situações de pobreza, baixa escolaridade ou discriminação no mercado de trabalho. No período 1995-2001, foram qualificadas 15,3 milhões de pessoas, com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões (<http://www.mte.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/merctrab/apresent/apresent.htm> acessado em 19/06/2005).

O PLANFOR é um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR), no âmbito do FAT. O FAT patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como por exemplo: o seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, o pagamento de abonos salariais, os investimentos produtivos, o crédito popular, a informação sobre o mercado de trabalho e a qualificação profissional - esta por meio do PLANFOR.

O objetivo do PLANFOR é garantir uma oferta de educação profissional permanente, no âmbito da PPTR, que contribua para:

- Reduzir o desemprego e o subemprego da PEA;
- Combater a pobreza e a desigualdade social;
- Elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Em outras palavras, o PLANFOR trata de promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento sustentável, com equidade social.

A maior parte da atividade de Qualificação Profissional é executada por meio de convênios firmados com os Estados e o Distrito Federal e outras entidades, na condição de parceiras para a execução do Programa.

O FAT transfere os recursos de acordo com os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs) apresentados e conforme termos de referência das áreas e/ou temas a serem abrangidos. Segundo dados no MTE acessado em 19/06/2005, só no exercício de 2000, o PLANFOR qualificou 3 milhões de pessoas, investindo R\$ 438 milhões do FAT, complementado por contrapartidas médias de 20% dos Estados e demais Parceiros.

As ações do PLANFOR de qualificação se realizaram em pelo menos 73% dos 5,5 mil municípios do país, cobrindo 75% dos que são considerados focos de pobreza e exclusão.

Contando com apoio de uma rede de 1,5 mil entidades executoras – com destaque para as universidades, os sindicatos, o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e as ONGs – foi mobilizada para a execução dos programas. Todas essas entidades têm como base a firmação de “parcerias”, mobilizadas em torno das diretrizes do PLANFOR. Tais entidades operam a descentralização de um dos pontos da chamada “política pública de emprego”, via “qualificação profissional”.

As mesmas entidades são encaradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/SEFOR como integrantes da “rede de educação profissional nos estados, no bojo da implementação descentralizada de uma política de trabalho e renda no país. Essa é a estratégia adotada pelo poder público, para que, progressivamente, toda a capacidade instalada concentre seus esforços na formação e na permanente qualificação do cidadão produtivo” (DocumentoSEFOR/1998).

O PLANFOR garante prioridade de foco, ou seja, pelos menos 80% dos recursos e 90% das vagas - para quatro grupos de público considerados vulneráveis: pessoas desocupadas, pessoas desocupadas em risco de desocupação permanente ou conjuntural, empreendedores e

pessoas autônomas, associadas, cooperadas ou auto geridas. Vulnerabilidade, no caso do PLANFOR, quer dizer dificuldade de acesso ao trabalho e outras alternativas de qualificação profissional, por razões de pobreza, baixa escolaridade e outros fatores de discriminação e seletividade no mercado.

## OUTROS PROGRAMAS

### Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO

Outra iniciativa para geração de emprego e renda, além do PROGER, é o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, instituído por meio das Resoluções CODEFAT n.º 103, de 06 de março de 1996, e n.º 104, de 17 de abril de 1996.

O programa é executado com a alocação de recursos em depósitos especiais, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Estes recursos estão sendo destinados ao financiamento de investimentos em: transporte coletivo de massa, saneamento ambiental, infra-estrutura turística, obras de infra-estrutura voltadas para a melhoria da competitividade do País e revitalização de sub-setores industriais em regiões com problemas de desemprego.

A Resolução CODEFAT n.º 207, de 29/04/99, ampliou o programa, criando o PROEMPREGO II, que possui dois conjuntos distintos de investimentos com elevado potencial de geração de empregos: o subprograma Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, com investimentos em saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massa, programa de melhoria da administração tributária municipal (PAT) e projetos multisetoriais integrados (PMI); e o subprograma Expansão do Emprego, com investimentos em comércio e serviço, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, pequenas e médias empresas e apoio a atividades de exportação.

### O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO

O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 171, de 27 de maio de 1998. Esse Programa tem objetivo de investir em infra-estrutura econômica e social, visando aumentar o número de empregos diretos e indiretos, aumentar a competitividade do setor produtivo, financiar projetos estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

A Resolução CODEFAT n.º 210 autorizou a alocação de novos recursos no PROTRABALHO, criando desta maneira o PROTRABALHO II, e por fim, a Resolução CODEFAT n.º 255 autorizou novos depósitos especiais para a terceira fase do Programa PROTRABALHO III.

O agente financeiro desse Programa é o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que aplica os recursos do FAT em setores considerados prioritários, como os seguintes: pólos de desenvolvimento regional (rural, agro-industrial e industrial); saneamento básico; reciclagem de lixo e turismo.

#### Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP

O Programa de Crédito Produtivo Popular -PCPP, do BNDES, tem por objetivo promover a formação de uma rede de instituições capazes de propiciar crédito a microempreendedores. O programa quer atender aqueles que geralmente não têm acesso à rede bancária, podendo habilitarem-se os empreendedores formais ou informais.

O BNDES prevê com o programa o apoio às organizações não-governamentais (ONGs) com atuação na área de microcréditos. Para habilitação, a ONG interessada deverá apresentar seis meses de efetiva e eficaz atuação em crédito produtivo popular, demonstrada por meio do número e qualidade das operações, do público atendido e da sua estrutura operacional. O Programa de Crédito Produtivo popular foi criado com objetivos de:

- a) Viabilizar novos mecanismos de financiamento, por meio do BNDES, para geração de ocupação e renda que atendam à população de baixa renda, dando acesso, inclusive, aos trabalhadores do setor informal, seja para o auto-emprego, seja para formação de cooperativas de trabalho, de forma a criar condições de sobrevivência, crescimento e formalização desses negócios;

- b) Criar alternativas de investimentos para a geração de empregos, notadamente nas microempresas;
- c) Elevar a produtividade dos empreendimentos apoiados, por meio do incentivo ao investimento fixo associado à capacitação técnico-gerencial do empreendedor, de forma a minimizar o risco do negócio, possibilitar seu crescimento e estimular a formalização da microempresa.

No BNDES, o Programa tem duas linhas: o **BNDES Trabalhador**, que financia capital de giro e de investimento fixo, por intermédio de fundos estaduais, com a participação dos municípios; e o **BNDES Solidário**, que apóia ONGs que concedam microcréditos.